



Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste

2017-2018



BANCO DE
PORTUGAL
EUROSISTEMA

Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste

2017 | 2018



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Lisboa, 2018 • www.bportugal.pt

Índice

Nota prévia | 5

I Enquadramento internacional | 7

1 Desenvolvimentos recentes e perspectivas | 9

II Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste | 11

1 Angola | 13

2 Cabo Verde | 29

Caixa 1 • 20 anos do Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde | 32

3 Guiné-Bissau | 47

4 Moçambique | 61

5 São Tomé e Príncipe | 77

6 Timor-Leste | 93

III Relações económicas e financeiras | 107

1 Relações económicas e financeiras de Portugal com os PALOP e Timor-Leste | 109

Nota prévia

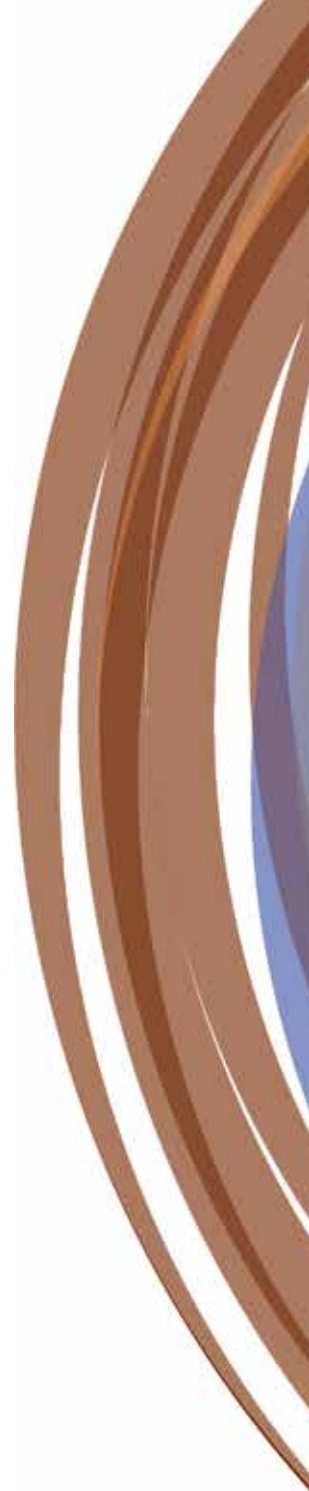
A *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste* atinge em 2018 a sua 25.ª edição. Nesta publicação, o Banco de Portugal divulga dados macroeconómicos fundamentais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste e informação sobre as relações económicas e financeiras com Portugal.

Os capítulos II e III, dedicados à evolução das economias dos países em análise e às relações económicas e financeiras com Portugal, respetivamente, têm por base informação recebida

até ao final de julho. O capítulo I, sobre o enquadramento internacional, incorpora informação posterior.

A colaboração de várias entidades foi fundamental para a elaboração do presente relatório, com destaque para os bancos centrais de Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste e a Direção Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental para a Guiné-Bissau – a todos se agradece.

Outubro de 2018





I Enquadramento internacional

1 Desenvolvimentos recentes e perspectivas

1 Desenvolvimentos recentes e perspectivas

Os **riscos de sinal negativo** intensificaram-se a partir de meados do ano e têm estado a determinar uma correção em baixa, todavia ligeira, das perspectivas de expansão a curto prazo da atividade económica global. A dinâmica das diferentes regiões deverá também tornar-se mais **desigual**, nomeadamente quanto ao próprio ritmo de crescimento e às condições financeiras prevalecentes.

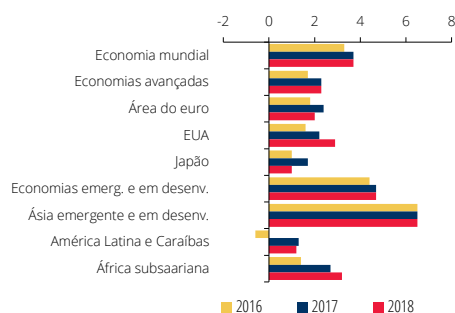
Persiste, contudo, a expectativa benévola de **pressões inflacionistas ascendentes mas moderadas e de crescimento global a um nível próximo do estimado em 2017** – ou seja, o mais elevado desde 2010-2011, logo após a recessão induzida pela crise global. A evolução do comércio internacional seguiu um padrão semelhante a este na última década, mas deverá agora divergir, com uma revisão em baixa mais acentuada, dada a expectativa de que parte dos riscos se faça sentir por essa via.

O estado atual e as possibilidades de escalada das **tensões comerciais**, em particular entre os EUA e diversas outras partes do mundo, avançado e emergente, são efetivamente um dos riscos atuais mais relevantes e que mais se terão acentuado desde a primeira metade do ano. O mesmo se poderá dizer da possibilidade de um aumento da aversão ao risco relativamente às **economias emergentes**, sobretudo as consideradas mais frágeis, que já se materializou num agravamento significativo das **condições financeiras** em vários casos e poderá levar a maiores saídas de capitais.

No tocante às **economias avançadas**, várias estarão já numa fase da retoma que as coloca **perto do seu nível de produto potencial**, tanto mais que este permanece condicionado por fatores estruturais, como o envelhecimento da população e o baixo crescimento da produtividade. Debilidades como os níveis ainda elevados de **endividamento público e privado**, não obstante o reforço dos indicadores de liquidez e solvabilidade no sistema bancário, poderão assim assumir uma importância maior em caso de evolução restritiva das **condições financeiras**.

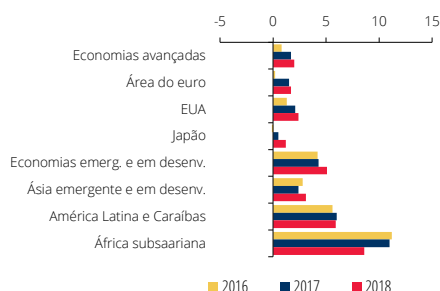
Estas permanecem **largamente acomodáticas** na generalidade das economias avançadas, apesar da trajetória de aperto gradual da política monetária nos EUA e da perspectiva de retirada, mais gradual ainda, dos estímulos monetários na área do euro e no Japão. A expectativa predominante continua, assim, a apontar para uma evolução moderada e controlada no sentido de condições financeiras mais restritivas a prazo, embora a possibilidade de que este processo se revele eventualmente mais brusco tenha também aumentado de forma marginal.

Gráfico I.1.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em % | Economias selecionadas



Fonte: FMI, *World Economic Outlook* (dados de 12-09-2018).

Gráfico I.1.2 • Inflação | Taxas de variação homóloga do IPC, em % | Economias selecionadas



O renovado estímulo orçamental nos **EUA** em 2018 tem-se conjugado com a dinâmica das restantes componentes da procura interna, sustentando o crescimento a curto prazo. Numa altura em que o desemprego está em mínimos de 18 anos, a inflação sobe moderadamente, com a anunciada trajetória de normalização monetária a não afetar excessivamente as condições financeiras.

Em contrapartida, está a confirmar-se o abrandamento da **área do euro** em 2018, mais acentuado do que se admitia no início do ano. O ritmo de expansão permanece, porém, entre os mais elevados da última década, continuando a beneficiar de diversos fatores favoráveis, incluindo a política monetária acomodatória, num contexto de inflação ascendente mas modesta.

Também o **Japão** atravessa uma fase de arrefecimento, aliás mais expressivo, com um menor contributo quer da procura externa quer da interna, incluindo uma diminuição do estímulo orçamental. Já a política monetária permanece acentuadamente acomodatória, com a recente alteração do respetivo quadro a assumir impacto neutro e a inflação novamente positiva mas próxima de zero.

As **economias emergentes e em desenvolvimento**, no seu conjunto, vêm evidenciando alguns traços conjunturais genericamente semelhantes aos das economias avançadas: uma revisão em ligeira alta das pressões inflacionistas esperadas e uma revisão em baixa das perspetivas de crescimento a curto prazo, mas com a preservação do ritmo estimado para 2017, mais elevado que nos anos precedentes, e uma maior diversidade de situações.

Esta última característica tem refletido, em especial, dois fatores principais. Por um lado, o impacto induzido pelas tendências recentes de evolução dos **preços das matérias-primas**, com o petróleo a confirmar uma subida expressiva, que favorece os respetivos exportadores e penaliza os importadores, em contraste com o aumento muito mais modesto do que inicialmente previsto no caso das matérias-primas não-energéticas – afetando em especial o conjunto da **África subsaariana**.

Por outro lado, os diferentes graus de vulnerabilidade à **redução do apetite pelo risco** que os investidores internacionais têm manifestado, afetando sobretudo as economias emergentes tidas como mais fragilizadas, devido a debilidades relativas como taxas de inflação mais elevadas, contas externas mais deficitárias, finanças públicas mais desequilibradas ou endividamento externo mais acentuado. Este fator, acrescido de elementos internos, tem penalizado, em especial, a Turquia e a Argentina – neste segundo caso, influenciando o conjunto da **América Latina e Caraíbas**, onde as expetativas para o México se ressentiriam já também das tensões comerciais com os EUA.

Gráfico I.1.3 • Balança corrente
Em % do PIB | Economias selecionadas

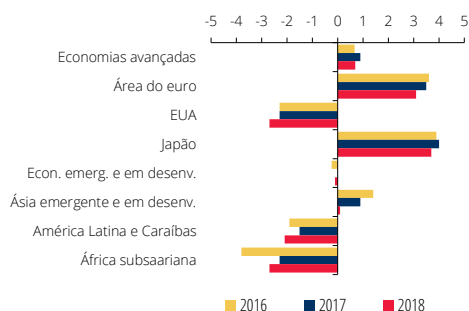
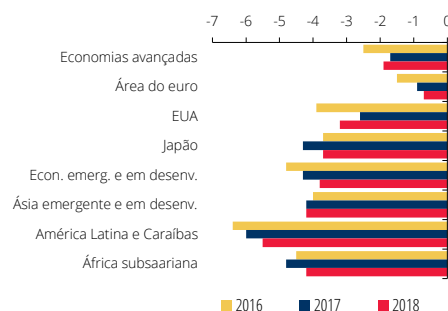


Gráfico I.1.4 • Saldo orçamental | Em % do PIB | Economias selecionadas



Fonte: FMI, *World Economic Outlook* (dados de 12-09-2018).

II Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste

1 Angola 🇦🇴

2 Cabo Verde 🇨🇻

3 Guiné-Bissau 🇬🇼

4 Moçambique 🇲🇴

5 São Tomé e Príncipe 🇸🇹

6 Timor-Leste 🇹🇱



1 Angola

Área

1 246 700 Km²

Capital

Luanda

População

29,8 milhões (2017; fonte: ONU)

Moeda

Kwanza

A economia angolana apresentou sinais de ligeira recuperação em 2017, beneficiando da subida do preço internacional do petróleo, mais evidente na segunda metade do ano. Contudo, persistem focos de vulnerabilidade. A inflação, embora em retração no último ano, continua em níveis elevados. Apesar de alguma correção dos desequilíbrios nas contas públicas e externas, a economia apresentou défices gémeos pelo quarto ano consecutivo. O setor financeiro enfrenta um contexto desafiante.

O Governo apresentou no início de 2018 um Programa de Estabilização Macroeconómica visando corrigir os problemas que debilitam a economia. Já em agosto, as autoridades solicitaram ao FMI o início de discussões com vista à implementação de um programa de ajustamento económico.

O ano de 2017 ficou marcado pela tomada de posse de um **novo Presidente da República de Angola**, na sequência das eleições gerais de agosto, que elegeram também uma nova Assembleia Nacional. O Governo, que assumiu funções em setembro desse ano, apresentou um **Programa de Estabilização Macroeconómica** em janeiro de 2018, através do qual as autoridades pretendem corrigir os desequilíbrios da economia angolana. O programa prevê esforços de consolidação orçamental, uma maior flexibilidade da taxa de câmbio, a redução a médio prazo da dívida pública para 60% do PIB, a melhoria do perfil da dívida, a regularização dos atrasados internos e a implementação eficaz da legislação no âmbito da prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

Em abril de 2018, as autoridades nacionais solicitaram ao FMI o início de discussões sobre um programa económico ao abrigo do *Policy Coordination Instrument*, uma ferramenta sem componente de financiamento disponibilizada a todos os membros que pretendam sinalizar o seu comprometimento com reformas, servindo também de catalisador de outras fontes de financiamento. Já em agosto, as autoridades endereçaram ao Fundo um pedido de implementação de um programa de ajustamento apoiado financeiramente pela *Extended Fund Facility*, com uma duração inicial de dois anos, eventualmente prolongado por um ano se necessário.

Após três anos consecutivos de desaceleração económica provocada pela quebra do preço internacional do petróleo, a economia angolana verificou uma **modesta recuperação em 2017**. O setor petrolífero, que representava cerca de um quarto do produto interno bruto (em 2013, 42%), continuou a ter uma preponderância assinalável em termos de exportações e de receitas públicas (96% e 52% dos respetivos totais de 2017). O ciclo económico em Angola manteve-se intrinsecamente dependente dos desenvolvimentos nos mercados internacionais de petróleo, pelo que o aumento gradual do preço desta matéria-prima, particularmente a partir do segundo semestre de 2017, contribuiu para a melhoria do desempenho da economia.

A atividade económica expandiu 1% em 2017, assente em grande medida no desempenho do setor não-petrolífero (crescimento de 1,2%), que beneficiou do alívio das restrições no acesso a divisas e do aumento (nominal) da despesa pública. **As projeções para 2018 apontam para uma aceleração da recuperação económica para 2,2%**, impulsionada por um enquadramento externo mais favorável, pelo incremento da produção de gás natural liquefeito e por uma melhoria dos indicadores de clima económico no país.

A inflação recuou em 2017 para 26,3%, após ter atingido no final de 2016 o valor mais elevado desde 2004. Esta evolução dos preços ficou a dever-se principalmente à moderação do preço dos bens alimentares (para a qual contribuiu a estabilização da cotação do kwanza face ao dólar), à manutenção do preço dos combustíveis (que em 2016 tinham aumentado na sequência da remoção de subsídios à energia) e à maior restritividade das condições monetárias. **Esta tendência de desinflação prosseguiu no primeiro semestre de 2018**, com a inflação homóloga a situar-se em 20,2% em junho.

O défice da balança corrente diminuiu em 2017 para 4,5% do PIB, sobretudo como resultado do aumento de 18% das exportações de bens, que beneficiaram da subida do preço do petróleo. Contudo, apesar do crescimento das exportações de petróleo bruto em 2017, estas representaram apenas 55% do valor exportado em 2014, embora a produção petrolífera tenha sido incrementada em mais de 5% durante este período. As importações totais cresceram 16%, ainda que tenham persistido os constrangimentos relacionados com as dificuldades no acesso a divisas. O saldo da balança global, que atingiu -6% do PIB em 2017, foi financiado com recurso a reservas cambiais oficiais, que se reduziram 26% face ao ano anterior. **Para 2018 é esperada uma melhoria do saldo das transações com o exterior**, projetando-se uma redução de um ponto percentual no défice da balança corrente, que se deverá situar em 3,5% do PIB.

As finanças públicas continuaram a apresentar um saldo deficitário em 2017 (-4,7% do PIB), pelo que este foi o **quarto ano consecutivo de défices gémeos** em Angola. A quebra do preço do petróleo nos últimos anos teve um impacto considerável no equilíbrio das contas do Estado, evidenciado tanto na evolução do peso da receita no PIB, que passou de 35% para 16% entre 2014 e 2017, como na evolução da despesa, que no mesmo período passou de 42% para 20%. O défice nas

contas públicas em 2017 beneficiou da arrecadação de uma receita extraordinária, equivalente a 1% do PIB, relacionada com diferendos fiscais passados com empresas petrolíferas. **O Orçamento Geral do Estado para 2018 prevê uma redução do défice público para 2,5% do PIB**, em linha com os objetivos inscritos no Programa de Estabilização Macroeconómica.

Os sucessivos défices das contas públicas dos últimos anos têm implicado um **aumento sustentado da dívida pública**, que em 2017 se situou nos 64,1% do PIB, de acordo com os dados mais recentes do FMI. **A componente externa desta dívida atingiu 34,9% do PIB em 2017.**

O kwanza continuou sob pressão depreciativa em 2017 e no início de 2018. A cotação face ao euro – moeda que substituiu o dólar nos leilões de divisas do Banco Nacional de Angola (BNA) a partir do final de 2016 – desvalorizou 10,9% em 2017. No âmbito do Programa de Estabilização Macroeconómica, **o BNA abandonou a ancoragem ao dólar em janeiro de 2018**, adotando um regime de câmbios mais flexível, que permite a flutuação diária da cotação do kwanza face ao euro dentro de uma banda de $\pm 2\%$. A moeda depreciou desde então cerca de 30% face ao euro e ao dólar (valores de maio). Segundo o FMI, na sequência desta reforma cambial o *spread* para a taxa de câmbio paralela reduziu-se de 150% no final de 2017 para 90% em março de 2018.

Os elevados diferenciais de inflação face aos principais parceiros comerciais resultaram **numa perda de competitividade real** da economia angolana em 2017, com o índice de taxa de câmbio efetiva (ITCE) real a valorizar 17,6%. A forte depreciação do kwanza no início de 2018 viria, contudo, a permitir a inversão desta tendência.

A massa monetária contraiu ligeiramente (-0,1%) em 2017, o que marcou uma alteração significativa face ao verificado nos últimos anos. O principal fator explicativo para esta contração da liquidez foi a redução dos ativos externos líquidos (-30% face a 2016). Em sentido contrário, o financiamento ao setor público administrativo apresentou o principal contributo para a expansão das condições de liquidez, na sequência de um conjunto de operações do Tesouro no final do ano.

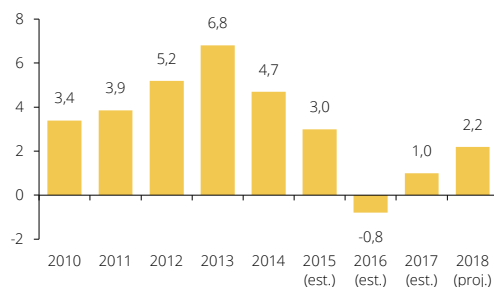
A deterioração das condições económicas nos últimos anos **penalizou o desempenho do sistema financeiro, que enfrenta importantes desafios**. Um terço do crédito total encontrava-se em incumprimento no final do primeiro semestre de 2018, o que compara com 13% no final de 2016. Esta degradação da qualidade dos ativos dos bancos levou as autoridades a estabelecerem uma empresa de gestão de ativos, com financiamento público, cujo propósito é a aquisição de uma parte considerável destes empréstimos *non-performing*, com vista a melhorar o balanço dos bancos e a contribuir para a retoma da concessão de crédito à economia, que nos últimos anos se tem retraído. São de assinalar o aumento dos níveis de capitalização do sistema financeiro e a melhoria da rentabilidade em 2018.

Quadro II.1.1 • Principais indicadores económicos

	2014	2015	2016	2017	2018
			Est.	Est.	Prog .
PIB real (taxa de variação anual)	4,7	3,0	-0,8	1,0	2,2
Inflação (taxa de variação homóloga)	7,5	14,3	41,9	26,3	28,7
Massa monetária (taxa de variação anual)	16,2	11,8	14,3	-0,1	-
Balança corrente (% do PIB)	-3,0	-10,0	-5,1	-4,5	-3,5
Saldo orçamental (% do PIB)	-6,6	-3,3	-4,8	-4,7	-2,5
Dívida pública externa (% do PIB)	28,4	35,4	45,5	34,9	-

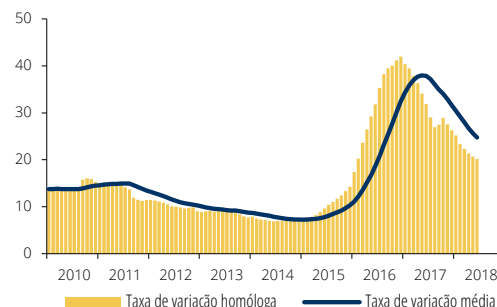
Fontes (também dos gráficos seguintes): Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

Gráfico II.1.1 • PIB Real | Taxas de variação anual, em %



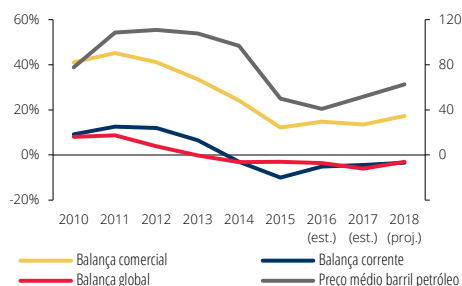
Após três anos de marcada desaceleração, a economia apresentou sinais de ligeira recuperação em 2017, beneficiando da subida sustentada do preço do petróleo iniciada na segunda metade do ano.

Gráfico II.1.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em %



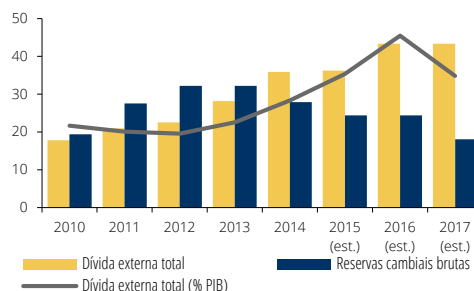
A estabilização da cotação do kwana face ao dólar, a manutenção do preço dos combustíveis e o aumento da restritividade das condições monetárias contribuíram para uma redução da inflação em 2017.

Gráfico II.1.3 • Contas externas | Em % do PIB, preço do barril de petróleo em USD



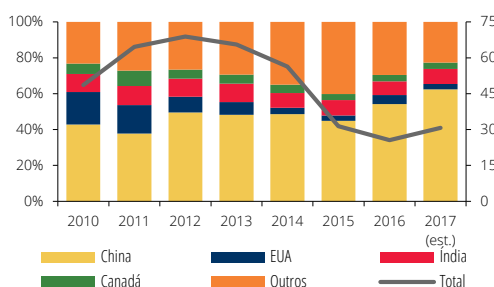
A subida do preço do petróleo em 2017 (26% no caso do preço médio do barril angolano) e o impacto negativo nas importações da persistência das dificuldades no acesso a divisas contribuíram para a redução do défice da balança corrente.

Gráfico II.1.4 • Dívida pública externa e reservas cambiais | Em mil milhões de USD



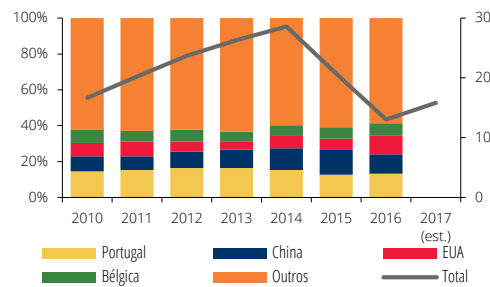
O peso da dívida externa no PIB diminuiu em 2017 para 36%, apesar de um ligeiro aumento em termos nominais. A melhoria do enquadramento externo não foi ainda suficiente para a inversão da tendência de contração do nível de reservas cambiais.

Gráfico II.1.5 • Exportações de petróleo bruto | Destinos em %, total em mil milhões de USD



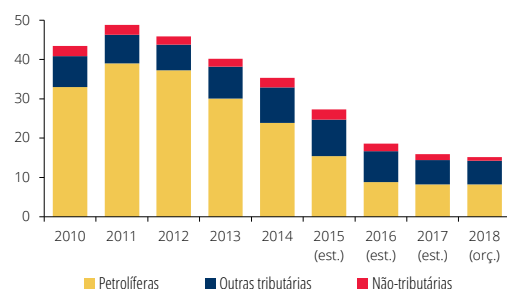
A China tem reforçado o seu peso enquanto principal destino das exportações de petróleo bruto de Angola. O valor das vendas desta matéria-prima ao exterior aumentou 20% em 2017, beneficiando da subida da cotação do petróleo nos mercados internacionais.

Gráfico II.1.6 • Importações de mercadorias | Origens em %, total em mil milhões de USD



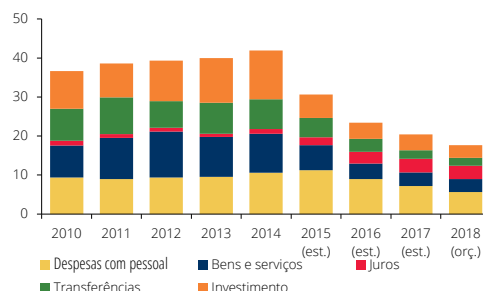
Portugal voltou a assumir-se como principal fornecedor de bens a Angola em 2016, após ter sido ultrapassado pontualmente pela China no ano anterior. O valor das importações de mercadorias terá aumentado em 2017, continuando contudo bastante abaixo do registado até 2014.

Gráfico II.1.7 • Receitas públicas | Em % do PIB



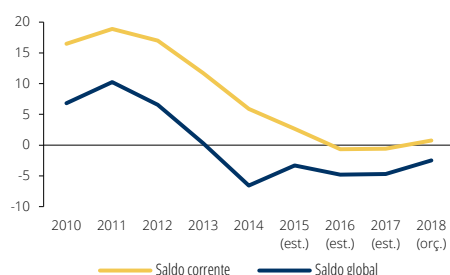
As receitas relacionadas com a atividade petrolífera representaram 52% do total da receita pública. A tendência de diminuição do peso da receita do Estado no PIB, iniciada em 2012, prosseguiu.

Gráfico II.1.8 • Despesas públicas | Em % do PIB



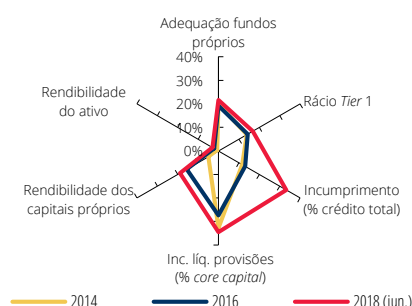
As autoridades angolanas responderam ao choque no preço do petróleo contraindo consideravelmente o nível de despesa pública. Em sentido contrário, porém, verifica-se um aumento continuado dos encargos com juros da dívida pública, que representaram 3,4% do PIB em 2017.

Gráfico II.1.9 • Contas públicas | Em % do PIB



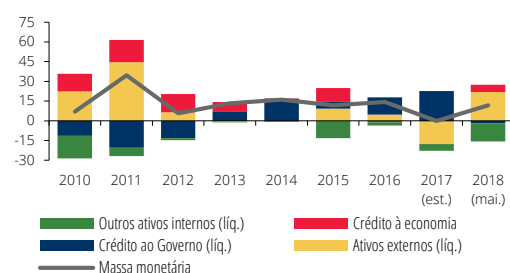
Pelo quarto ano consecutivo, as finanças públicas apresentaram um saldo negativo em 2017. A ligeira redução do défice face a 2016 beneficiou, contudo, da arrecadação de uma receita extraordinária equivalente a 1% do PIB.

Gráfico II.1.10 • Estabilidade financeira



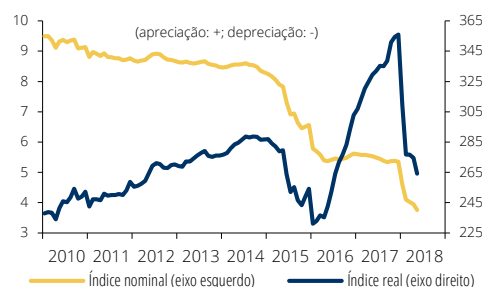
A deterioração das condições económicas nos últimos anos repercutiu-se numa degradação da qualidade dos ativos, com o incumprimento a atingir um terço do crédito total no final de junho de 2018. Os níveis de solvência e rendibilidade têm apresentado sinais de melhoria.

Gráfico II.1.11 • Fatores de variação da liquidez | Variações em % do valor inicial da massa monetária



Pela primeira vez esta década, a massa monetária contraiu em 2017, ainda que ligeiramente. O principal fator de contração da liquidez foi a redução das disponibilidades líquidas sobre o exterior.

Gráfico II.1.12 • Taxa de câmbio efetiva
Índices base 100: 2000, médias mensais



A forte depreciação do kwanza, na sequência da reforma cambial introduzida no início de 2018, permitiu consideráveis ganhos de competitividade externa, tanto em termos nominais, como em termos reais.

Quadro II.1.2 • Indicadores económicos

			2013	2014	2015	2016	2017		2018	
						Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços										
PIB nominal	mil milhões de AOA		12 056	12 458	12 321	15 603	20 072	20 656	29 073	-
	mil milhões de EUR		94,0	95,4	92,6	86,2	-	110,3	-	-
	mil milhões de USD		124,9	126,7	102,6	95,3	121,0	124,5	119,1	-
PIB real	taxa variação anual		6,8	4,7	3,0	-0,8	1,3	1,0	2,2	-
Setor petrolífero	taxa variação anual		-0,9	-2,6	6,5	-1,7	1,5	0,5	2,3	-
Outros setores	taxa variação anual		10,8	8,0	1,6	-0,4	1,3	1,2	2,1	-
Inflação (IPC-Luanda)	taxa var. homóloga		7,7	7,5	14,3	41,9	15,8	26,3	28,7	20,2 jun.
	taxa var. média anual		8,8	7,3	10,3	32,4	-	31,7	-	24,7 jun.
Finanças públicas										
Receitas totais	% PIB		40,2	35,3	27,3	18,6	18,3	15,8	15,1	-
Receitas petrolíferas	% PIB		30,1	23,8	15,4	8,8	8,4	8,2	8,3	-
Despesas totais	% PIB		39,9	41,9	30,6	23,4	24,0	20,4	17,6	-
Despesas correntes	% PIB		28,5	29,4	24,7	19,2	19,0	16,3	14,4	-
Despesas de investimento	% PIB		11,4	12,5	6,0	4,1	5,0	4,1	3,2	-
Saldo global (base compromissos)	% PIB		0,3	-6,6	-3,3	-4,8	-5,7	-4,7	-2,5	-
Saldo global (base caixa)	% PIB		3,0	-2,4	-2,2	-4,7	-5,7	-5,0	-2,5	-
Moeda e crédito										
Ativos externos líquidos	taxa variação anual		-1,3	-0,6	15,3	7,6	-	-30,1	-	53,3 mai.
Crédito à economia	taxa variação anual		10,5	0,7	17,7	-1,7	-	-0,2	-	10,5 mai.
Massa monetária (M3)	taxa variação anual		13,3	16,2	11,8	14,3	-	-0,1	-	11,8 mai.
Taxas de juro										
Crédito em moeda nac. ^(a) (180 d)	taxa anual		15,1	17,4	15,4	15,8	-	18,7	-	20,8 mai.
Depósitos em moeda nac. (180 d)	taxa anual		3,9	4,4	5,2	5,2	-	7,1	-	8,3 mai.
Depósitos em moeda estr. (180 d)	taxa anual		2,3	2,1	2,5	2,1	-	2,3	-	2,2 mai.
Estabilidade financeira										
Adequação dos fundos próprios	percentagem		19,5	19,9	19,8	19,2	-	18,9	-	21,6 jun.
Incumprimento	% crédito total		9,7	11,7	11,6	13,1	-	28,8	-	33,2 jun.
ROE - Rendibilidade dos capitais próprios	percentagem		10,9	5,0	12,9	15,6	-	14,5	-	18,9 jun.
Balança de pagamentos										
Exportações (em USD correntes)	taxa variação anual		-3,2	-12,5	-43,4	-17,8	15,6	19,0	21,9	-
Importações (em USD correntes)	taxa variação anual		7,8	8,4	-29,1	-27,8	-93,1	16,0	13,6	-
Balança comercial	% PIB		33,6	24,1	12,2	14,7	11,6	13,5	17,4	-
Balança corrente	% PIB		6,5	-3,0	-10,0	-5,1	-6,1	-4,5	-3,5	-
Reservas cambiais (brutas)	mil milhões de USD		32,2	27,9	24,4	24,4	-	18,1	-	19,5 mai.
Dívida pública externa										
Dívida pública externa total	mil milhões de EUR		21,2	27,1	32,7	39,2	-	38,4	-	-
	mil milhões de USD		28,2	35,9	36,3	43,4	-	43,4	-	-
	% PIB		22,6	28,4	35,4	45,5	-	34,9	-	-
Taxas de câmbio										
Taxa bilateral EUR/AOA	taxa média		128,2	130,6	133,1	181,1	-	187,3	-	274,9 mai.
Taxa bilateral USD/AOA	taxa média		96,5	98,3	120,1	163,7	-	165,9	-	232,6 mai.
ITCE nominal [apreciação: +] ^(b)	taxa variação anual		-2,4	-2,0	-21,0	-14,4	-	-4,8	-	-29,7 mai.
ITCE real [apreciação: +] ^(b)	taxa variação anual		2,1	3,8	-11,3	19,1	-	17,6	-	-25,8 mai.

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e cálculos do Banco de Portugal.

Notas (a) Crédito concedido a empresas; (b) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE), calculado a partir das taxas de câmbio praticadas para as moedas dos quatro maiores parceiros comerciais no período 2010/2014.

Quadro II.1.3 • Produto interno bruto | Preços correntes, em mil milhões de kwanzas

	2013	2014	2015	2016	2017		2018
				Est.	Prog.	Est.	Prog.
Agricultura	1195	1409	1623	2217	–	1263	1804
Pescas e derivados	30	38	47	62	–	458	631
Diamantes e outros	95	81	121	150	–	248	341
Petróleo	5018	4412	2958	3468	–	5086	7086
Indústria transformadora	884	1011	1132	1393	–	1181	1620
Construção	1109	1267	1499	1981	–	3568	4960
Energia	20	25	29	44	–	336	728
Serviços mercantis	2813	3214	3755	4807	–	5736	8078
Outros	892	1001	1157	1481	–	2781	3826
Produto interno bruto (preços de mercado)	12 056	12 458	12 321	15 603	20 072	20 656	29 073
Para memória:							
PIBpm nominal (em mil milhões de EUR)	94,0	95,4	92,6	86,2	–	110,3	–
PIBpm nominal (em mil milhões de USD)	124,9	126,7	102,6	95,3	121,0	124,5	119,1
PIBpm nominal (em AOA, var. anual em %)	9,5	3,3	-1,1	26,6	28,6	32,4	40,7
PIB real (variação anual em %)	6,8	4,7	3,0	-0,8	1,3	1,0	2,2
Setor petrolífero	-0,9	-2,6	6,5	-1,7	1,5	0,5	2,3
Outros setores	10,8	8,0	1,6	-0,4	1,3	1,2	2,1

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.1.4 • Índice de preços no consumidor | Em percentagem

		Var. mensal	Var. acumulada	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]	[4]
2004	Dezembro	-	31,0	31,0	43,5
2005	Dezembro	-	18,5	18,5	23,0
2006	Dezembro	-	12,2	12,2	13,3
2007	Dezembro	-	11,7	11,7	12,2
2008	Dezembro	-	13,2	13,2	12,5
2009	Dezembro	-	14,0	14,0	13,7
2010	Dezembro	-	15,3	15,3	14,5
2011	Dezembro	-	11,4	11,4	13,5
2012	Dezembro	-	9,0	9,0	10,3
2013	Dezembro	-	7,7	7,7	8,8
2014	Dezembro	-	7,5	7,5	7,3
2015	Dezembro	-	14,3	14,3	10,3
2016	Dezembro	-	41,9	41,9	32,4
2017	Dezembro	-	26,3	26,3	31,7
2016	Janeiro	3,4	3,4	17,3	11,1
	Fevereiro	3,3	6,8	20,3	12,2
	Março	3,4	10,5	23,6	13,5
	Abril	3,1	13,9	26,4	15,0
	Maio	3,5	17,9	29,2	16,8
	Junho	3,3	21,7	31,8	18,7
	Julho	4,0	26,7	35,3	20,8
	Agosto	3,3	30,8	38,2	23,1
	Setembro	2,1	33,6	39,4	25,4
	Outubro	1,8	36,0	40,0	27,8
	Novembro	2,1	38,9	41,1	30,1
	Dezembro	2,2	41,9	41,9	32,4
	Dezembro (prog.)	-	-	[11,0-13,0]	-
2017	Janeiro	2,3	2,3	40,4	34,3
	Fevereiro	2,6	4,9	39,4	35,8
	Março	2,2	7,3	37,8	37,0
	Abril	2,0	9,4	36,3	37,7
	Maio	1,8	11,4	34,1	38,0
	Junho	1,6	13,1	31,9	37,8
	Julho	1,8	15,1	29,0	37,2
	Agosto	1,7	17,0	27,0	36,1
	Setembro	2,5	20,0	27,5	35,0
	Outubro	3,0	23,6	29,0	34,0
	Novembro	1,0	24,8	27,6	32,9
	Dezembro	1,1	26,3	26,3	31,7
	Dezembro (prog.)	-	-	15,8	-
2018	Janeiro	1,4	1,4	25,1	30,5
	Fevereiro	1,1	2,5	23,4	29,2
	Março	1,4	3,9	22,3	27,9
	Abril	1,2	5,2	21,3	26,7
	Maio	1,2	6,4	20,7	25,7
	Junho	1,2	7,6	20,2	24,7
	Dezembro (prog.)	-	-	28,7	-

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / dezembro anterior; [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro II.1.5 • Balança de pagamentos | Em milhões de USD

	2013	2014	2015	2016	2017		2018
				Est.	Proj.	Est.	Proj.
Balança Corrente	8145	-3748	-10 273	-4833	-7428	-5574	-4151
Mercadorias	41 916	30 590	12 489	14 048	13 986	16 802	20 682
Exportações (f.o.b.)	68 247	59 170	33 181	27 589	31 580	32 600	39 785
Setor petrolífero	66 902	57 642	31 895	26 366	30 220	31 240	38 349
das quais: Petróleo bruto	65 611	56 364	31 394	25 578	29 725	30 733	37 642
Diamantes	1167	1335	1066	980	1132	1132	1178
Outras	177	193	220	243	228	228	258
Importações (f.o.b.)	26 331	28 580	20 693	13 541	17 594	15 798	19 103
Serviços e rendimentos	-31 646	-32 126	-21 928	-18 428	-20 441	-21 371	-23 861
Serviços (líq.)	-21 746	-23 276	-16 020	-13 168	-14 550	-14 927	-15 736
Créditos	1316	1681	1256	711	1139	1078	1282
Débitos	23 062	24 958	17 276	13 879	-15 689	16 005	17 018
dos quais: Transportes e viagens	4924	5628	4204	-	-	-	-
Construção	5049	6673	3107	-	-	-	-
Assistência técnica	9265	10 050	7185	-	-	-	-
Rendimentos (líq.)	-9900	-8850	-5908	-5259	-5891	-6444	-8125
dos quais: Débito de juros	1090	1066	1287	1809	-	-	-
Débito de dividendos e lucros	9331	7850	4292	3028	-	-	-
Transferências correntes (líq.)	-2124	-2211	-834	-454	-973	-1005	-973
Balança de Capital e Financeira	-9018	-484	6927	1373	4428	-1933	551
Transferências de capital (líq.)	1	2	6	1	0	6	3
Investimento direto estrangeiro (líq.)	-13 164	-2331	8235	1357	641	1603	1804
Outros capitais líquidos	4146	1845	-1314	16	3787	-3542	-1256
Erros e omissões	658	312	310	0	0	0	0
Balança Global	-214	-3920	-3036	-3459	-3000	-7507	-3600
Financiamento	214	3920	3036	3459	3000	7507	3600
Variação das reservas oficiais (aumento: -)	214	3920	3036	3459	3000	7507	3600
Diferencial de Financiamento	0	0	0	0	0	0	0
Para memória:							
Balança comercial (em percentagem do PIB)	33,6	24,1	12,2	14,7	11,6	13,5	17,4
Balança corrente (em percentagem do PIB)	6,5	-3,0	-10,0	-5,1	-6,1	-4,5	-3,5

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.1.6 • Exportações de mercadorias | Produtos, em milhões de USD; Países, em percentagem do total

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 Est.	2010 a 2017 Est.
Exportações totais	50 595	67 310	71 093	68 247	59 170	33 181	27 589	32 600	–
Petróleo bruto	48 629	64 539	68 871	65 611	56 364	31 394	25 578	30 733	–
Prod. refinados de petróleo e gás	722	1052	845	1291	1278	501	789	507	–
Diamantes	976	1205	1159	1167	1335	1066	980	1132	–
Outros	267	514	218	177	193	220	243	228	–
Exportações por destino^(a)									
África do Sul	3,1	2,6	4,2	2,7	3,4	4,3	5,0	4,4	3,5
Canadá	5,8	8,7	5,0	5,0	4,6	3,3	3,4	3,5	5,3
China	42,8	37,7	49,6	48,3	48,5	44,8	54,2	62,3	47,3
EUA	18,1	15,9	8,7	7,0	3,5	3,1	5,1	3,0	8,9
França	3,7	3,2	1,6	2,0	3,5	5,0	3,5	1,0	2,8
Índia	10,1	10,7	10,1	10,3	8,3	8,5	7,6	8,6	9,6
Portugal	1,8	2,4	2,5	4,7	3,4	3,8	3,1	0,9	2,9
Taiwan	4,8	8,2	6,1	5,3	4,6	4,5	4,4	4,5	5,6
Outros	9,8	10,6	12,2	14,6	20,1	22,7	13,7	11,8	14,1

Fontes: Banco Nacional de Angola e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Apenas exportações de petróleo bruto.

Quadro II.1.7 • Importações de mercadorias | Produtos, em milhões de USD; Países, em percentagem do total

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 Est.	2010 a 2016 Est.
Importações totais	16 667	20 228	23 704	26 331	28 580	20 693	13 541	15 798	–
Importações por origem									
África do Sul	4,0	3,8	3,8	3,7	3,6	3,7	3,7	–	3,7
Bélgica	7,3	6,0	6,7	5,5	6,0	6,4	6,9	–	6,3
Brasil	5,1	4,2	4,4	4,3	4,4	3,8	4,6	–	4,4
China	8,5	7,6	9,2	10,1	12,2	13,8	10,8	–	10,4
EUA	7,4	8,2	5,5	4,7	6,8	6,3	10,6	–	6,8
Portugal	14,5	15,4	16,4	16,5	15,3	12,7	13,2	–	15,0
Reino Unido	5,1	2,9	2,4	3,4	4,0	3,1	3,6	–	3,5
Outros	48,1	52,0	51,6	51,8	47,7	50,1	46,7	–	49,9

Fontes: Banco Nacional de Angola e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.1.8 • Dívida pública externa e reservas cambiais | Em milhões de USD

	2013	2014	2015	2016	2017 Est.
Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior	31 914	30 339	26 386	23 166	16 196
das quais: Reservas cambiais (brutas)	32 213	27 943	24 420	24 353	18 059
Dívida Pública Externa (incluindo Atrasados)	28 178	35 933	36 279	43 369	43 391
Comercial	18 143	26 474	26 612	33 470	33 535
Banca	16 590	24 005	23 345	30 227	29 371
Empresas	1553	2470	3267	3243	4163
Oficial bilateral	8433	7788	7906	7843	7730
Oficial multilateral	1598	1666	1756	2051	2122
Comissões	4	4	4	4	4
Para memória:					
DLX (em % do PIB)	25,5	23,9	25,7	24,3	13,0
Reservas cambiais brutas (em % do PIB)	25,8	22,0	23,8	25,5	14,5
Dívida externa total (em % do PIB)	22,6	28,4	35,4	45,5	34,9

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.1.9 • Operações financeiras do Estado | Em mil milhões de kwanzas

	2013	2014	2015	2016	2017		2018
				Est	Orç.	Est. g.e. ^(a)	Orç.
1. Receitas Totais	4849	4403	3367	2900	3668	3253	4404
Receitas tributárias	4602	4098	3042	2599	3404	2947	4139
Receitas petrolíferas	3630	2970	1898	1373	1695	1703	2399
Receitas não-petrolíferas	972	1128	1144	1227	1709	1244	1740
Receitas não-tributárias	245	303	324	299	264	302	265
Donativos	2	2	1	2	0	4	0
2. Despesas Totais	4816	5221	3774	3648	4808	4222	5129
Despesas correntes	3437	3666	3038	3003	3813	3373	4190
Despesas com o pessoal	1155	1319	1390	1397	1614	1493	1647
Bens e serviços	1228	1249	787	624	1035	718	975
Juros da dívida	99	147	249	470	484	711	968
Internos	59	88	143	243	262	388	451
Externos	40	60	106	228	222	323	517
Transferências e subsídios	955	950	612	512	680	451	600
Despesas de investimento	1379	1555	736	645	995	849	939
3. Saldo Global (base compromissos) (1.-2.)	32	-819	-407	-748	-1140	-969	-725
4. Variação de Atrasados (líq.)	324	516	138	22	0	-55	0
Internos	324	516	138	22	0	-55	0
Juros externos	0	0	0	0	0	0	0
5. Saldo Global (base caixa) (3.+4.)	356	-303	-269	-726	-1140	-1024	-725
6. Financiamento	-356	303	269	726	1140	1024	725
Financiamento Externo (líquido)	183	438	292	1999	990	530	565
Desembolsos	380	732	589	2390	1564	1099	1959
Amortizações	-197	-294	-297	-392	-575	-569	-1394
Financiamento Interno (líquido)	-539	-134	-23	-1273	150	494	160
Para memória:							
Saldo global, base compromissos (% do PIB)	0,3	-6,6	-3,3	-4,8	-5,7	-4,7	-2,5

Fontes: Ministério das Finanças de Angola e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado (em %).

Quadro II.1.10 • Síntese monetária | Em mil milhões de kwanzas

	2013	2014	2015	2016	2017	2017/2016		2018	Mai. 2018/2017	
					Est.	[1]	[2]	Mai.	[1]	[2]
Ativos Externos Líquidos	3115	3097	3570	3843	2687	-30,1	-17,7	4119	53,3	22,0
Em mil milhões de USD	32	30	26	23	16	-30,1	-0,1	18	9,3	0,0
Banco Nacional de Angola	3097	2904	3361	3527	2416	-31,5	-17,0	3593	48,7	18,0
Reservas internacionais líquidas	3041	2800	3284	3452	2227	-35,5	-18,8	3447	54,8	18,7
Reservas brutas	3145	2853	3304	4040	2996	-25,8	-16,0	4544	51,7	23,7
Em mil milhões de USD	32	28	24	24	18	-25,8	-0,1	20	8,2	0,0
Responsabilidades de curto prazo	-103	-53	-21	-588	-770	30,9	-2,8	-1097	42,5	-5,0
Outros ativos externos (líquidos)	56	105	78	75	190	154,0	1,8	147	-22,9	-0,7
Bancos Comerciais	19	193	209	317	271	-14,4	-0,7	526	94,0	3,9
Ativos Internos Líquidos	1283	2013	2141	2686	3834	42,8	17,6	3171	-17,3	-10,2
Crédito Interno (líquido)	2262	3016	3821	4513	5989	32,7	22,6	6229	4,0	3,7
Crédito ao Governo Geral (líquido)	-666	69	352	1103	2585	134,4	22,7	2466	-4,6	-1,8
Crédito à economia	2927	2947	3469	3411	3404	-0,2	-0,1	3764	10,5	5,5
Outros ativos internos (líquidos)	-979	-1003	-1680	-1828	-2155	17,9	-5,0	-3058	41,9	-13,8
Ativos Totais	4398	5110	5712	6529	6522	-0,1	-	7290	11,8	-
Massa Monetária (M3)	4398	5110	5712	6529	6522	-0,1	-	7290	11,8	-
Moeda e Quase-Moeda (M2)	4396	5103	5704	6525	6518	-0,1	-	7285	11,8	-
Moeda	2587	3097	3420	3854	3732	-3,2	-	3847	3,1	-
Circulação Monetária	276	340	381	396	419	5,8	-	349	-16,5	-
Depósitos à ordem	2311	2757	3039	3458	3313	-4,2	-	3498	5,6	-
em moeda nacional	1471	1905	2264	2575	2404	-6,6	-	2403	-0,1	-
em moeda estrangeira	840	852	775	883	909	3,0	-	1095	20,4	-
Quase-Moeda	1809	2007	2284	2671	2786	4,3	-	3438	23,4	-
Depósitos a prazo em moeda nacional	900	1167	1258	1571	1696	8,0	-	1747	3,0	-
Depósitos a prazo em moeda estrangeira	909	840	1026	1100	1090	-0,9	-	1691	55,2	-
Outros Instrumentos Financeiros	2	7	8	4	4	5,9	-	5	21,1	-

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] Variação percentual face ao final do ano anterior; [2] Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária (fatores de expansão/ contração da liquidez).

Quadro II.1.11 • Taxas de juro | Taxas anuais, em percentagem

	2013	2014	2015	2016	2017				2018	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Mai.
Depósitos										
(em Moeda Nacional)										
Depósitos à ordem	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Depósitos a prazo										
Até 90 dias	3,45	3,50	5,02	6,79	6,04	6,18	6,51	7,31	6,41	7,42
91-180 dias	3,89	4,40	5,24	5,20	5,23	5,58	5,40	7,08	8,47	8,27
181-365 dias	5,81	4,47	3,88	3,90	3,90	4,13	4,01	4,28	7,68	8,61
Mais de 1 ano	4,95	5,21	4,57	4,81	4,92	4,79	8,01	9,75	9,35	2,12
(em Moeda Estrangeira)										
Depósitos à ordem	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Depósitos a prazo										
Até 90 dias	2,01	1,89	2,26	1,99	2,08	2,08	1,86	1,83	1,87	1,74
91-180 dias	2,33	2,05	2,45	2,05	2,10	2,06	2,28	2,35	2,11	2,21
181-365 dias	2,79	2,63	3,12	2,86	2,90	2,83	2,88	2,51	2,33	2,36
Mais de 1 ano	4,97	2,61	4,61	4,83	4,86	4,89	4,89	4,95	2,06	0,43
Crédito (a empresas)										
(em Moeda Nacional)										
Até 180 dias	15,08	17,39	15,41	15,84	15,41	15,72	15,50	18,75	24,50	20,83
181-365 dias	13,86	13,88	15,23	19,71	15,41	15,58	15,41	16,03	21,72	22,88
Mais de 1 ano	13,11	13,69	14,84	15,19	15,48	16,36	16,09	13,53	21,61	24,10
(em Moeda Estrangeira)										
Até 180 dias	11,78	11,41	10,00	25,00	9,93	12,46	8,17	–	17,50	–
181-365 dias	12,07	10,64	12,97	8,41	6,68	9,59	8,45	–	9,00	–
Mais de 1 ano	9,83	10,03	9,76	8,71	9,03	9,30	4,83	9,00	8,71	12,33
Taxas de Intervenção do BNA										
Redesconto	10,25	9,75	15,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00
Taxa Básica	9,25	9,00	11,00	16,00	16,00	16,00	16,00	18,00	18,00	18,00
Facilidades Permanentes										
Cedência de liquidez	10,25	9,75	12,50	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00
Depósito <i>overnight</i>	0,75	1,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LUIBOR ^(a) <i>overnight</i>	4,71	5,39	11,31	23,35	23,67	22,40	19,70	17,77	20,12	21,02
Para memória:										
Inflação (t.v. homóloga anual)	7,70	7,48	14,27	41,94	37,85	31,89	27,46	26,26	22,33	20,65

Fonte: Banco Nacional de Angola.

Nota: (a) *Luanda Interbank Offered Rate* (taxa média ponderada das operações de cedência de liquidez, sem garantia, praticadas pelos bancos no mercado monetário interbancário).

Quadro II.1.12 • Indicadores de estabilidade financeira | Em percentagem

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Jun.
Solvabilidade						
Adequação dos fundos próprios	19,5	19,9	19,8	19,2	18,9	21,6
Rácio <i>Tier1</i>	14,3	13,9	13,8	14,3	17,6	16,8
Risco de crédito						
Incumprimento (% crédito total)	9,7	11,7	11,6	13,1	28,8	33,2
Crédito em incumprimento líquido de provisões (% capitais <i>core</i>)	22,3	32,8	19,6	27,4	43,2	34,5
Crédito em moeda estrangeira (% crédito total)	37,8	27,4	30,8	29,5	25,1	25,0
Rendibilidade						
ROE – Rendibilidade dos capitais próprios	10,9	5,0	12,9	15,6	14,5	18,9
ROA – Rendibilidade do ativo	1,4	0,6	1,7	2,2	2,1	3,0
Risco de liquidez						
Rácio crédito/depósitos	63,3	59,9	59,0	51,6	49,3	51,2
Ativo líquido/ativo total	30,1	33,9	39,7	46,3	33,8	39,5
Passivo em moeda estrangeira/passivo total	43,0	33,1	33,6	34,4	33,5	41,0

Fontes: Banco Nacional de Angola e Fundo Monetário Internacional.

Quadro II.1.13 • Taxas de câmbio | Taxas médias

			ITCE ^(a) base 100: 2000	
			Nominal	Real
		EUR/AOA	USD/AOA	
2004		103,9	83,5	11,6
2005		108,6	87,2	11,0
2006		100,9	80,4	11,8
2007		105,1	76,7	11,8
2008		110,4	75,0	11,3
2009		110,7	79,3	10,8
2010		121,9	91,9	9,3
2011		130,7	93,9	8,8
2012		122,7	95,5	8,8
2013		128,2	96,5	8,6
2014		130,6	98,3	8,5
2015		133,1	120,1	7,2
2016		181,1	163,7	5,5
2017		187,3	165,9	5,5
2016	Janeiro	169,0	155,6	5,8
	Fevereiro	174,8	157,6	5,7
	Março	176,9	159,4	5,6
	Abril	186,2	164,2	5,4
	Maio	187,6	165,9	5,4
	Junho	186,3	165,9	5,4
	Julho	183,6	165,9	5,5
	Agosto	186,0	165,9	5,4
	Setembro	186,0	165,9	5,4
	Outubro	182,9	165,9	5,5
	Novembro	179,2	165,9	5,6
	Dezembro	174,9	165,9	5,6
2017	Janeiro	176,1	165,9	5,6
	Fevereiro	176,6	165,9	5,6
	Março	177,3	165,9	5,6
	Abril	177,9	165,9	5,6
	Maio	183,3	165,9	5,5
	Junho	186,3	165,9	5,5
	Julho	191,1	165,9	5,5
	Agosto	195,9	165,9	5,4
	Setembro	197,7	165,9	5,3
	Outubro	195,1	165,9	5,4
	Novembro	194,5	165,9	5,4
	Dezembro	196,4	165,9	5,3
2018	Janeiro	230,4	189,0	4,6
	Fevereiro	259,5	210,2	4,1
	Março	264,2	214,1	4,0
	Abril	267,9	218,3	3,9
	Maio	274,9	232,6	3,8

Fontes: Banco Nacional de Angola, Banco Central Europeu, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Índice de taxa de câmbio efetiva, com base nas taxas oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 2010/2014. Um aumento/diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação/depreciação do kwanza.



2 Cabo Verde

Área

4 033 Km²

Capital

Praia

População

538 milhares (2017; fonte: INE-CV)

Moeda

escudo CV

O ritmo de crescimento económico em Cabo Verde aumentou ligeiramente em 2017, dinamizado pela procura interna e pelo turismo. A política monetária mais acomodatória, adotada a meio do ano, num contexto de pressões inflacionistas contidas, e a aceleração do crédito à economia, deram um contributo positivo. No entanto, o consequente aumento das importações provocou uma degradação da balança corrente. Contando igualmente com menores entradas na balança financeira, as reservas cambiais reduziram-se, sendo fundamentais para a sustentabilidade do regime cambial de *peg* ao euro.

O défice orçamental manteve praticamente o seu peso no PIB, com a maior arrecadação de impostos e o volume extraordinário de donativos a financiarem as acrescidas despesas de investimento. O *stock* de dívida pública reduziu-se, invertendo a trajetória anterior, sobretudo como reflexo do impacto da desvalorização do dólar face ao euro na respetiva componente externa.

A economia cabo-verdiana manteve em 2017 um **ritmo sólido de crescimento**, atingindo 3,9% (3,8% em 2016), alicerçado no comportamento da procura interna, com claro destaque para o consumo privado, para além de alguma dinâmica do investimento e das exportações, sobretudo, de serviços.

Este desempenho traduziu maior atividade nos setores da indústria transformadora, da administração pública, da eletricidade e água e do alojamento, restauração e comércio. Em sentido contrário, a fraca pluviosidade teve um impacto importante na retração da produção agrícola, afetando claramente a oferta agregada.

A procura acrescida impulsionou as importações de bens e de serviços, provocando um **aumento do défice da balança corrente** para 6,8% do PIB (2,7% em 2016), ainda que contando com um montante extraordinário de transferências oficiais e com nova aceleração das receitas do turismo. A dinâmica da procura turística foi sobretudo sentida no mercado do Reino Unido e, em segundo plano, da Alemanha, Bélgica, Países Baixos e França. A oferta turística também aumentou, com novo reforço da capacidade hoteleira do país em pequenos empreendimentos em Santo Antão e Fogo e em dois projetos maiores no Sal.

Adicionalmente, alguma diminuição do investimento direto estrangeiro e o aumento das aplicações no exterior por parte dos bancos e do setor empresarial fizeram descer o saldo da balança de capital e operações financeiras, o qual deixou de cobrir o défice corrente.

A balança global negativa acarretou o **decréscimo das reservas cambiais**, as quais passaram a cobrir 5,9 meses de importações de bens e serviços (7,1 meses no ano anterior), fundamentais para a defesa do regime de paridade fixa com o euro, em vigor desde 1998.

A redução dos ativos externos líquidos do BCV condicionou a posição externa do sistema, **atenuando a expansão monetária** para 6,6% em 2017 (8,4% em 2016), apesar da aceleração do crédito à economia. Este dinamismo do crédito ao setor privado reflete igualmente a atividade económica, a par dos níveis de confiança e de melhores condições creditícias, sobretudo menores exigências bancárias e custos, na sequência também dos cortes de taxas efetuados pelo BCV em junho de 2017.

O aumento da atividade creditícia não foi suficiente para conter o excesso de liquidez do sistema mas terá concorrido para algum aumento da sua rendibilidade e da qualidade do crédito, ainda que os níveis de malparado se tenham mantido elevados: o crédito com imparidade representava 14,5% do crédito total no final de 2017 (15,5% no final de 2016).

As condições monetárias evoluíram num contexto de **taxas de inflação ascendentes mas baixas**, fechando o ano em 0,3% e 0,8%, em termos homólogos e médios, respetivamente. Esta evolução repercute sobretudo os efeitos diretos e indiretos do aumento dos preços das matérias-primas, nomeadamente energéticas, com impacto nos preços administrados de combustíveis, eletricidade, água e transportes coletivos urbanos.

O bom nível de crescimento económico teve igualmente impacto positivo na arrecadação fiscal, não apenas no IVA e nos impostos sobre as transações internacionais (com o aumento das importações) mas também nos impostos sobre o rendimento. Do lado das receitas, de destacar ainda as entradas excecionais de ajuda orçamental, com o final do segundo compacto do *Millennium Challenge Account* e o reforço de recursos da União Europeia (Programas de Emergência a Santo Antão e para Mitigação da Seca e do Mau Ano Agrícola), em complemento à ajuda ao orçamento (Luxemburgo e Portugal).

O aumento das receitas públicas permitiu a acomodação do crescimento das despesas, sobretudo de investimento, face à inclusão da transferência de ativos do instituto de fomento da habitação (uma parcela do programa de habitação social, denominado “Casa para todos”).

O **defíce orçamental registou uma ligeira subida** (em 0,1 pp, para 3,2% do PIB), com as necessidades de financiamento do Estado a serem cobertas por endividamento externo e interno. No entanto, a dívida pública apresentou uma trajetória descendente em 2017, com o peso no PIB

a diminuir para 124% no final de 2017, 91% na componente externa (em descida como reflexo do impacto da depreciação do USD) e 33% na componente interna (em subida mas dentro dos limites instituídos no orçamento do Estado).

As previsões **para 2018** apontam para nova aceleração do crescimento económico (para 4,3%), mantendo-se as tendências do ano anterior e beneficiando ainda do impacto desfasado da política monetária mais acomodatória adotada em 2017.

A dinâmica da atividade económica voltará a pressionar as importações e, consequentemente, a balança corrente, cujo défice deverá subir a 9,4% do PIB. O investimento direto estrangeiro e os desembolsos dos empréstimos externos ao Estado permitirão contudo financiar a balança corrente e acumular reservas cambiais (que deverão garantir 5,6 meses das importações de bens e serviços programadas).

O défice orçamental deverá manter o nível do ano anterior (3,2% do PIB), com o aumento das receitas de impostos (que inclui recuperação de atrasados) a absorver a quebra dos donativos e a subida das despesas correntes.

Os valores conhecidos de 2018 denotam contudo um cenário um pouco diferente do descrito. A balança corrente apresenta uma melhoria no primeiro trimestre, com a subida das exportações de bens e de serviços e uma ligeira diminuição das importações. O baixo grau de execução do programa de investimento público contribuiu para o saldo orçamental positivo registado até março. As menores necessidades de financiamento do Estado têm vindo a repercutir-se na diminuição do crédito líquido ao setor público administrativo, contribuindo para um decréscimo, até maio, da massa monetária. O crédito à economia manteve-se no mesmo nível e as reservas cambiais do BCV têm compensado a redução dos ativos líquidos sobre o exterior dos bancos comerciais.

Em 2018 foi aprovada a lei cambial que liberaliza as operações de capital com o exterior, assumindo “de jure” a prática “de facto” já existente.

Um dos principais **riscos** externos da economia cabo-verdiana será o eventual aumento do protecionismo a nível mundial, com reflexos em especial sobre os preços das importações.

A nível interno destaca-se a possibilidade de não se materializar o aumento de receitas fiscais (nomeadamente a prevista recuperação de atrasados), o abrandamento do ritmo de implementação do plano de reestruturação do setor empresarial do Estado, a desaceleração da constituição de depósitos de emigrantes (fundamental para o *funding* dos bancos) e a persistência dos níveis atuais de crédito malparado.

Quadro II.2.1 • Principais indicadores económicos

	2015	2016	2017	2018
			Est.	Prog .
PIB real (taxa de variação anual)	1,0	3,8	3,9	4,3
Inflação (taxa de variação homóloga)	-0,5	-0,3	0,3	1,0
Massa monetária (taxa de variação anual)	5,9	8,4	6,6	5,3
Balança corrente (% do PIB)	-4,6	-2,7	-6,8	-9,4
Reservas oficiais (meses de importações)	6,4	7,1	5,9	5,6
Saldo orçamental (% do PIB)	-4,6	-3,1	-3,2	-3,2
Dívida pública, excluindo TCMF ^(a) (% do PIB)	126,0	129,3	124,0	–

Fontes (também dos gráficos seguintes): FMI, BCV, Ministério das Finanças de Cabo Verde e INE de Cabo Verde.
 Nota: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira, cobertos pelos recursos de um *Trust Fund* estabelecido em *offshore*.

Caixa 1 • 20 anos do Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde

Assinado a 13 de março de 1998, o Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde (ACC) completa no corrente ano 20 anos de existência.

O ACC surgiu integrado numa estratégia de liberalização, abertura e modernização da economia cabo-verdiana, que incluiu um programa de conversão da dívida interna, um conjunto abrangente de privatizações e a progressiva liberalização da balança corrente. À data, as autoridades cabo-verdianas negociaram um programa de *Standby* com o Fundo Monetário Internacional (FMI), destinado a apoiar igualmente aquela estratégia.

A adoção de um regime cambial de paridade fixa com o euro (inicialmente com o escudo português) deu ao ACC um papel de promotor da estabilização, eliminando o risco cambial face aos principais mercados e procurando a redução dos níveis de inflação e o fomento da abertura ao exterior, especialmente a Portugal e à União Europeia, quer nas trocas comerciais quer no investimento.

Igualmente importante neste acordo foi o compromisso das autoridades de Cabo Verde em adotar políticas macroeconómicas compatíveis com a salvaguarda do regime, não apenas na esfera monetária e financeira, como também no domínio orçamental, face ao eventual impacto sobre os desequilíbrios externos e consequente pressão sobre as reservas cambiais.

Tendo em conta este compromisso e reconhecendo as vantagens do regime para Cabo Verde, o contributo direto da parte portuguesa consistiu na disponibilização de uma facilidade de crédito de curto prazo com características concessionais, destinada ao reforço das reservas cambiais, em caso de necessidade (definida operacionalmente como um limiar para as reservas oficiais, de menos de 3 meses das importações de bens e serviços programadas).

Foram acrescentadas responsabilidades partilhadas, assentes em estruturas de acompanhamento e apoio técnico (Comissão do ACC e Unidade de Acompanhamento Macroeconómico) paritariamente constituídas, com canais privilegiados para os decisores nacionais e com capacidades técnicas de avaliação económica e financeira.

O balanço de vigência do ACC é amplamente reconhecido como muito positivo, não apenas pelas autoridades de ambos os países mas também por instituições internacionais, como o FMI ou o Banco Mundial. O país cresceu e modernizou-se, sem realinhamento da paridade ao longo destas duas décadas, o que constitui uma indicação clara da adequabilidade do regime.

A facilidade de crédito foi anualmente usada até 2004. Desde então, as autoridades cabo-verdianas não efetuaram qualquer saque à facilidade, não tendo as reservas voltado a cair abaixo do limiar de necessidade estipulado.

É igualmente patente uma evolução favorável relativamente aos principais objetivos do ACC:

Promoção da estabilidade económica e financeira:

- diminuição dos níveis de inflação, em níveis contidos ainda que oscilantes e progressivamente mais alinhados com os da área do euro;
- redução dos desequilíbrios orçamentais, interrompida nos anos posteriores à crise financeira global, face à opção pública pelo estímulo à economia, mas entretanto retomada;
- reforço progressivo das reservas cambiais, acompanhado de uma alteração do modelo de financiamento externo da economia, com progressivo maior pendor nas exportações de bens e serviços e investimento direto estrangeiro, substituindo-se às transferências.

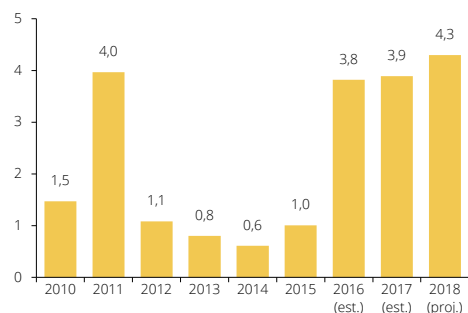
Promoção da abertura ao exterior:

- o conjunto das exportações e importações de bens e serviços apresentou uma clara tendência de subida desde 1998, para perto de 120% do PIB nos últimos anos;
- aumento e consolidação do peso dos países europeus no conjunto das exportações e importações cabo-verdianas, para perto de 80% do total;
- crescimento claro do investimento direto estrangeiro, sobretudo no período até à crise financeira internacional.

Esta evolução positiva foi ainda acompanhada pela progressiva liberalização dos movimentos de capitais, a qual passou efetivamente a estar consagrada na lei cambial aprovada em 2018. Ainda que transponha para diploma legal uma situação que de facto já existia em Cabo Verde, a nova lei cambial cria um enquadramento que exige o acompanhamento de um conjunto mais alargado de indicadores por parte das autoridades cabo-verdianas.

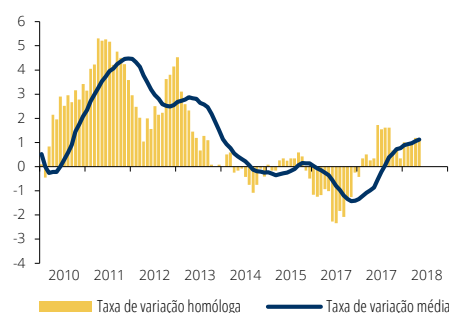
O principal desafio futuro consistirá na manutenção de políticas macroeconómicas em linha com a paridade cambial neste novo contexto, assumindo uma importância acrescida a regulação e a supervisão do sistema financeiro.

Gráfico II.2.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em %



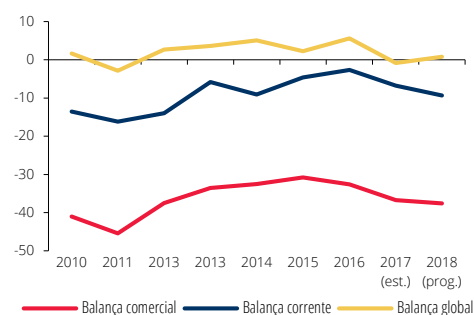
Desde 2016, a atividade económica cabo-verdiana tem vindo a apresentar ritmos de crescimento em torno de 4%, sobretudo com base no consumo privado mas também no investimento, mantendo-se em destaque o comportamento das receitas de turismo.

Gráfico II.2.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em %



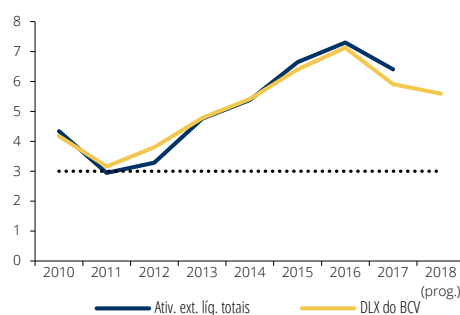
Em 2017 a inflação voltou a terreno positivo, ainda que com valores muito baixos. A subida registada reflete principalmente o comportamento da componente importada, em especial os produtos petrolíferos, com impacto nos preços administrados de combustíveis, eletricidade, água e transportes coletivos urbanos.

Gráfico II.2.3 • Contas externas | Em % do PIB



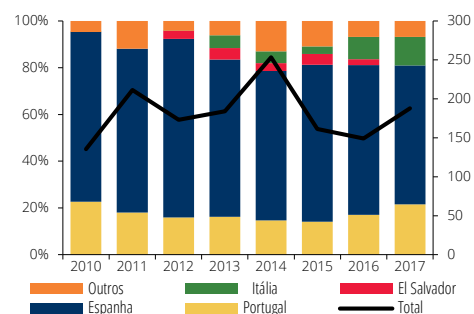
O crescimento das importações decorrente da maior atividade levou ao aumento do défice da balança corrente em 2017, apesar do montante extraordinário de transferências oficiais e de nova aceleração das receitas do turismo.

Gráfico II.2.4 • Reservas cambiais | Em meses de importações de bens e serviços



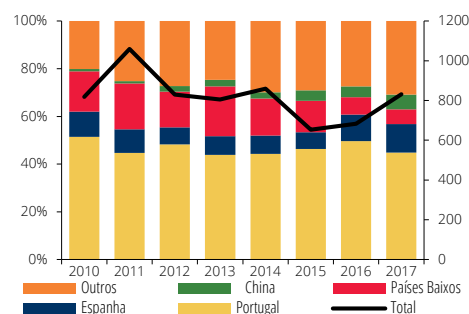
O maior défice corrente e a diminuição do excedente da balança financeira (menor investimento direto estrangeiro e aumento das aplicações de bancos e setor empresarial no exterior) refletiram-se numa redução das reservas cambiais, inflitando a trajetória ascendente iniciada em 2011.

Gráfico II.2.5 • Exportações de mercadorias Destinos em %, total em milhões de USD



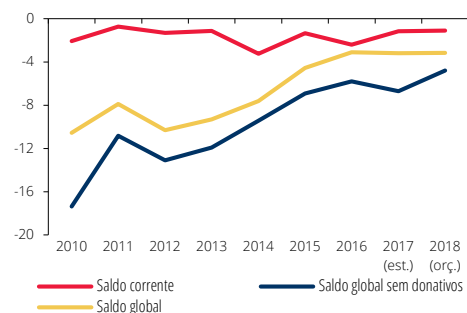
Espanha e Portugal mantêm-se como os principais destinos das exportações cabo-verdianas, responsáveis por cerca de 80% do total. Apesar da redução em 2017, Espanha é o mais destacado, sobretudo em produtos do mar, com Portugal a continuar a recuperação iniciada em 2016.

Gráfico II.2.6 • Importações de mercadorias Origens em %, total em milhões de USD



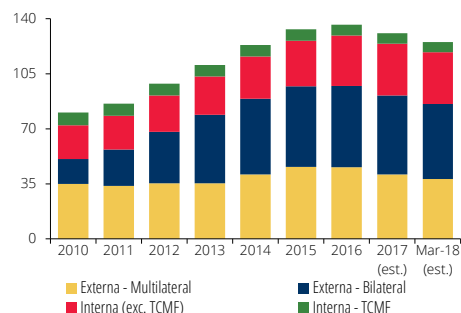
Os produtos com origem em Portugal constituem cerca de metade das importações cabo-verdianas desde 1998. Tal como acontece desde 2002, os Países Baixos e a Espanha continuam a ser os segundos mercados de produtos importados, com a China a evidenciar um crescimento importante nos últimos anos.

Gráfico II.2.7 • Contas públicas | Em % do PIB



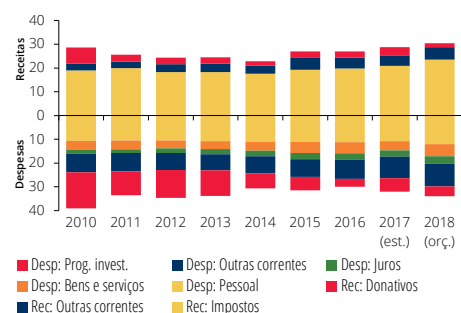
Em 2017 o défice orçamental manteve-se pouco acima dos 3% do PIB, nível a que estabilizou após o programa alargado de investimento público implementado com o intuito de dar resposta aos efeitos da crise internacional.

Gráfico II.2.8 • Dívida pública | Em % do PIB



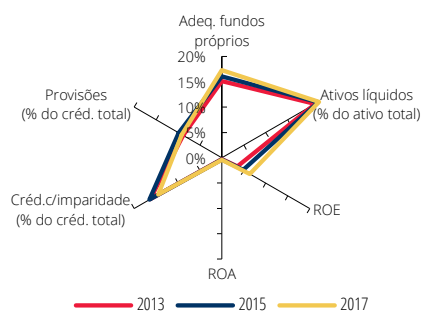
A dívida pública evidenciou em 2017 uma redução, tanto em termos nominais como em peso no PIB. A componente externa desceu para 91% do PIB (sobretudo como reflexo do impacto da depreciação do USD) e a dívida interna subiu a 33% (evoluindo contudo dentro dos limites definidos no orçamento).

Gráfico II.2.9 • Receitas e despesas públicas | Em % do PIB



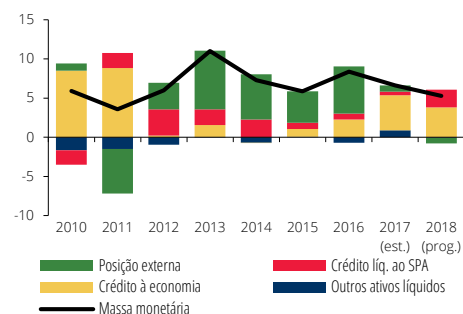
A maior atividade económica tem vindo a impulsionar a coleta de impostos, à qual se juntou um aumento extraordinário de donativos em 2017. A pressão das despesas correntes conjugou-se com maiores despesas de investimento, aumentando as despesas totais para 32% do PIB.

Gráfico II.2.10 • Indicadores de estabilidade financeira



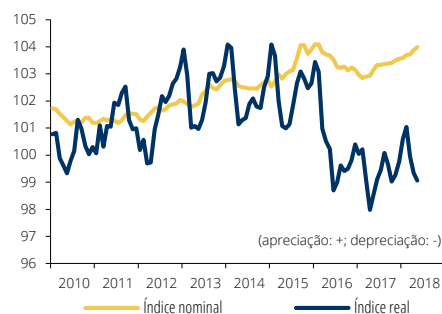
O crescimento do crédito concedido (sobretudo ao setor privado) em 2017 contribuiu para uma evolução positiva dos indicadores de estabilidade financeira do sistema bancário cabo-verdiano. A solvabilidade, a rentabilidade e a qualidade do crédito melhoraram, ainda que se mantenham elevados os níveis de crédito com imparidade.

Gráfico II.2.11 • Fatores de variação da liquidez | Variações em % do valor inicial da massa monetária



Apesar do crescimento do crédito à economia, em 2017 registou-se uma desaceleração da expansão monetária, face à diminuição da posição externa líquida do sistema (induzida pela redução dos ativos externos líquidos do BCV).

Gráfico II.2.12 • Taxas de câmbio efetivas
Índices base 100: 2000, médias mensais



Em termos efetivos nominais, o escudo cabo-verdiano valorizou-se ao longo de 2017, como resultado da desvalorização do real brasileiro face ao euro. Após depreciar nos primeiros meses, o escudo apreciou-se em termos reais a partir de maio com a redução dos diferenciais de inflação para os seus principais parceiros comerciais.

Quadro II.2.2 • Indicadores económicos

		2013	2014	2015	2016	2017		2018	
					Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços									
PIB p.m.	milhões de EUR	1394	1401	1439	1482	1554	1557	1630	–
	t. var. real	0,8	0,6	1,0	3,8	3,9	3,9	4,3	–
Inflação (IPC)	t. var. homóloga	0,1	-0,4	-0,5	-0,3	1,1	0,3	1,0	1,1 mai.
	t. var. média	1,5	-0,2	0,1	-1,4	1,0	0,8	1,0	1,1 mai.
Finanças públicas									
Receitas totais	% do PIB	24,5	22,9	26,9	27,0	29,5	28,8	30,4	–
Donativos	% do PIB	2,6	1,8	2,4	2,7	3,1	3,5	1,6	20,2 jun.
Despesas totais	% do PIB	33,8	30,6	31,5	30,0	33,0	32,0	33,9	24,7 jun.
Saldo global (base compromissos)	% do PIB	-9,3	-7,6	-4,6	-3,1	-3,4	-3,2	-3,2	–
Sem donativos	% do PIB	-11,9	-9,4	-6,9	-5,8	-6,4	-1,2	-4,8	–
Dívida interna	% do PIB	31,6	34,3	36,2	39,1	–	39,6	–	39,3 mar.
dq: TCMF ^(a)	% do PIB	7,4	7,4	7,2	7,0	–	6,6	–	6,3 mar.
Moeda e crédito									
Crédito ao SPA (líq.)	t. var. anual	10,7	12,1	4,0	4,0	13,2	2,4	12,9	-3,9 mai. ^(f)
Crédito à economia	t. var. anual	2,0	-0,1	1,6	3,6	3,2	7,5	6,3	-0,2 mai. ^(f)
Massa monetária (M3)	t. var. anual	11,0	7,3	5,9	8,4	5,5	6,6	5,3	-0,9 mai. ^(f)
Taxas de juro ^(b)									
Depósitos a 1 ano (média das OIM)	taxa anual	4,3	4,4	4,1	3,8	–	2,9	–	2,6 mai.
Redesconto	taxa anual	9,8	7,8	7,5	7,5	–	5,5	–	5,5 mai.
Cedência de liquidez	taxa anual	8,8	6,8	6,5	6,5	–	4,5	–	4,5 jun.
Billhetes do Tesouro, a 91 dias	taxa anual	2,7	1,5	1,3	0,7	–	0,7	–	1,0 mar.
Estabilidade financeira									
Adequação dos fundos próprios ^(c)	percentagem	15,1	15,6	16,1	15,5	–	17,3	–	18,4 mar.
Crédito com imparidade / crédito total	percentagem	16,4	18,7	16,5	15,5	–	14,5	–	16,0 mar.
ROE - Rendibilidade dos capitais próprios	percentagem	3,5	3,1	4,8	4,2	–	6,4	–	–
Balança de pagamentos									
Exportações (em USD correntes)	t. var. anual	6,4	37,7	-36,4	-7,5	6,9	26,0	23,9	–
Importações (em USD correntes)	t. var. anual	-3,1	6,7	-23,9	4,6	7,0	21,8	31,8	–
Balança corrente	% do PIB	-5,8	-9,1	-4,6	-2,7	-6,7	-6,8	-9,4	–
Excluindo transferências oficiais	% do PIB	-9,0	-12,1	-8,0	-5,4	-6,7	-10,6	-12,2	–
Balança corrente e de capital	% do PIB	-5,4	-8,7	-3,4	-1,9	-6,0	-5,9	-8,8	–
Reservas oficiais	meses import. ^(e)	4,8	5,4	6,4	7,1	7,0	5,9	5,6	5,7 mai.
Dívida externa									
Valor total	milhões de EUR	1101,0	1246,6	1396,8	1438,9	–	1418,2	–	1398,5 mar.
	% do PIB	79,0	89,0	97,0	97,1	–	91,1	–	85,8 mar.
	% export. ^(e)	173,8	185,0	230,0	216,0	–	190,1	–	177,8 mar.
Serviço da dívida	% export. ^(e)	4,7	4,8	6,3	5,7	–	2,5	–	6,6 mar.
Taxas de câmbio									
EUR/CVE (mercado oficial)	t. média	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3 jun.
USD/CVE (mercado oficial)	t. média	83,1	83,1	99,4	99,7	103,8	97,9	78,3	98,3 jun.
ITCE nominal [apreciação: +] ^(b)	t. var. anual	0,7	0,0	1,1	-0,7	–	-0,3	–	0,4 mai. ^(f)
ITCE real [apreciação: +] ^(b)	t. var. anual	0,1	-0,4	-0,3	-2,2	–	-2,8	–	-0,7 mai. ^(f)

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min. das Finanças de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira; (b) Médias mensais (correspondentes a Dezembro para os valores anuais); (c) Capital regulamentar/ativo ponderado pelo risco; (d) Índice da taxa de câmbio efetiva, calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 2010/2014 (valorização: +; desvalorização: -); (e) Importações e exportações de bens e serviços; (f) Variação face a dezembro anterior.

Quadro II.2.3 • Produto interno bruto | Preços correntes, em milhões de CVE

	2011	2012	2013	2014	2015	2016 Est.	2017 Est.	2018 Proj.
Setor primário	12 214	13 249	13 322	13 089	14 432	14 370	11 527	–
Agricultura, produção animal, caça e floresta	10 597	11 660	11 393	10 946	12 005	12 662	9809	–
Pesca e aquacultura	1005	1040	1334	1433	1872	1162	1190	–
Indústrias extrativas	612	549	595	710	556	545	528	–
Setor secundário	25 666	25 017	26 330	28 212	28 192	27 927	31 316	–
Indústrias transformadoras	8054	8547	8916	9862	10 389	11 514	13 320	–
Eletricidade, gás e água	2157	3268	3999	4071	5234	4648	5853	–
Construção	15 455	13 203	13 415	14 278	12 569	11 765	12 142	–
Setor terciário	89 645	93 464	95 045	94 563	96 043	99 731	105 185	–
Comércio; reparação de veículos automóveis e motociclos	19 003	18 785	17 278	17 720	16 179	16 020	17 109	–
Alojamento, restaurantes e estabelecimentos de bebidas	14 038	13 300	14 664	13 105	14 999	15 129	16 112	–
Transporte e armazenagem	5896	8651	9065	8221	7260	7886	9265	–
Telecomunicações e correios	6245	6330	6130	6122	6013	5554	5126	–
Serviços financeiros	5077	5237	5377	5986	6138	6758	7236	–
Imobiliária e outros serviços	14 696	15 885	15 897	15 948	16 210	16 654	17 069	–
Serviços às empresas	3176	3393	3489	2951	4057	4354	4348	–
Administração pública	21 514	21 882	23 144	24 510	25 188	27 375	28 919	–
Valor acrescentado bruto	127 525	131 730	134 697	135 865	138 667	142 028	148 028	–
Impostos sobre produtos, líq. de subvenções	20 399	18 621	19 026	18 571	20 032	21 354	23 645	–
Produto interno bruto (p. m.)	147 924	150 351	153 723	154 436	158 699	163 381	171 673	179 751
Consumo	120 265	123 619	127 167	128 676	133 410	138 772	150 273	–
Público	27 401	25 963	26 837	28 496	29 918	31 808	32 714	–
Privado	92 864	97 656	100 330	100 180	103 491	106 964	117 559	–
Investimento	70 277	55 920	48 622	57 148	47 906	58 917	64 001	–
Procura interna	190 542	179 539	175 789	185 824	181 316	197 689	214 274	–
Exportações de bens e serviços	52 541	60 790	62 246	62 332	71 268	62 871	67 171	–
Procura global	243 084	240 329	238 035	248 156	252 583	260 561	281 446	–
Importações de bens e serviços	95 159	89 978	84 312	93 720	93 884	97 179	109 772	–
Para memória:								
Poupança interna bruta	27 659	26 732	26 556	25 760	25 289	24 609	21 400	–
PIBpm nominal (milhões de EUR)	1342	1364	1394	1401	1439	1482	1557	1630
PIBpm nominal (milhões de USD)	1866	1752	1850	1859	1597	1639	1754	2296
Deflator do PIB (variação anual em %)	2,7	0,6	1,4	-0,1	1,7	-0,8	1,1	0,4
PIB nominal (variação anual em %)	6,8	1,6	2,2	0,5	2,8	3,0	5,1	4,7
PIB real (variação anual em %)	4,0	1,1	0,8	0,6	1,0	3,8	3,9	4,3

Fontes: INE de Cabo Verde, Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.2.4 • Índice de preços no consumidor | Em percentagem

		Var. mensal	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]
2004	Dezembro	-	0,6	-1,9
2005	Dezembro	-	1,8	0,4
2006	Dezembro	-	5,8	4,8
2007	Dezembro	-	4,0	4,4
2008	Dezembro	-	6,7	6,8
2009	Dezembro	-	-0,4	1,0
2010	Dezembro	-	3,4	2,1
2011	Dezembro	-	3,6	4,5
2012	Dezembro	-	4,1	2,5
2013	Dezembro	-	0,1	1,5
2014	Dezembro	-	-0,4	-0,2
2015	Dezembro	-	-0,5	0,1
2016	Dezembro	-	-0,3	-1,4
2017	Dezembro	-	0,3	0,8
2016	Janeiro	-0,5	-1,2	0,0
	Fevereiro	-0,5	-1,3	-0,1
	Março	-0,3	-1,2	-0,1
	Abril	0,0	-0,9	-0,2
	Maio	0,1	-1,0	-0,4
	Junho	-1,3	-2,3	-0,6
	Julho	0,2	-2,3	-0,8
	Agosto	0,6	-1,8	-1,0
	Setembro	0,1	-2,1	-1,2
	Outubro	0,7	-1,3	-1,3
	Novembro	-0,1	-1,3	-1,4
	Dezembro	0,8	-0,3	-1,4
	Dezembro (proj.)	-	-1,8	-1,6
2017	Janeiro	-0,7	-0,4	-1,3
	Fevereiro	0,3	0,3	-1,2
	Março	-0,2	0,5	-1,1
	Abril	-0,3	0,3	-1,0
	Maio	0,2	0,3	-0,9
	Junho	0,1	1,7	-0,5
	Julho	0,0	1,5	-0,2
	Agosto	0,7	1,6	0,1
	Setembro	0,1	1,6	0,4
	Outubro	-0,3	0,7	0,6
	Novembro	0,0	0,8	0,7
	Dezembro	0,4	0,3	0,8
	Dezembro (proj.)	-	1,1	1,0
2018	Janeiro	0,0	1,0	0,9
	Fevereiro	0,1	0,8	0,9
	Março	0,0	1,0	1,0
	Abril	-0,1	1,2	1,1
	Maio	0,1	1,1	1,1
	Dezembro (proj.)	-	1,0	1,0

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [3] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro II.2.5 • Balança de pagamentos | Em milhões de CVE

	2014	2015	2016	2017			2018	
			Est.	Proj.	Trim. I	Est.	Proj.	Trim. I
1. Balança corrente	-14 025	-7292	-4343	-11 495	-8	-11 692	-16 861	1800
Balança comercial	-50 277	-48 871	-53 236	-59 345	-14 804	-63 041	-67 590	-12 715
Exportações (f.o.b.) ^(a)	21 044	16 024	14 868	16 548	4424	18 401	18 227	6143
Importações (f.o.b.)	-71 322	-64 894	-68 105	-75 893	-19 228	-81 442	-85 817	-18 858
Balança de serviços (líq.)	21 904	22 086	26 164	26 405	9522	29 343	28 958	9051
Exportações	53 241	50 940	58 570	60 083	17 647	63 862	68 511	16 781
dq: Transportes	9526	9478	9533	-	2831	9222	-	2513
Turismo	32 121	33 182	35 028	36 759	10 992	40 659	47 576	11 319
Importações	-31 337	-28 855	-32 407	-33 678	-8125	-34 519	-39 553	-7730
dq: Transportes	-7842	-7602	-8423	-	-2324	-9589	-	-2169
Turismo	-2692	-2325	-3979	-	-887	-4098	-	-990
Balança de rendimentos (líq.)	-7692	-5751	-6259	-5965	-1588	-6495	-5745	-651
Exportações	1165	1254	2301	-	574	2666	-	650
dq: Rendimento TF ^(b) (anos anteriores)	373	414	267	-	0	35	-	0
Importações	-8857	-7006	-8560	-	-2163	-9161	-	-1300
dq: Juros da dívida pública prog.	-1518	-1734	-1542	-2031	-495	-1756	-1 841	-293
Transferências correntes	22 039	25 244	28 988	27 410	6862	28 500	27 516	6115
Transferências oficiais	4664	5395	4527	-	1873	6529	5129	1027
Transferências privadas	17 375	19 850	24 461	-	4989	21 971	22 387	5088
dq: Remessas de emigrantes	16 158	19 679	19 750	-	4324	18 651	-	4338
2. Conta de capital e operações financeiras	19 390	13 251	14 290	10 149	-406	8548	18 311	3911
Balança de Capital	659	1884	1255	1200	424	1576	1112	138
Transferências de capital	659	1884	1255	1200	424	1576	1112	138
Balança de Operações Financeiras	18 731	11 367	13 035	8949	-830	6971	17 198	3773
Investimento direto	10 557	9359	11 251	10 506	1923	9282	12 909	1636
Investimento de carteira	-2001	-2089	-4222	-416	-1023	-4040	-4051	-1006
Outras operações	10 175	4098	6006	-1141	-1730	1730	8340	3143
dq: Desembolsos de empréstimos SPA	-18 911	13 074	6254	-	714	9420	-	210
Amortizações programadas	-2036	-2484	-2614	-	-1071	-3212	-	-777
3. Erros e omissões	2481	-2436	-803	4581	-930	1663	0	-1533
4. Balança global: (1.+2.+3.)	7845	3524	9144	3235	-1344	-1482	1450	4178
5. Financiamento	-7845	-3524	-9144	-3235	1344	1482	-1450	-4178
Variação das reservas oficiais (aumento: -)	-7845	-3524	-9144	-3235	1344	1482	-1450	-4178
Financiamento excecional	0	0	0	-	0	0	-	0
dq: Saques sobre a Facilidade do ACC ^(c)	0	0	0	-	0	0	-	0
Reemb. progr. Facilidade do ACC ^(c)	0	0	0	-	0	0	-	0
Variação de atrasados (aumento: +)	0	0	0	-	0	0	-	0
6. Dif. de financiamento^(d): (4.+5.)	0	0	0	0	0	0	0	0
Para memória:								
Balança Corrente (em % do PIB)	-9,1	-4,6	-2,7	-6,7	-	-6,8	-9,4	-
Balança Corrente e de Capital (em % do PIB)	-8,7	-3,4	-1,9	-6,0	-	-5,9	-8,8	-
Reservas oficiais (em meses de importações) ^(e)	5,4	6,4	7,1	7,0	6,3	5,9	5,6	5,8

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Inclui vendas de combustível a navios e reexportações; (b) Fundo estabelecido off-shore para suporte à conversão da dívida interna; (c) Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde; (d) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento; (e) Ativos Externos Líquidos do BCV e importações de bens e serviços do ano.

Quadro II.2.6 • Distribuição geográfica das exportações | Em percentagem do total

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2009 a 2017
El Salvador	0,0	0,0	3,5	4,9	3,4	4,5	2,5	0,0	0,0	2,4
Espanha	61,9	72,6	70,1	76,3	67,4	63,9	67,2	64,2	59,4	67,0
E.U.A.	0,9	1,6	0,5	1,3	1,1	1,1	1,8	1,3	2,9	1,4
Itália	0,0	0,0	0,0	0,1	5,5	5,1	3,3	9,5	12,2	4,2
Países Baixos	0,5	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3
Portugal	33,6	22,7	18,0	16,0	16,2	14,7	14,1	17,0	21,5	18,3
Outros	3,0	2,8	7,7	1,4	6,4	10,5	10,7	7,7	3,7	6,4

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.2.7 • Distribuição geográfica das importações | Em percentagem do total

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2009 a 2017
Brasil	4,5	3,7	2,7	4,0	3,6	3,3	3,8	3,5	3,1	3,5
China	1,1	1,0	1,0	2,3	2,8	2,7	4,4	4,6	6,1	2,8
Espanha	9,8	10,6	9,9	7,2	7,9	7,6	7,1	11,1	12,0	9,3
Itália	3,1	1,7	4,5	1,6	1,5	1,3	1,7	1,6	5,7	2,6
Países Baixos	16,7	16,8	19,2	15,0	20,9	15,6	13,1	7,3	6,2	14,8
Portugal	48,3	51,4	44,7	48,2	43,8	44,3	46,3	49,6	44,8	46,7
Outros	16,4	14,7	18,0	21,7	19,6	25,3	23,7	22,4	22,0	20,3

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.2.8 • Dívida pública | Em milhões de CVE

	2011	2012	2013	2014	2015	2016 Est.	2017 Est.	Mar. 18 Est.
Dívida externa total	84 101	102 412	121 401	137 453	154 015	158 663	156 376	154 205
Credores Multilaterais	49 737	53 053	54 154	63 362	72 667	74 382	70 375	68 417
Credores Bilaterais	34 363	49 359	67 247	74 092	81 348	84 281	86 000	85 788
Governo	18 197	22 017	25 288	26 108	30 428	31 639	32 028	31 839
Outros	16 166	27 343	41 959	47 983	50 920	52 643	53 973	53 948
Dívida interna total	43 106	45 934	48 556	52 977	57 387	63 960	67 952	70 591
dq: Bilhetes do Tesouro	1550	680	682	193	0	0	1489	2855
Obrigações do Tesouro	28 609	32 254	34 870	39 619	44 197	50 625	53 012	54 284
Sistema Bancário	17 236	17 429	20 939	25 961	27 067	31 404	35 105	36 604
Sistema Não-Bancário	14 482	17 117	16 228	15 628	18 931	21 168	21 459	22 599
TCMF ^(a)	11 389	11 389	11 389	11 389	11 389	11 389	11 389	11 389
(em % do PIB)								
Dívida externa total	56,9	68,1	79,0	89,0	97,0	97,1	91,1	85,8
Dívida interna total (exc. TCMF)	21,4	23,0	24,2	26,9	29,0	32,2	32,9	32,9
TCMF	7,7	7,6	7,4	7,4	7,2	7,0	6,6	6,3
Dívida interna total (inc. TCMF)	29,1	30,6	31,6	34,3	36,2	39,1	39,6	39,3
(em % das exportações de bens e serviços)								
Dívida externa total	134,5	153,9	173,8	185,0	230,0	216,0	190,1	177,8
Serviço dív. de médio e longo prazo	4,2	4,3	4,7	4,8	6,3	5,7	2,5	6,6

Fontes: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças de Cabo Verde, FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Nota: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Quadro II.2.9 • Operações financeiras do Estado | Em milhões de CVE

	2014	2015	2016	2017				2018		
				Orç.	Trim. I	Est.	g.e. ^(a)	Orç.	Trim. I	g.e. ^(a)
1. Receitas totais	35 327	42 677	44 107	50 538	11 711	49 388	97,7	54 561	11 426	20,9
1.1. Receitas correntes	32 540	38 916	39 694	45 304	10 081	43 354	95,7	51 636	10 666	20,7
Impostos	27 060	30 516	32 275	37 407	8505	35 909	96,0	42 328	9076	21,4
Impostos s/ rendimento	7747	9669	10 050	11 590	2396	11 297	97,5	13 196	2618	19,8
Impostos s/ bens e serviços	12 870	14 047	14 940	17 475	4302	16 845	96,4	20 211	4577	22,6
dq: IVA	10 170	11 293	11 986	13 784	3479	13 365	97,0	16 258	3680	22,6
Imp. s/ transações internac.	5754	6082	6813	7637	1671	7224	94,6	8269	1686	20,4
Outros impostos	688	719	472	705	136	544	77,1	651	196	30,0
Segurança social	56	46	56	59	15	60	102	66	17	26,2
Transferências (Admin. Pública)	0	197	94	273	1	118	43,3	490	0	0,0
Outras receitas	5424	8157	7270	7564	1560	7267	96,1	8753	1573	18,0
1.2. Donativos	2787	3761	4413	5234	1630	6034	115,3	2925	760	26,0
2. Despesas totais	47 240	50 024	49 026	56 535	10 974	54 859	97,0	60 925	11 130	18,3
2.1. Despesas correntes ^(b)	37 549	41 068	43 613	48 931	10 385	45 349	92,7	53 614	10 787	20,1
dq: Relativas a proj. de invest.	5498	6735	7213	8314	822	6510	78,3	9316	1068	11,5
Despesas com o pessoal	17 175	17 530	18 411	20 817	4478	18 623	89,5	21 672	4890	22,6
Bens e serviços	5747	7433	7563	9124	889	6563	71,9	9217	1163	12,6
Juros e outros encargos	3444	4134	4223	4709	1108	4532	96,2	5496	902	16,4
dq: Dívida interna	1910	2374	2455	2590	593	2684	103,6	3268	609	18,6
Dívida externa	1518	1724	1748	2005	495	1791	89,3	2126	293	13,8
Subsídios	107	161	167	233	35	110	47,5	253	27	10,9
Transferências	4389	4755	4895	5973	1022	5879	98,4	6933	1255	18,1
Benefícios sociais	4348	4735	5165	5458	1298	5541	101,5	5700	1481	26,0
Outras despesas	2339	2320	3189	2617	493	2691	102,8	4343	703	16,2
dq:Bolsas de estudo	598	579	592	639	121	639	100,1	632	133	21,0
2.2. Programa de investimento	9691	8956	5413	7605	589	9510	125,1	7311	343	4,7
3. Ativos não financeiros: (3.1.-3.2.)	-150	-118	159	-205	-159	-9	4,5	-667	12	-1,7
3.1. Compra de ativos não financeiros	160	166	197	278	4	159	57,2	329	26	7,7
3.2. Venda de ativos não financeiros	310	284	38	483	163	168	34,8	997	14	1,4
4. Saldo corrente: (1.1.-2.1.)	-5009	-2152	-3919	-3627	-304	-1995	-	-1978	-122	-
5. Saldo global S/Donat.: (1.-2.-3.-1.2.)	-14 550	-10 991	-9491	-11 027	-733	-11 496	-	-8622	-476	-
6. Saldo global: (1.-2.-3.) (base compromissos)	-11 763	-7229	-5077	-5793	897	-5462	-	-5697	284	-
7. Financiamento	11 763	7229	5077	5793	495	6092	-	5697	-985	-
7.1. Ativos financeiros	-5036	-5092	-6715	-6683	-339	-1154	-	-10 175	-108	-
Reembolso empréstimos a EP	129	273	313	303	8	4565	-	224	6	-
Concessão de empréstimos a EP	-5037	-3929	-5575	-5960	-382	-5277	-	-7462	0	-
Ações e outras participações	-101	-1457	-1481	-1108	0	-442	-	-4015	-114	-
Outros ativos financeiros	-28	21	28	82	36	0	-	1078	0	-
7.2. Passivos financeiros	16 799	12 321	11 793	12 475	833	7246	-	15 872	-878	-
Externos (líq.)	15 605	10 579	4454	8198	-618	6208	-	11 795	-560	-
Desembolsos	17 641	13 011	7068	11 882	453	9420	-	15 642	217	-
Amortizações	-2036	-2432	-2614	-3684	-1071	-3212	-	-3847	-777	-
Internos (líq.)	1194	1742	7338	4277	1451	1038	-	4076	-317	-
Sistema bancário	4062	147	4386	4061	1323	747	-	4052	-1457	-
Outros	-2868	1595	2952	216	128	291	-	24	1140	-
8. Dif. financ. / discrepância^(c): (6.+7.)	0	0	0	0	1391	630	-	0	-702	-

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min. Finanças de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado (em %); (b) Inclui valores a regularizar em 2017 e 2018; (c) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro II.2.10 • Síntese monetária | Em mil milhões de CVE

	2013	2014	2015	2016		2016 / 2015		2017		2017 / 2016		2018		2018p / 2017		2018
				Est.		[1]	[2]	Prog.	Est.	[1]	[2]	Prog.		[1]	[2]	Mai.
Posição externa	36 168	44 061	49 950	59 264		18,6	6,0	61 110	60 600	2,3	0,8	59 333		-2,1	-0,7	59 952
Ativos externos (líq.)	38 101	46 038	51 915	60 936		17,4	5,8	-	62 325	2,3	0,8	-		-	-	61 391
Banco de Cabo Verde	38 360	46 461	50 079	59 773		19,4	6,3	-	57 184	-4,3	-1,5	-		-	-	59 916
Disp. líq. s/ exterior	38 280	46 371	49 998	59 692		19,4	6,3	63 476	57 103	-4,3	-1,5	58 429		2,3	0,7	59 802
Outros ativos (líq.)	80	91	81	81		0,0	0,0	-	81	0,0	0,0	-		-	-	114
Bancos comerciais	-259	-423	1836	1163		-36,7	-0,4	-	5141	342,1	2,4	-		-	-	1475
Responsab. m/l prazo	-1933	-1977	-1966	-1672		-14,9	0,2	-	-1724	3,1	0,0	-		-	-	-1439
Ativos internos (líq.)	99 912	101 944	104 637	108 245		3,4	2,3	115 621	117 968	9,0	5,8	128 692		9,1	6,0	117 097
Crédito interno total	120 795	123 782	126 413	131 083		3,7	3,0	138 357	139 328	6,3	4,9	150 178		7,8	6,1	137 858
Crédito líquido ao S. P. A.	25 285	28 357	29 494	30 685		4,0	0,8	34 746	31 431	2,4	0,4	35 483		12,9	2,3	30 217
dq: ao Gov. Central	14 362	17 436	17 387	21 598		24,2	2,7	-	23 542	9,0	1,2	-		-	-	22 610
s/ <i>Trust Fund</i> ^(a)	11 192	11 192	11 192	11 192		0,0	0,0	-	11 192	0,0	0,0	-		-	-	11 192
Crédito à economia	95 510	95 425	96 919	100 398		3,6	2,3	103 611	107 897	7,5	4,5	114 694		6,3	3,8	107 641
Empresas públicas	865	840	3153	3344		6,1	0,1	-	4287	28,2	0,6	-		-	-	5212
Sector privado	94 645	94 585	93 766	97 055		3,5	2,1	-	103 610	6,8	3,9	-		-	-	102 429
Crédito às IFNM	0	0	0	0		-	-	0	0	-	-	0		-	-	0
Outras rubricas (líq.)	-20 883	-21 838	-21 776	-22 838		-4,9	-0,7	-22 736	-21 361	6,5	0,9	-21 485		-0,6	-0,1	-20 761
Total do ativo	136 080	146 005	154 586	167 510		8,4	-	176 731	178 568	6,6	-	188 025		5,3	-	177 049
Massa monetária	136 080	146 005	154 586	167 510		8,4	8,4	176 731	178 568	6,6	6,6	188 025		5,3	5,3	177 049
Base monetária	38 427	45 778	46 749	56 433		20,7	6,3	-	56 631	0,4	0,1	-		-	-	56 372
Circulação monetária	8216	8707	8967	9207		2,7	0,2	-	9298	1,0	0,1	-		-	-	8598
Dep. à ordem em m/n	39 566	45 467	47 503	54 309		14,3	4,4	-	65 601	20,8	6,7	-		-	-	66 225
Quase-moeda	88 298	91 831	98 116	103 993		6,0	3,8	-	103 670	-0,3	-0,2	-		-	-	102 226
Total do passivo	136 080	146 005	154 586	167 510		8,4	-	176 731	178 568	6,6	-	188 025		5,3	-	177 049

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Fundo estabelecido off-shore para apoio à conversão da dívida interna, dando lugar à emissão de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF). [1] Variação face ao final do ano anterior; [2] Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (fatores de expansão / contração da liquidez).

Quadro II.2.11 • Taxas de juro | Taxas anuais, em percentagem

	2012	2013	2014	2015	2016	2017				2018		
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Mai.	Jun.
Taxas ativas												
De 7 a 30 dias	11,5	12,5	11,9	10,2	10,4	11,1	10,4	7,6	9,4	10,7	10,2	-
De 31 a 90 dias	11,7	11,3	10,5	11,0	9,4	8,9	10,3	10,6	8,3	7,9	9,0	-
De 91 a 180 dias	10,1	11,2	11,3	10,7	9,3	9,9	9,1	9,1	9,3	9,6	8,1	-
De 181 dias a 1 ano	9,3	9,0	8,5	9,5	7,9	7,7	7,4	6,9	6,9	6,7	7,3	-
De 1 a 2 anos	10,0	10,4	11,5	9,6	10,3	10,5	9,9	10,0	9,4	7,8	8,9	-
De 2 a 5 anos	10,2	10,5	10,9	10,5	10,4	10,4	10,3	10,1	10,0	10,0	9,9	-
De 5 a 10 anos	9,5	9,5	9,9	9,6	9,2	9,4	9,3	9,4	9,4	9,4	9,4	-
Superior a 10 anos	8,8	8,9	8,8	8,5	8,6	8,6	8,6	8,8	8,7	8,6	8,6	-
Descoberto	16,3	17,9	16,2	15,2	17,1	17,4	17,2	16,7	15,9	16,2	15,8	-
Taxas passivas												
Residentes												
De 7 a 30 dias	3,3	4,4	2,6	2,1	2,1	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	-
De 31 a 90 dias	4,1	4,3	2,9	2,8	2,5	2,5	2,2	2,8	1,9	1,9	1,7	-
De 91 a 180 dias	4,1	4,2	3,5	3,5	3,2	2,6	2,5	2,4	2,4	2,6	2,8	-
De 181 dias a 1 ano	3,8	4,3	4,4	4,1	3,8	3,7	3,4	3,2	2,9	2,6	2,6	-
De 1 a 2 anos	4,9	4,9	4,7	4,6	4,1	4,0	3,8	3,5	3,3	3,1	3,1	-
Não Residentes												
De 7 a 30 dias	2,1	4,0	2,6	2,2	1,9	0,3	0,3	0,3	0,3	1,0	0,3	-
De 31 a 90 dias	4,1	3,7	2,2	1,9	1,4	1,0	1,1	0,9	1,7	1,3	1,3	-
De 91 a 180 dias	3,8	3,8	2,7	3,1	2,0	1,7	1,4	1,2	1,1	0,9	1,0	-
De 181 dias a 1 ano	3,4	4,1	3,9	3,7	3,4	3,1	2,9	2,5	2,3	2,1	2,1	-
De 1 a 2 anos	5,1	4,8	4,7	4,6	4,1	3,9	3,6	3,2	2,9	2,6	2,6	-
Emigrantes												
De 7 a 30 dias	1,8	4,3	2,6	2,1	2,0	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,5	-
De 31 a 90 dias	5,6	4,5	3,1	3,0	2,8	2,6	2,7	2,5	2,2	2,1	2,0	-
De 91 a 180 dias	4,0	4,3	4,0	3,7	3,4	3,1	2,7	2,4	2,3	2,2	2,2	-
De 181 dias a 1 ano	3,7	4,2	4,2	4,1	4,0	3,9	3,7	3,4	3,3	3,0	2,9	-
De 1 a 2 anos	5,5	5,4	5,0	4,7	4,2	4,0	3,9	3,5	3,3	2,9	2,9	-
Taxas de referência												
Instrumentos do BCV												
Redesconto	9,8	9,8	7,8	7,5	7,5	7,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5
Cedência de liquidez	8,8	8,8	6,8	6,5	6,5	6,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Absorção de liquidez	3,3	1,0	0,5	0,3	0,3	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
TRM (14 dias)	5,8	-	0,6	0,3	0,3	0,3	0,8	1,5	1,5	1,5	-	-
Bilhetes do Tesouro												
91 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
182 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,0	-	-
364 dias	4,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Para memória:												
Inflação (t.v. homóloga no mês)	4,1	0,1	-0,4	-0,5	-0,3	0,5	1,7	1,6	0,3	1,0	1,1	-

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: As taxas ativas e passivas apresentadas dizem respeito às taxas de juro efetivas, resultantes do cálculo das taxas médias ponderadas pelos montantes dos créditos/aplicações relativos às operações ativas/passivas praticadas para os residentes, não residentes e emigrantes.

Quadro II.2.12 • Indicadores de estabilidade financeira | Em percentagem

	2013	2014	2015	2016	2017	2018 Mar.
Solvabilidade						
Adequação dos fundos próprios ^(a)	15,1	15,6	16,1	15,5	17,3	18,4
<i>Tier 1</i> /ativo ponderado pelo risco	13,7	14,4	14,8	15,5	16,4	17,4
Qualidade dos ativos^(b)						
Crédito com imparidade/crédito total	16,4	18,7	16,5	15,5	14,5	16,0
Imparidade/crédito com imparidade	51,6	48,8	54,4	58,3	64,1	59,2
Provisões/crédito com imparidade	53,9	52,4	59,5	60,5	63,0	57,9
Rendibilidade						
Rendibilidade dos fundos próprios (ROE)	3,5	3,1	4,8	4,2	6,4	–
Rendibilidade dos ativos (ROA)	0,3	0,2	0,4	0,3	0,4	–
Margem financeira/produto bancário	75,3	71,8	73,1	76,7	77,0	82,9
Custos operacionais/produto bancário	68,4	72,5	66,9	67,7	60,2	60,2
Liquidez^(c)						
Ativos líquidos/ativo total	21,2	19,9	21,9	23,6	22,1	22,9
Ativos líquidos/passivos de curto prazo	27,9	24,4	26,8	28,5	26,6	27,4
Outros indicadores						
Depósitos do SPA/depósitos totais	11,4	13,5	12,6	14,5	15,8	16,5
Depósitos de emigrantes/depósitos totais	33,4	32,9	33,3	32,1	31,5	31,6
Crédito ao setor privado/depósitos totais	67,5	61,5	59,5	55,6	55,8	54,7
Custos com pessoal/custos operacionais	55,3	54,8	56,6	58,9	58,3	59,6
<i>Spread</i> de juros, 1 a 2 anos (ativa – passiva)	5,5	6,8	5,0	6,2	6,1	4,7
<i>Spread</i> de juros, 1 a 2 anos (depósitos emigrantes – depósitos na área do euro)	3,8	4,2	4,1	4,0	3,2	2,8

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Capital regulamentar/ativo ponderado pelo risco; (b) De acordo com as definições do IFRS/IAS, (c) Os ativos líquidos incluem dinheiro em caixa e títulos transacionáveis e os passivos de curto prazo incluem os depósitos à ordem.

Quadro II.2.13 • Taxas de câmbio | Taxas médias

		ITCE ^(a) base 100:2000	
		USD/CVE	
			Nominal
			Real
2004		88,7	103,3
2005		88,6	102,4
2006		87,9	102,0
2007		80,6	101,9
2008		75,3	101,9
2009		79,4	102,1
2010		83,3	101,4
2011		79,3	101,4
2012		85,8	101,7
2013		83,1	102,2
2014		83,1	102,6
2015		99,4	103,3
2016		99,7	103,5
2017		97,9	103,2
2016	Janeiro	101,6	104,1
	Fevereiro	99,5	104,1
	Março	99,5	103,8
	Abril	97,3	103,7
	Maio	97,4	103,7
	Junho	98,2	103,5
	Julho	99,6	103,3
	Agosto	98,3	103,2
	Setembro	98,4	103,3
	Outubro	99,9	103,1
	Novembro	102,1	103,2
	Dezembro	104,6	103,2
2017	Janeiro	104,0	103,0
	Fevereiro	103,5	102,9
	Março	103,1	102,9
	Abril	103,0	102,9
	Maio	99,9	103,2
	Junho	98,3	103,3
	Julho	95,9	103,3
	Agosto	93,5	103,4
	Setembro	92,5	103,4
	Outubro	93,7	103,4
	Novembro	94,0	103,5
	Dezembro	93,3	103,6
2018	Janeiro	90,6	103,6
	Fevereiro	89,2	103,7
	Março	89,4	103,7
	Abril	89,7	103,9
	Maio	93,1	104,0

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 2010/2014 (apreciação: +; depreciação: -).



3 Guiné-Bissau

Área

36 125 Km²

Capital

Bissau

População

1865 milhares (2017; fonte: ONU)

Moeda

Franco CFA

A atividade económica na Guiné-Bissau permaneceu robusta em 2017, beneficiando em grande medida do novo máximo histórico do preço internacional da castanha de caju. O crescimento da economia contribuiu para a melhoria significativa das finanças públicas. As contas externas deterioraram-se em resultado do aumento das importações de bens e da diminuição dos rendimentos obtidos com a concessão de licenças de pesca. A inflação prolongou a trajetória de abrandamento. O sistema financeiro continuou a enfrentar importantes desafios. O programa de ajustamento celebrado com o FMI em 2015 tem sido implementado satisfatoriamente e foi prolongado por mais um ano.

O consenso alargado para a formação de um Governo, alcançado em abril de 2018, abriu perspetivas de **normalização da situação política** na Guiné-Bissau. A entrada em funções do novo Executivo possibilitou retomar o funcionamento da Assembleia Nacional Popular, que realizou a sua primeira sessão de trabalhos após dois anos e meio de interrupção. As próximas eleições legislativas encontram-se previstas para novembro de 2018.

Adicionalmente, o programa de ajustamento macroeconómico celebrado com o FMI em julho de 2015, ao abrigo da *Extended Credit Facility* (ECF), tem sido implementado de forma satisfatória. Com vista a assegurar a estabilidade macroeconómica durante o período eleitoral, a apoiar o programa de reformas e de investimento em infraestruturas essenciais e a colmatar necessidades de financiamento da balança de pagamentos, as autoridades guineenses solicitaram ao FMI a **extensão da ECF por mais um ano** (até julho de 2019) **e o aumento do apoio financeiro associado** (num montante equivalente a um terço do originalmente aprovado). O pedido foi aceite pelo FMI em junho de 2018.

A economia prolongou o bom desempenho dos últimos anos, tendo o produto interno bruto expandido 5,9% em 2017. Apesar da diminuição da produção agrícola durante o ano, o setor beneficiou do aumento expressivo do preço internacional da castanha de caju, que subiu mais de 39% face a 2016, o que resultou num incremento do rendimento disponível do setor primário. Esta melhoria dos rendimentos teve um efeito positivo no desempenho do resto da economia, com particular destaque para a construção, que se revelou o principal impulsionador da expansão. **Para 2018, espera-se que a economia guineense continue a crescer, ainda que a um ritmo ligeiramente mais moderado (5,3%)**, à medida que se deverão verificar progressos no fornecimento de eletricidade e uma melhoria dos indicadores de clima económico.

A inflação prolongou a tendência de abrandamento iniciada na segunda metade de 2016. A depreciação do dólar face ao euro (ao qual o franco CFA se encontra fixado) terá contribuído para atenuar o impacto do aumento do preço internacional do petróleo verificado em 2017. Deste modo, a taxa de inflação média recuou para 0,8% no final de 2017, o que compara com 1,7% em igual momento de 2016 (em termos homólogos, os preços diminuíram 1,2% em 2017).

A expectativa para 2018 é de uma aceleração da taxa de inflação média para 2%, refletindo principalmente a evolução do preço do petróleo.

A balança corrente deteriorou-se face a 2017, passando a apresentar um défice de 0,5% do PIB (em 2016 tinha sido registado um excedente de 1,3%). Apesar do aumento significativo do preço da castanha de caju, principal exportação da Guiné-Bissau, a quebra na produção deste bem implicou uma redução de 15% na quantidade exportada, o que limitou o impacto positivo no saldo das transações com o exterior. Paralelamente, verificou-se uma subida de 21% nas importações de bens, impulsionadas pela aquisição de materiais de construção, que acabou por superar o crescimento de 16% das exportações de mercadorias. A quebra dos rendimentos recebidos por via da concessão de licenças de pesca, em consequência da falta de progresso nas negociações em curso com a União Europeia, foi outro dos principais fatores que contribuíram para o défice corrente externo. Por outro lado, o alívio de dívida concedido por Taiwan, no montante de 25 mil milhões de francos CFA (3,2% do PIB), contribuiu para que **o saldo da balança global tenha sido positivo (3% do PIB)**, permitindo um reforço das reservas cambiais. **As perspetivas para 2018 são de nova deterioração da balança corrente, para -3,2% do PIB**, refletindo a previsão de uma evolução desfavorável nos termos de troca – em resultado do comportamento esperado para os preços da castanha de caju e do petróleo – e o incremento das importações, em virtude do aumento do investimento público e do crescimento da economia.

As finanças públicas registaram uma considerável melhoria em 2017, ainda que continuem a apresentar um saldo deficitário (-1,3% do PIB). A redução de 3,4 pontos percentuais face ao défice de 2016 ficou a dever-se sobretudo à maior arrecadação de receitas públicas (mais 28% do que em 2016), a qual beneficiou do crescimento da economia e das medidas de melhoria da eficiência da administração fiscal que têm sido implementadas no âmbito do programa de ajustamento com o FMI. O aumento de 55% no apoio dos parceiros de desenvolvimento também contribuiu positivamente para a evolução da receita em 2017. Do lado da despesa, que subiu 6% face a 2016, destacou-se o investimento público, com um crescimento de 29% em 2017 – financiado maioritariamente através de donativos – e o aumento das despesas relacionadas com a aquisição de bens e serviços (mais 83% face a 2016). A melhoria das contas públicas permitiu reduzir a dívida pública de 53,3% para 50,1% do PIB em 2017, segundo os dados mais recentes do FMI. **A prossecução de projetos de investimento deverá implicar um agravamento do défice público de 2018 para 2,5% do PIB,** ainda assim garantindo o cumprimento do critério de convergência orçamental definido no seio da União Económica e Monetária do Oeste Africano, que impõe um limite máximo de 3% do PIB para o défice orçamental.

Persistem as dificuldades enfrentadas pelo sistema financeiro nos últimos anos. O crédito em incumprimento atingiu 35,3% do crédito total no final de 2017, pelo que a Comissão Bancária da União Monetária do Oeste Africano impôs um elevado nível de provisionamento às instituições de crédito (21,9% do crédito total). Esta deterioração da qualidade dos ativos tem condicionado significativamente a capacidade de concessão de crédito dos bancos, penalizando simultaneamente a rendibilidade do setor. Persistem dúvidas legais sobre a reversão dos dois resgates bancários ocorridos em 2015.

A massa monetária expandiu em 2017 a um ritmo semelhante ao verificado no ano anterior (8,1%). Esta expansão coexistiu, contudo, com uma contração do crédito interno, refletindo a retração da banca nacional das atividades de financiamento à economia e de crédito ao setor público.

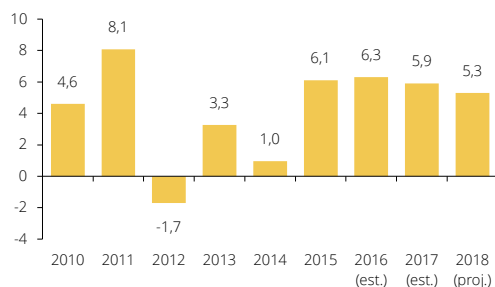
A apreciação de 6,3% do franco CFA face à rupia indiana, principal destino das exportações guineenses, implicou uma apreciação do índice de taxa de câmbio efetiva nominal em 2017, o que resultou numa **ligeira perda de competitividade nominal**. Em termos reais, contudo, verificou-se um ganho de competitividade, explicado pelos diferenciais de inflação entre a Guiné-Bissau e os seus principais parceiros comerciais.

Quadro II.3.1 • Principais indicadores económicos

	2014	2015	2016	2017	2018
		Est.	Est.	Est.	Prog .
PIB real (taxa de variação anual)	1,0	6,1	6,3	5,9	5,3
Inflação (taxa de variação homóloga)	-0,1	2,4	1,6	-1,2	-
Massa monetária (taxa de variação anual)	29,2	24,8	8,8	8,1	4,1
Balança corrente (% do PIB)	0,6	1,9	1,3	-0,5	-3,2
Saldo orçamental (% do PIB)	-2,6	-3,0	-4,7	-1,3	-2,5
Dívida pública externa (% do PIB)	33,9	30,7	43,3	47,7	-

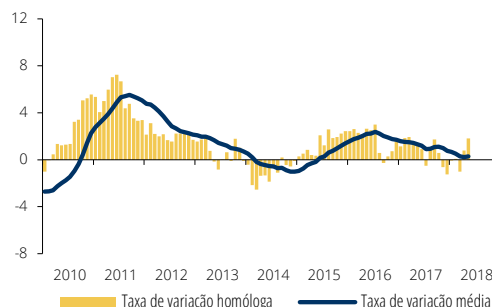
Fontes (também dos gráficos seguintes): Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau, INE Guiné-Bissau, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.

Gráfico II.3.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em %



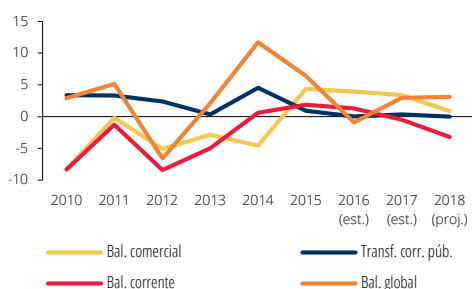
O bom desempenho económico continuou em 2017, sendo o terceiro ano consecutivo de crescimento em torno de 6%. O aumento do rendimento do setor agrícola contribuiu para a expansão dos outros setores de atividade, com especial destaque para a construção.

Gráfico II.3.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em %



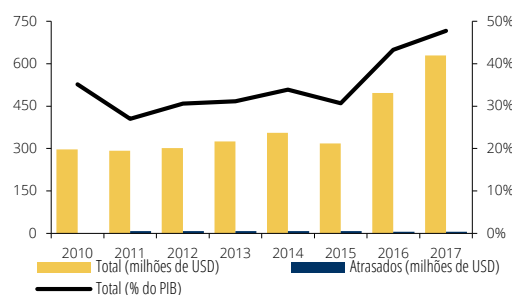
A inflação continua numa tendência descendente, apesar das subidas nos preços internacionais do petróleo e da castanha de caju. Espera-se, contudo, que a evolução do preço do petróleo possa contribuir para um aumento da inflação no curto prazo.

Gráfico II.3.3 • Contas externas | Em % do PIB



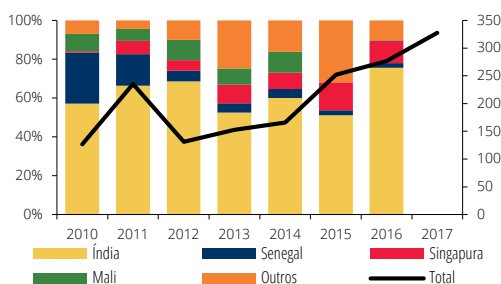
A balança corrente apresentou um saldo deficitário em 2017, refletindo o aumento das importações de bens e a redução dos rendimentos obtidos com a concessão de licenças de pesca.

Gráfico II.3.4 • Dívida externa



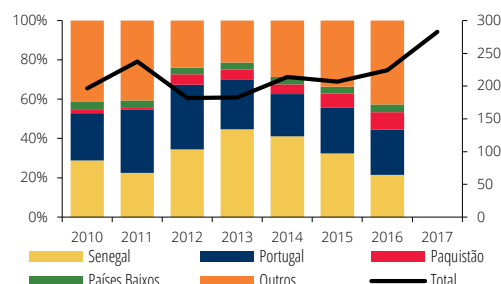
Após um período de alguma estabilidade em valores próximos de 30% do PIB, a dívida externa iniciou uma trajetória ascendente nos últimos dois anos, tendo-se situado em 47,7% do PIB no final de 2017.

Gráfico II.3.5 • Exportações de mercadorias Destinos em %, total em milhões de USD



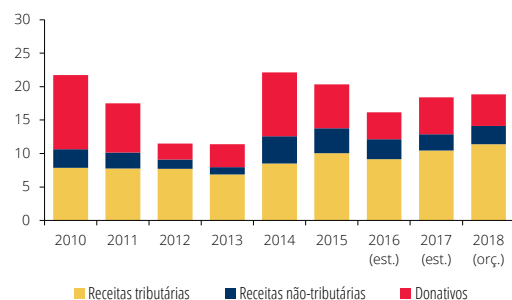
A Índia é, de forma destacada, o principal país de destino das exportações guineenses (importador de castanha de caju) e, nos últimos anos, Singapura tem vindo a ganhar importância como parceiro comercial. O setor exportador tem apresentado um bom desempenho no passado mais recente.

Gráfico II.3.6 • Importações de mercadorias Origens em %, total em milhões de USD



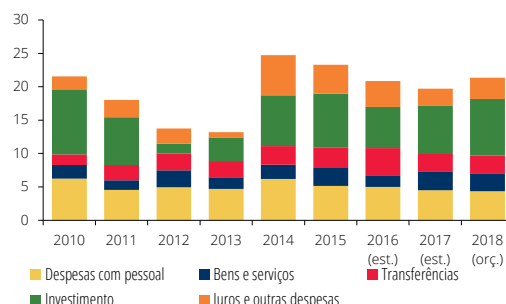
Portugal mantém uma posição de relevo enquanto origem das importações de bens, alternando no lugar de principal fornecedor com o Senegal, parceiro da Guiné-Bissau na UEMOA.

Gráfico II.3.7 • Receitas públicas | Em % do PIB



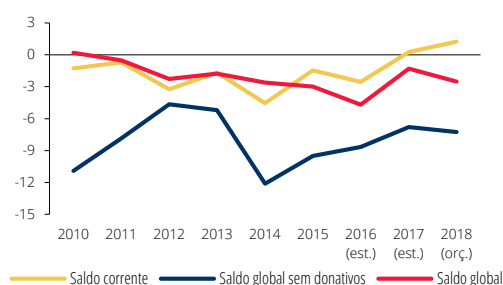
O peso da receita pública no PIB subiu 2,3 pontos percentuais em 2017, beneficiando do bom desempenho da economia e do aumento da arrecadação de impostos. O apoio dos parceiros de desenvolvimento também contribuiu de forma positiva para este resultado.

Gráfico II.3.8 • Despesas públicas | Em % do PIB



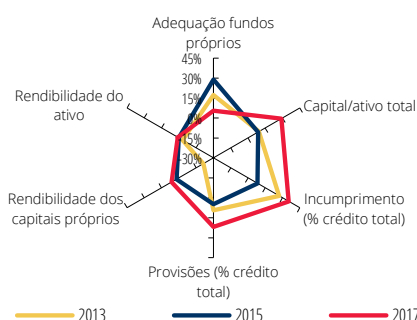
O investimento público em infraestruturas essenciais aumentou consideravelmente em 2017. Em sentido contrário, verificou-se uma contenção das despesas com transferências correntes, particularmente para a Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau.

Gráfico II.3.9 • Contas públicas | Em % do PIB



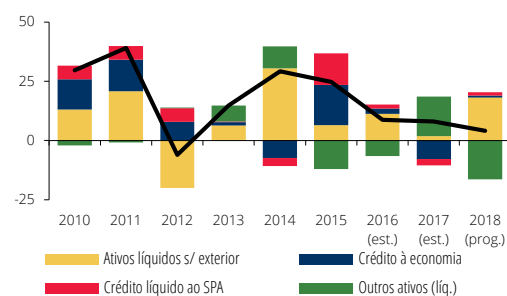
O défice público melhorou consideravelmente em 2017, para o qual contribuiu sobretudo a evolução das receitas. A prossecução do programa de investimento público, essencial para aumentar o produto potencial da economia, deverá implicar o agravamento do défice de 2018.

Gráfico II.3.10 • Estabilidade financeira



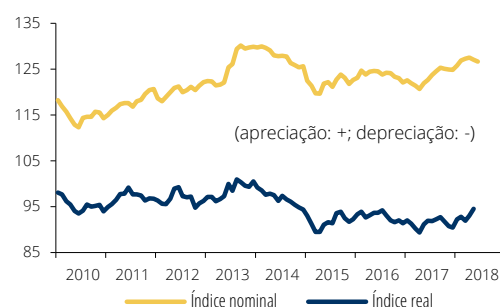
O sistema financeiro guineense enfrenta sérios desafios, originados pelo elevado nível de crédito em incumprimento (35,3% no final de 2017). Ainda não é conhecida uma decisão judicial definitiva sobre a reversão dos resgates bancários de 2015.

Gráfico II.3.11 • Fatores de variação da liquidez | Variações em % do valor inicial da massa monetária



O ritmo de expansão da massa monetária (8,1%) manteve-se relativamente estável face a 2016 (8,8%). Verificou-se uma contração do crédito interno, com o financiamento à economia e ao setor público administrativo a recuarem, respetivamente, 7,7% e 2,8%.

Gráfico II.3.12 • Taxa de câmbio efetiva | Índices base 100: 2000, médias mensais



A economia guineense perdeu competitividade nominal em 2017, resultado da apreciação do franco CFA face à rupia indiana. Contudo, quando tomada em consideração a evolução dos preços, verificou-se uma depreciação do índice de taxa de câmbio efetiva (ganho de competitividade real).

Quadro II.3.2 • Indicadores económicos

			2013	2014	2015	2016	2017		2018	
					Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços										
PIB nominal	mil milhões de francos CFA		516,7	520,1	614,4	693,0	734,1	778,7	826,5	-
	milhões de euros		787,6	792,9	936,6	1056,5	1119,1	1187,1	1260,0	-
PIB real	taxa variação anual		3,3	1,0	6,1	6,3	5,0	5,9	5,3	-
Inflação (I. P. Consumidor)	taxa var. homóloga		-0,1	-0,1	2,4	1,6	-	-1,2	-	1,8 mai.
	taxa var. média anual		0,7	-1,0	1,4	1,7	2,6	0,8	2,0	0,3 mai.
Finanças públicas										
Receitas totais	% do PIB		11,4	22,1	20,3	16,2	17,3	18,4	18,8	-
Despesas totais	% do PIB		13,2	24,7	23,3	20,9	19,2	19,7	21,4	-
Saldo global	% do PIB		-1,8	-2,6	-3,0	-4,7	-1,9	-1,3	-2,5	-
Saldo global sem donativos	% do PIB		-5,2	-12,1	-9,5	-8,7	-6,0	-6,8	-7,3	-
Moeda e crédito										
Crédito líquido ao SPA	taxa variação anual		2,6	-28,6	209,0	11,3	78,4	-17,1	11,3	-
Crédito à economia	taxa variação anual		3,6	-20,7	77,8	6,9	-31,8	-25,3	4,5	-
Massa monetária (M2)	taxa variação anual		14,8	29,2	24,8	8,8	4,5	8,1	4,1	-
Taxas de juro										
Passiva, entre 6 meses e 1 ano	taxa anual		4,5	3,7	3,3	3,5	-	-	-	-
Ativa, entre 6 meses e 1 ano	taxa anual		9,4	9,1	8,5	9,1	-	-	-	-
Estabilidade financeira										
Adequação dos fundos próprios	percentagem		17,3	25,8	28,9	4,8	-	5,5	-	-
Incumprimento	% crédito total		27,0	39,4	8,2	10,8	-	35,3	-	-
ROE – Rendibilidade dos capitais próprios	percentagem		-21,2	-13,6	2,0	8,4	-	6,3	-	-
Balança de pagamentos										
Exportações f.o.b.	taxa variação anual		20,8	11,4	62,2	8,5	-	6,1	-	-
Importações f.o.b.	taxa variação anual		2,8	22,6	22,2	9,5	-	14,7	-	-
Balança corrente	% do PIB		-5,0	0,6	1,9	1,3	-0,6	-0,5	-3,2	-
Bal. corrente s/ transf. oficiais	% do PIB		-5,4	-3,9	1,0	1,2	-0,6	-0,8	-3,2	-
Dívida externa										
Stock total	milhões de USD		326,0	356,7	318,6	505,5	-	638,7	-	-
	% do PIB		31,2	33,9	30,7	43,3	-	47,7	-	-
	% exportações ^(a)		170,6	167,7	110,4	161,9	-	189,1	-	-
Serviço da dívida	% exportações ^(a)		0,9	1,5	2,2	2,7	-	3,5	-	-
Taxas de câmbio										
Taxa bilateral EUR/Franco CFA (mercado oficial)	taxa média		656,0	656,0	656,0	656,0	-	656,0	-	656,0 jun.
Taxa bilateral USD/Franco CFA (mercado oficial)	taxa média		494,1	494,4	591,4	593,0	-	582,0	-	542,0 jun.
ITCE nominal (base 100: 2000) ^(b)	taxa variação anual		6,3	-3,3	-2,4	-0,4	-	2,3	-	1,5 jun.
ITCE real (base 100: 2000) ^(b)	taxa variação anual		4,5	-6,1	-2,3	-1,0	-	-1,0	-	4,5 mai.

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau, INE Guiné-Bissau, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: Notas: (a) Exportações de bens e serviços; (b) Índice de Taxa de Câmbio Efetiva (ITCE) calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais da Guiné-Bissau no período 2010/2014.

Quadro II.3.3 • Produto interno bruto | Preços correntes, em mil milhões de francos CFA

	2013	2014	2015	2016	2017		2018
				Est.	Proj.	Est.	Proj.
Setor primário	228,0	214,2	290,0	323,8	–	383,9	–
Agropecuária, silvicultura e pesca	228,0	214,2	290,0	323,8	–	383,9	–
Setor secundário	74,5	75,1	75,9	87,7	–	98,4	–
Agroalimentar	59,9	58,9	60,5	72,3	–	75,5	–
Indústria ^(a)	8,1	9,1	9,7	10,6	–	12,1	–
Construção	6,5	7,1	5,7	4,8	–	10,7	–
Setor terciário	197,0	207,0	210,6	238,3	–	242,8	–
Comércio, restaurantes e hotéis	111,3	111,8	109,4	133,8	–	126,0	–
Transportes e comunicações	26,3	27,0	29,8	30,5	–	32,5	–
Administração pública	43,4	53,1	54,3	56,0	–	65,8	–
Outros serviços	26,2	25,8	26,9	27,8	–	28,3	–
Serv. Interm. Fin. Indir. Medidos (FISIM)	-10,2	-10,6	-9,8	-9,8	–	-9,8	–
Produto Interno Bruto (custo de fatores)	499,6	496,4	576,5	649,8	–	725,1	–
Impostos indiretos e subsídios	17,1	23,8	37,8	43,2	–	53,6	–
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	516,7	520,1	614,4	693,0	734,1	778,7	826,5
Consumo	520,8	538,8	597,7	681,6	–	–	–
Público	65,5	91,9	91,6	84,8	–	–	–
Privado	455,4	446,9	506,1	596,9	–	–	–
Investimento	34,8	39,6	45,8	44,9	–	–	–
Formação bruta de capital fixo	29,4	34,3	40,4	39,6	–	–	–
Público	15,8	20,5	24,2	21,3	–	–	–
Privado	13,7	13,8	16,2	18,3	–	–	–
Variação de existências	5,3	5,3	5,3	5,3	–	–	–
Procura interna	555,6	578,4	643,5	726,5	–	–	–
Exportações de bens e serviços	94,4	105,2	170,7	185,2	–	–	–
Procura global	650,1	683,6	814,2	911,7	–	–	–
Importações de bens e serviços	133,4	163,5	199,8	218,7	–	–	–
Para memória:							
Poupança interna bruta	-4,2	-18,7	16,7	11,4	–	–	–
PIBpm nominal (milhões de USD)	1045,7	1052,0	1038,8	1168,6	1166,0	1337,9	1561,8
Deflator do PIBpm (variação anual em %)	-0,9	-0,3	11,3	6,1	0,9	6,1	0,8
PIBpm nominal (variação anual em %)	2,3	0,7	18,1	12,8	5,9	12,4	6,1
PIBpm real (variação anual em %)	3,3	1,0	6,1	6,3	5,0	5,9	5,3

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Nota: (a) Inclui eletricidade e água.

Quadro II.3.4 • Índice de preços no consumidor | Em percentagem

		Var. mensal	Var. acumulada	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]	[4]
2004	Dezembro	–	2,9	2,9	0,9
2005	Dezembro	–	0,3	0,3	3,4
2006	Dezembro	–	3,2	3,2	2,0
2007	Dezembro	–	9,3	9,3	4,6
2008	Dezembro	–	6,6	6,6	7,9
2009	Dezembro	–	-4,5	-4,5	-2,4
2010	Dezembro	–	5,6	5,6	2,3
2011	Dezembro	–	3,4	3,4	5,0
2012	Dezembro	–	1,7	1,7	2,1
2013	Dezembro	–	-0,1	-0,1	0,7
2014	Dezembro	–	-0,1	-0,1	-1,0
2015	Dezembro	–	2,4	2,4	1,4
2016	Dezembro	–	1,6	1,6	1,7
2017	Dezembro	–	-1,2	-1,2	0,8
2016	Janeiro	0,1	0,1	2,4	1,6
	Fevereiro	-1,0	-0,9	2,6	1,8
	Março	-0,4	-1,3	2,3	1,9
	Abril	0,2	-1,1	2,2	2,0
	Maio	0,9	-0,2	2,6	2,2
	Junho	0,9	0,7	2,5	2,2
	Julho	1,6	2,2	3,0	2,4
	Agosto	-0,8	1,4	0,6	2,2
	Setembro	-0,6	0,7	-0,3	2,0
	Outubro	0,5	1,3	0,3	1,9
	Novembro	0,2	1,5	0,7	1,8
	Dezembro	0,1	1,6	1,6	1,7
2017	Janeiro	-0,3	-0,3	1,1	1,6
	Fevereiro	-0,3	-0,6	1,9	1,5
	Março	-0,3	-0,9	1,9	1,5
	Abril	-0,4	-1,3	1,4	1,4
	Maio	0,8	-0,5	1,3	1,3
	Junho	0,5	0,0	0,9	1,2
	Julho	0,1	0,1	-0,5	0,9
	Agosto	0,6	0,7	0,9	0,9
	Setembro	0,2	0,9	1,7	1,1
	Outubro	-0,6	0,3	0,6	1,1
	Novembro	-1,0	-0,7	-0,6	1,0
	Dezembro	-0,5	-1,2	-1,2	0,8
2018	Janeiro	0,9	0,9	-0,1	0,7
	Fevereiro	-0,2	0,7	0,1	0,5
	Março	-1,4	-0,7	-1,0	0,3
	Abril	1,4	0,7	0,8	0,2
	Maio	1,9	2,6	1,8	0,3

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, INE Guiné-Bissau e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / dezembro anterior; [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro II.3.5 • Balança de pagamentos | Em mil milhões de francos CFA

	2013	2014	2015	2016	2017		2018
					Prog.	Est.	Prog.
Balança Corrente	-25,8	3,1	11,5	8,9	-4,3	-3,8	-26,7
Excluindo transferências oficiais	-27,7	-20,5	5,9	8,6	-4,3	-6,6	-26,7
Balança comercial	-14,8	-23,9	26,8	27,5	9,8	26,1	7,1
Exportações (f.o.b.)	75,5	82,0	149,2	164,0	179,1	190,7	180,6
dq: Castanha de caju	60,9	68,1	129,1	161,7	177,4	188,4	173,2
Importações (f.o.b.)	90,3	105,9	122,4	136,5	169,3	164,6	173,6
Balança de serviços	-24,2	-34,4	-55,9	-61,0	-48,4	-59,3	-60,5
Balança de rendimentos	-4,0	18,5	15,1	17,6	14,0	1,6	7,5
Transferências Correntes	17,1	42,9	25,5	24,7	20,3	27,8	19,2
Públicas	1,9	23,6	5,6	0,3	0,0	2,8	0,0
Privadas	15,3	19,3	19,9	24,5	20,3	25,0	19,2
Balança de Capital e Financeira	31,7	51,7	46,9	6,2	27,0	26,9	52,6
Balança de Capital	15,8	27,4	35,4	29,6	30,3	64,2	39,2
Balança Financeira	15,9	24,3	11,5	-23,4	-3,3	-37,3	13,4
Admin. pública – Empréstimos de m/l prazo	12,4	10,2	8,6	9,6	14,4	-15,5	21,3
dq: Desembolsos	12,5	13,1	10,0	13,5	15,4	12,7	25,1
Amortizações	-0,1	-2,9	-1,4	-3,9	-1,0	-28,2	-3,8
Outros ativos (líq.)	3,5	14,1	2,9	-33,0	-17,7	-21,8	-7,9
dq: Investimento direto estrangeiro	9,7	12,9	9,6	14,0	8,9	21,6	22,9
Outro investimento – Outros setores	-6,2	1,2	-6,7	-47,0	-26,6	-43,4	-30,8
Erros e omissões	5,0	6,1	-19,1	-21,4	0,0	0,0	0,0
Balança Global	10,9	60,9	39,3	-6,4	22,6	23,1	25,9
Financiamento	-10,9	-60,9	-39,3	6,4	-22,6	-23,1	-25,9
Variação das reservas oficiais (aumento: -) ^(a)	-10,9	-63,9	-39,3	6,4	-22,6	-23,1	-28,1
Alívio da dívida	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Extended Credit Facility</i> – aumento do acesso	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Inclui a contrapartida de flutuações cambiais.

Quadro II.3.6 • Distribuição geográfica das exportações | Em percentagem do total

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2010 a 2016
China	0,9	0,7	0,8	1,7	2,7	14,2	0,7	3,9
Costa do Marfim	0,0	0,5	0,4	2,8	0,0	0,0	0,0	0,4
Índia	57,2	66,4	68,7	52,5	60,0	51,2	75,6	62,5
Mali	8,9	6,3	10,5	8,3	10,8	0,0	0,3	5,0
Portugal	1,7	0,7	0,1	0,1	1,0	0,0	0,0	0,4
Senegal	26,2	16,3	5,4	4,8	4,6	2,5	2,4	7,5
Singapura	0,8	6,7	5,5	9,5	8,5	14,5	11,5	9,3
Togo	0,0	0,0	5,4	8,4	0,0	0,0	0,0	1,4
Vietname	0,0	0,3	0,0	7,3	3,6	5,9	4,0	3,4
Outros	4,2	2,1	3,2	4,6	8,7	11,7	5,5	6,2

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.3.7 • Distribuição geográfica das importações | Em percentagem do total

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2010 a 2016
Brasil	3,4	2,5	1,3	1,0	0,8	0,8	0,4	1,4
Costa do Marfim	1,3	0,4	0,4	0,2	0,3	0,3	0,8	0,5
Espanha	1,3	2,8	1,8	1,9	3,9	3,3	2,2	2,5
França	8,2	5,0	3,3	0,7	1,3	0,9	0,7	2,7
Países Baixos	4,0	3,5	3,3	3,5	3,6	3,4	3,9	3,6
Paquistão	2,0	1,4	5,4	4,9	5,0	7,3	8,9	5,2
Portugal	24,0	32,0	33,0	25,5	21,5	23,2	23,1	25,8
Senegal	28,8	22,6	34,4	44,6	41,2	32,4	21,5	31,4
Tailândia	0,8	1,0	0,1	0,1	0,5	1,0	1,6	0,8
Outros	26,2	28,8	17,0	17,6	22,0	27,3	37,0	26,0

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.3.8 • Dívida externa | Em milhões de USD

	2013	2014	2015	2016	2017
Dívida de médio e longo prazo	325,0	355,7	317,7	496,5	629,6
Credores multilaterais	152,7	183,6	173,8	406,7	505,6
Credores bilaterais	172,2	172,1	143,9	89,8	124,0
Dívida de curto prazo	1,0	1,0	0,8	8,9	9,1
Dívida Externa Total	326,0	356,7	318,6	505,5	638,7
dq: Atrasados	7,9	7,9	8,3	5,7	5,8
Serviço de dívida de m/l prazo programado	1,6	3,2	6,4	8,3	11,7
Capital	0,6	0,6	2,9	5,2	3,2
Juros	1,1	2,6	3,6	3,1	8,5
(em % das exportações de bens e serviços)					
Dívida externa total	170,6	167,7	110,4	161,9	189,1
Serviço de dívida de m/l prazo programado	0,9	1,5	2,2	2,7	3,5
Capital	0,3	0,3	1,0	1,7	0,9
Juros	0,6	1,2	1,2	1,0	2,5
(em % do PIB)					
Dívida externa total	31,2	33,9	30,7	43,3	47,7

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.3.9 • Operações financeiras do Estado | Em mil milhões de francos CFA

	2013	2014	2015	2016	2017		2018	
				Est.	Orç.	Est.	g.e. ^(a)	Orç.
1. Receitas Totais	58,9	115,0	125,0	112,0	127,1	143,3	112,7	155,7
1.1. Receitas correntes	41,1	65,5	84,8	84,3	97,1	100,4	103,4	116,8
Receitas não-tributárias	5,7	21,4	22,9	20,8	28,4	19,1	67,3	22,8
Receitas tributárias	35,4	44,2	61,9	63,5	68,6	81,3	118,5	94,0
1.2. Donativos	17,8	49,5	40,1	27,6	30,1	42,9	142,5	39,0
Projetos	13,8	26,2	34,5	27,4	30,1	40,1	133,2	0,0
Ajuda orçamental	4,0	23,3	5,6	0,3	0,0	2,8	–	39,0
2. Despesas Totais	68,0	128,7	143,3	144,5	141,2	153,3	108,6	176,6
2.1. Despesas correntes	49,7	89,2	93,7	102,0	93,8	98,4	104,9	106,5
Despesas c/ pessoal	24,3	32,3	31,8	34,8	34,9	35,1	100,6	35,9
Bens e serviços	9,0	11,0	16,2	12,0	15,3	21,9	143,1	22,4
Transferências	12,6	14,5	18,9	28,3	28,8	21,5	74,7	21,9
Juros da dívida programados	0,4	2,7	4,6	5,1	3,1	4,1	132,3	6,5
Outras despesas	3,5	28,7	22,1	21,9	11,7	16,0	136,8	19,8
2.2. Despesas de capital	18,3	39,5	49,5	42,5	47,4	54,9	115,8	70,1
Financiamento interno	0,0	0,2	4,9	1,6	2,0	2,2	110,0	6,0
Financiamento externo	18,3	39,2	44,6	40,9	45,4	52,7	116,1	64,1
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	-8,6	-23,7	-8,9	-17,7	3,3	2,0	–	10,3
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-26,9	-63,1	-58,4	-60,1	-44,2	-52,9	–	-60,0
5. Saldo Global: (1.) - (2.) (base compromissos)	-9,2	-13,7	-18,3	-32,5	-14,1	-10,1	–	-20,9
6. Variação de Atrasados	9,7	-1,8	-6,1	-1,5	-4,4	-3,1	–	-3,0
6.1. Internos	9,7	-1,8	-5,2	-2,1	-3,8	-2,4	–	-3,0
6.2. Externos	0,0	0,0	-0,9	0,6	-0,6	-0,8	–	0,0
7. Valores em trânsito, erros e omissões	-9,9	-0,7	1,6	4,3	2,0	1,3	–	0,0
8. Saldo Global: (5.) + (6.) + (7.) (base caixa)	-9,4	-16,2	-22,7	-29,7	-16,5	-11,9	–	-23,9
9. Financiamento	9,4	16,2	22,7	29,7	16,5	11,9	–	23,9
9.1. Interno (líq.)	4,9	3,4	21,8	26,6	5,1	10,8	–	21,2
9.2. Externo (líq.)	4,5	12,8	0,9	3,0	11,4	1,1	–	2,7
Desembolsos	4,6	13,1	2,1	6,4	15,4	4,1	–	5,6
Amortizações	-0,1	-3,3	-1,1	-3,4	-3,9	-28,1	–	-2,9
Alívio de dívida	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0	25,1	–	0,0
10. Diferencial de Financiamento^(b)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	–	0,0

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução: valor realizado em percentagem do valor orçamentado; (b) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro II.3.10 • Síntese monetária | Em mil milhões de francos CFA

	2013	2014	2015	2016	2017	2017/2016		2018	Prog. 2018/2017	
				Est.	Est.	[1]	[2]	Prog.	[1]	[2]
Ativos Líquidos s/ Exterior	94,9	151,8	167,4	201,5	207,9	3,2	2,0	272,0	30,8	18,1
Banco Central	72,1	120,3	159,5	153,1	176,2	15,1	7,0	223,6	26,9	13,4
Bancos Comerciais	22,8	31,6	7,9	48,4	31,6	-34,7	-5,1	48,4	53,2	4,7
Crédito Interno Total	88,3	68,3	141,8	153,7	119,2	-22,4	-10,5	127,6	7,0	2,4
Crédito líquido ao SPA	21,7	15,5	47,9	53,3	44,2	-17,1	-2,8	49,2	11,3	1,4
Crédito à economia	66,6	52,8	93,9	100,4	75,0	-25,3	-7,7	78,4	4,5	1,0
Outros Ativos (líq.)	3,8	21,3	-7,7	-27,3	27,2	-199,6	16,6	-30,7	-212,9	-16,3
Total do Ativo	186,9	241,5	301,4	327,9	354,3	8,1	-	369,0	4,1	-
Massa Monetária (M2)	186,9	241,5	301,4	327,9	354,3	8,1	-	369,0	4,1	-
Circulação monetária	90,9	151,9	194,6	224,2	233,5	4,1	-	252,1	8,0	-
Depósitos	96,0	89,5	106,8	103,8	120,8	16,4	-	116,9	-3,2	-
Total do Passivo	186,9	241,5	301,4	327,9	354,3	8,1	-	369,0	4,1	-

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] Variação percentual face ao final do ano anterior; [2] Variações em percentagem do valor inicial da massa monetária (fatores de expansão/ contração da liquidez).

Quadro II.3.11 • Taxas de juro | Taxas anuais, em percentagem

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mai.
Depósitos						
Até 1 mês	4,75	4,80	4,81	4,32	-	-
Entre 1 e 3 meses	4,70	4,55	4,71	4,74	-	-
Entre 3 e 6 meses	3,69	4,33	4,15	3,62	-	-
Entre 6 meses e 1 ano	4,53	3,66	3,33	3,50	-	-
Entre 1 e 2 anos	4,56	4,50	3,25	3,62	-	-
Entre 2 e 5 anos	5,31	4,50	3,52	5,27	-	-
Entre 5 e 10 anos	5,00	-	-	-	-	-
Não determinado	4,25	3,64	3,50	3,66	-	-
Crédito						
Até 1 mês	9,68	11,48	11,06	8,71	-	-
Entre 1 e 3 meses	9,90	9,45	9,12	8,01	-	-
Entre 3 e 6 meses	9,85	9,48	9,46	8,81	-	-
Entre 6 meses e 1 ano	9,36	9,06	8,47	9,09	-	-
Entre 1 e 2 anos	9,09	9,26	10,09	10,59	-	-
Entre 2 e 5 anos	8,97	9,35	9,83	10,56	-	-
Entre 5 e 10 anos	8,71	5,89	8,73	8,36	-	-
Superior a 10 anos	3,10	7,56	7,76	3,00	-	-
Operações do Banco Central						
Sistema bancário						
Taxa de desconto	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50
Coeficiente de Reservas	5,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00
Para memória:						
Inflação (t.v. homóloga no mês)	-0,1	-0,1	2,4	1,6	-1,2	1,8

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau.

Quadro II.3.12 • Indicadores de estabilidade financeira | Em percentagem

	2013	2014	2015	2016	2017
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.
Solvabilidade					
Adequação dos fundos próprios	17,3	25,8	28,9	4,8	5,5
Capital/ativo total	9,5	11,5	8,8	3,5	28,9
Risco de crédito					
Incumprimento (% crédito total)	27,0	39,4	8,2	10,8	35,3
Provisões (% crédito total)	9,4	15,7	4,8	6,2	21,9
Rendibilidade					
ROE – Rendibilidade dos capitais próprios	-21,2	-13,6	2,0	8,4	6,3
ROA – Rendibilidade do ativo	-3,2	-1,4	0,2	1,0	0,9
Risco de liquidez					
Rácio crédito/depósitos	86,0	85,2	93,1	96,6	90,1
Rácio depósitos/ativo	76,5	75,0	69,0	55,7	55,9
Ativo líquido/ativo total	58,2	62,2	68,3	57,3	58,9

Fontes: Fundo Monetário Internacional.

Quadro II.3.13 • Taxas de câmbio | Taxas médias

		ITCE ^(a) base 100: 2000			
		EUR/XOF	USD/XOF	INR/XOF	
					NominalReal
2004		655,96	528,28	11,67	111,85101,02
2005		655,96	527,57	11,97	110,81100,36
2006		655,96	523,13	11,56	112,2299,99
2007		655,96	479,50	11,63	111,9999,47
2008		655,96	448,19	10,34	116,88105,50
2009		655,96	472,15	9,76	119,38101,73
2010		655,96	494,96	10,83	114,9195,30
2011		655,96	477,45	10,13	117,7797,00
2012		655,96	510,54	9,57	120,2496,70
2013		655,96	494,09	8,47	125,6698,49
2014		655,96	494,41	8,10	127,7396,76
2015		655,96	591,45	9,22	121,8491,75
2016		655,96	593,01	8,82	123,8292,87
2017		655,96	582,02	8,94	123,2591,27
2016	Janeiro	655,96	604,01	8,96	123,1393,32
	Fevereiro	655,96	591,33	8,66	124,6593,88
	Março	655,96	590,95	8,83	123,8092,65
	Abril	655,96	578,50	8,70	124,4593,11
	Maio	655,96	579,93	8,67	124,6493,65
	Junho	655,96	584,16	8,68	124,5693,66
	Julho	655,96	592,61	8,82	123,8494,22
	Agosto	655,96	585,05	8,74	124,2493,08
	Setembro	655,96	585,05	8,77	124,1191,99
	Outubro	655,96	594,92	8,92	123,3691,64
	Novembro	655,96	607,42	8,98	123,0492,01
	Dezembro	655,96	622,17	9,17	122,1091,36
2017	Janeiro	655,96	618,01	9,07	122,5691,98
	Fevereiro	655,96	616,33	9,20	121,9591,29
	Março	655,96	613,91	9,33	121,3490,17
	Abril	655,96	611,73	9,48	120,6489,37
	Maio	655,96	593,20	9,20	121,9391,15
	Junho	655,96	584,16	9,06	122,6291,92
	Julho	655,96	569,85	8,84	123,7391,88
	Agosto	655,96	555,57	8,68	124,5592,26
	Setembro	655,96	550,53	8,54	125,3092,73
	Outubro	655,96	557,98	8,57	125,1291,74
	Novembro	655,96	558,83	8,62	124,8990,75
	Dezembro	655,96	554,21	8,62	124,8690,41
2018	Janeiro	655,96	537,67	8,45	125,8092,21
	Fevereiro	655,96	531,23	8,24	126,9292,84
	Março	655,96	531,74	8,17	127,3291,92
	Abril	655,96	534,34	8,13	127,5593,07
	Maio	655,96	555,33	8,22	127,0594,50
	Junho	655,96	561,70	8,29	126,68–

Fontes: Direção Nacional do BCEAO para a Guiné-Bissau, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Índice de taxa de câmbio efetiva, com base nas taxas oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 2010/2014. Um aumento/diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação/depreciação do franco CFA.



4 Moçambique

Área

799 380 Km²

Capital

Maputo

População

29,7 milhões (2017; fonte: ONU)

Moeda

Metical

A conjuntura macroeconómica moçambicana evoluiu de forma globalmente favorável em 2017 e princípios de 2018, embora persistam riscos significativos. O ritmo de crescimento estabilizou, com contributos positivos do investimento privado e das exportações líquidas. O aumento pronunciado da exportação de carvão sustentou a melhoria da posição externa, não obstante a retração dos investidores, financiadores e doadores estrangeiros. A apreciação do metical conjugou-se com o aperto da política monetária, determinando um acentuado abrandamento da cadência inflacionária. O elevado nível real das taxas de juro terá, todavia, contribuído para uma significativa contração do crédito à economia e para a deterioração da sua qualidade. Em contrapartida, os indicadores de solvabilidade e rendibilidade do sistema bancário evoluíram de forma positiva. Também se terão registado progressos na consolidação das finanças públicas, de acordo com os dados oficiais moçambicanos, permitindo a estabilização do peso da dívida pública.

A economia moçambicana continuou a evidenciar **sinais de recuperação** em 2017 e princípios de 2018, depois do forte impacto provocado nos dois anos precedentes por um conjunto de choques adversos que penalizaram o crescimento económico, induziram instabilidade nominal e impulsio-naram desequilíbrios orçamentais e externos. Essa tendência de recuperação está agora patente a diversos níveis, desde a interrupção no abrandamento da atividade económica até à quebra acentuada da cadência inflacionária, passando pelo reforço da posição externa, pela melhoria de vários dos principais indicadores de estabilidade financeira e pelo avanço da consolidação orçamental. Persistem também, todavia, diversos **elementos de fragilidade** na conjuntura moçambicana, com destaque para a quebra de algumas fontes de financiamento da economia – nomeadamente o investimento direto estrangeiro e o crédito bancário ao setor privado – assim como para o peso acrescido do endividamento externo.

A revelação, em princípios de 2016, de que a dívida pública externa teria de ser revista para incluir parcelas muito substanciais anteriormente não reconhecidas foi um dos principais **choques** que por essa altura induziram o enviesamento negativo da conjuntura macroeconómica – tendo determinado a suspensão imediata do programa de ajustamento apoiado pelo FMI (entretanto expirado) e a subsequente retração dos investidores, financiadores e doadores externos. Outros choques adversos relevantes, anteriores a 2017, foram a queda dos preços internacionais das matérias-primas, a ocorrência reiterada de desastres naturais, o agravamento das condições de segurança e a necessidade de proceder à resolução de dois bancos.

A todos esses níveis se registou, entretanto, uma **evolução favorável** – refletindo, em parte, os esforços das autoridades moçambicanas nas esferas monetária, prudencial e orçamental (mas também em domínios não estritamente económicos que são relevantes para o desempenho da economia). É o caso da recuperação nos preços das matérias-primas e do acordo entre as duas principais forças políticas que deverá permitir a normalização das condições de segurança no centro do país (embora entretanto tenha havido um outro agravamento, no norte) – assim como do reatamento de contactos, por parte das autoridades, com os credores privados estrangeiros e com o FMI.

O ritmo de **crescimento económico** em 2017 terá ficado próximo do valor estimado para 2016 (3,7% e 3,8%, respetivamente), ou seja, bastante menos que nos anos anteriores aos choques negativos mas acima das expetativas e com tendência a acelerar – beneficiando de contributos positivos das exportações líquidas e, mais marcadamente, do investimento privado (pela primeira vez desde 2014). Em termos setoriais, o destaque maior vai para a extração de carvão, principal responsável pelo aumento nominal de 92% no VAB da indústria extrativa – tendo as restantes componentes do setor secundário apresentado igualmente um desempenho robusto, assim como as atividades financeira e imobiliária.

O aumento da produção de carvão, juntamente com a subida do seu preço internacional, provocou também um impacto significativo na esfera das **contas externas**, impulsionando as exportações de mercadorias para o valor nominal mais elevado de sempre (USD 4,7 mil milhões em 2017). O mesmo sucedeu com o grau de cobertura das importações (90,5%), mesmo tendo estas aumentado pela primeira vez desde 2014, ressentindo-se da alta dos combustíveis. O comportamento das importações de mercadorias, a subida dos encargos com a dívida e a persistência dos donativos em níveis inferiores a metade dos captados até 2014 foram, aliás, insuficientes para contrariar o efeito induzido pelas exportações e pela queda das importações de serviços (em parte associada à conclusão de certos projetos), que levaram o défice da conta corrente para o patamar mais baixo desde 2010 (20,2% do PIB, contra 35,0% em 2016).

Este último resultado e alguma recuperação do financiamento externo (embora ficando muito abaixo dos níveis pré-2015, com o IDE, em particular, a cair para um mínimo pós-2010) acabariam por determinar o primeiro excedente da balança global desde 2013 – culminando num reforço expressivo das reservas cambiais (que passaram do equivalente a 2,6 meses das importações totais no final de 2016 para 4,5 meses um ano depois e 4,3 meses em junho de 2018). O reforço da posição externa induziu ainda um significativo impacto expansionista no domínio das **contas monetárias**, mas esse efeito foi contrariado pelo desempenho do crédito interno em 2017: tanto

o crédito líquido ao SPA (com uma contração correspondente a 3,1% da massa monetária inicial) como, sobretudo, o crédito à economia (com uma forte quebra, equivalente a 9,7% da massa monetária inicial, após catorze anos de expansão) – tendências que se prolongariam, embora de forma bastante mais moderada, no primeiro semestre de 2018.

Daí resultaria um abrandamento considerável no ritmo de expansão da liquidez (apenas 4,6% em 2017 – e mais 0,8% até junho de 2018 – após cinco anos de crescimento a dois dígitos). Esta evolução refletiu ainda, em especial, o significativo aperto da política monetária que o Banco de Moçambique aplicou entre setembro de 2016 e abril de 2017, com vista ao controlo da inflação – que atingiria um pico de vinte anos em novembro de 2016: 26,3% de variação homóloga anual. A política monetária restritiva, o reequilíbrio do mercado cambial proporcionado pela melhoria da posição externa (com fases de significativa apreciação nominal efetiva do metical, que terão penalizado a competitividade-preço externa mas ancoraram o processo de desinflação) e a estabilização da oferta de certos bens alimentares acabariam, de facto, por sustentar uma tendência quase contínua de abrandamento da inflação, cuja taxa homóloga caiu para 5,6% em dezembro de 2017 e 2,3% em abril de 2018 (acelerando depois um pouco até junho).

A descida acentuada da inflação possibilitaria que a autoridade monetária desse início, em abril de 2017, à reversão gradual e prudente do aperto, concretizada numa redução cumulativa da sua nova taxa diretora em 600 pontos-base até julho de 2018. Esta trajetória descendente tem sido acompanhada pelas restantes taxas interbancárias e, tendencialmente, pelas taxas oferecidas aos clientes – que todavia permanecem muito elevadas em termos reais, contribuindo para a queda do crédito à economia desde finais de 2016 e para a evolução desfavorável do crédito em incumprimento: 12,6% do crédito total em dezembro de 2017 (e 12,9% em abril de 2018), contra 5,7% um ano antes (e 3,2% em 2014). Não obstante a deterioração da qualidade do crédito, o **sistema bancário** tem evidenciado, no seu conjunto, uma melhoria assinalável dos principais indicadores de solvabilidade e rendibilidade, depois da fase mais conturbada que atravessou em 2015-2016.

Ao mesmo tempo que a política monetária se tornava gradualmente menos restritiva, a **política orçamental** terá evoluído em sentido contrário, assim contribuindo também para a estabilização macroeconómica. De acordo com os dados oficiais moçambicanos, publicados na Conta Geral do Estado relativa a 2017, o saldo orçamental global terá mesmo ficado praticamente em equilíbrio (0,1% do PIB¹) – sustentado sobretudo por uma arrecadação excecional de impostos sobre o rendimento (*one-off* de mais valias relativas à venda parcial de direitos para a exploração de gás natural num dos respetivos blocos), mas também pela contenção transversal da despesa primária (excluindo despesas com o pessoal), cuja execução terá ficado 12,4% abaixo do orçamentado. Ainda de acordo com os dados oficiais moçambicanos, o desempenho orçamental de 2017 permitiu que o peso da dívida pública face ao PIB acusasse uma ligeira redução, depois dos acentuados aumentos de 2014-2016, associados ao processo de inclusão da dívida antes não reconhecida.

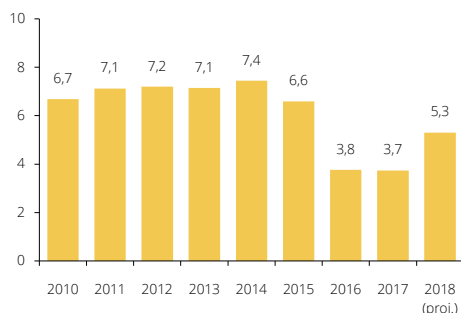
Quadro II.4.1 • Principais indicadores económicos

	2015	2016	2017	2018
			Est.	Prog.
PIB real (taxa de var. anual)	6,6	3,8	3,7	5,3
Inflação (taxa de var. homóloga)	10,6	23,7	5,6	6,5
Massa monetária (taxa de var. anual)	26,1	10,1	4,6	7,7
Balança corrente (% do PIB)	-38,6	-35,0	-20,2	-16,9
Reservas oficiais (meses de impor.)	2,5	2,6	4,5	–
Saldo orçamental (% do PIB)	-5,7	-3,5	0,1	-3,9
Dívida pública (% do PIB)	61,3	89,8	89,5	–

Fontes (também dos gráficos seguintes): FMI, Banco de Moçambique, Ministério da Economia e Finanças de Moçambique e INE de Moçambique

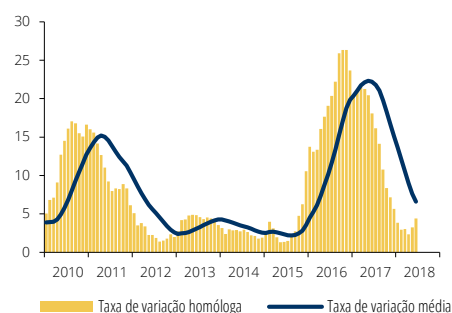
1. Note-se que o mais recente relatório do FMI (datado de fevereiro de 2018, na sequência de uma missão técnica efetuada em dezembro) projetava ainda um défice global para 2017, em parte devido à consideração de atrasados da dívida externa.

Gráfico II.4.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em %



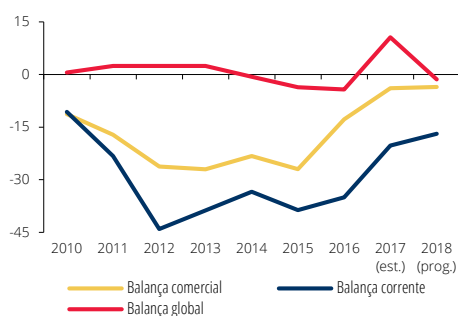
O impacto dos choques adversos registados em 2015 e 2016 poderá ter sido já largamente absorvido em 2017, com contributos importantes do investimento privado e das exportações líquidas, projetando-se agora uma recuperação a partir de 2018.

Gráfico II.4.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em %



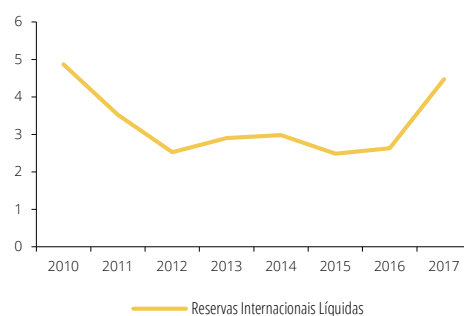
Tendo chegado a atingir máximos de duas décadas, a cadência inflacionária abrandou de forma rápida e acentuada ao longo de 2017, graças ao aperto da política monetária, à solidez do metical e à estabilização dos preços de certos bens alimentares.

Gráfico II.4.3 • Contas externas | Em % do PIB



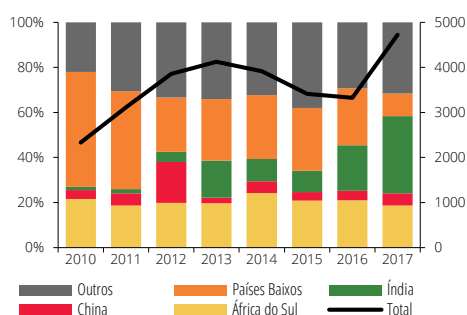
O aumento pronunciado das exportações de carvão conjugou-se com a queda das importações de serviços para determinar uma nova redução dos desequilíbrios externos em 2017, não obstante a retração dos investidores, financiadores e doadores estrangeiros.

Gráfico II.4.4 • Reservas cambiais | Em meses de importações de bens e serviços



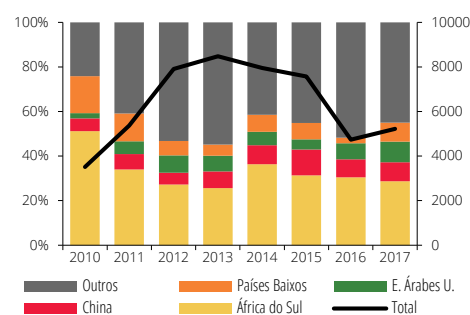
A redução do défice apurado ao nível da conta corrente em 2017 e a recuperação moderada no excedente das operações financeiras determinaram um reforço das reservas cambiais que seria importante para mitigar pressões sobre o metical.

Gráfico II.4.5 • Exportações de mercadorias Destinos em %, total em milhões de USD



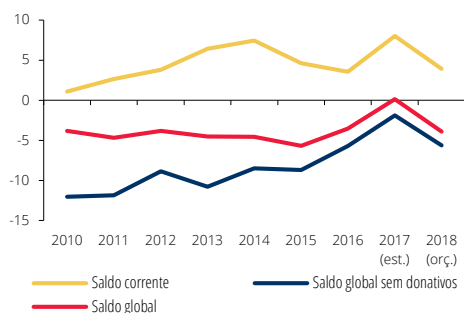
Acompanhando o peso crescente assumido pelo carvão no contexto das exportações totais de mercadorias, a Índia assumiu-se em 2017 como o principal país cliente de Moçambique, mais à custa dos Países Baixos que da África do Sul.

Gráfico II.4.6 • Importações de mercadorias Origens em %, total em milhões de USD



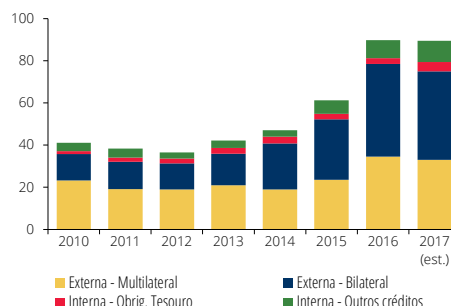
Persiste o tradicional e diversificado predomínio sul-africano, embora longe do nível de 2010, ao mesmo tempo que se assiste ao reforço dos EAU, fornecedores de combustíveis, assim como dos Países Baixos, novamente próximos do equilíbrio bilateral.

Gráfico II.4.7 • Contas públicas | Em % do PIB



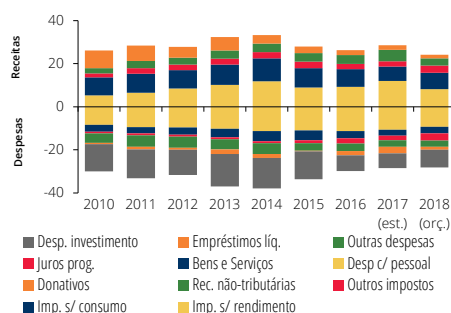
De acordo com os dados oficiais moçambicanos (Conta Geral do Estado), o processo de consolidação orçamental reforçou-se em 2017, tendo sido mesmo alcançado um excedente global, embora o orçamento para 2018 aponte já em sentido contrário.

Gráfico II.4.8 • Dívida pública | Em % do PIB



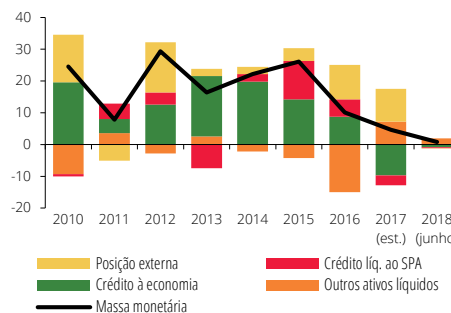
Depois do acentuado agravamento de 2015 e 2016, refletindo o reconhecimento de dívida externa antes omitida nos registos oficiais moçambicanos, a consolidação orçamental terá permitido uma estabilização do endividamento face ao PIB.

Gráfico II.4.9 • Receitas e despesas públicas | Em % do PIB



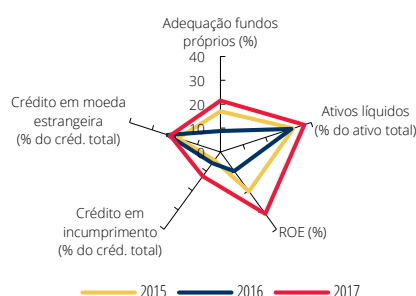
O bom desempenho dos impostos sobre o rendimento e a contenção generalizada da despesa primária terão sido determinantes, em 2017, para compensar o declínio continuado dos impostos sobre o consumo e, mais ainda, dos donativos.

Gráfico II.4.10 • Fatores de variação da liquidez
Variações em % do valor inicial da massa monetária



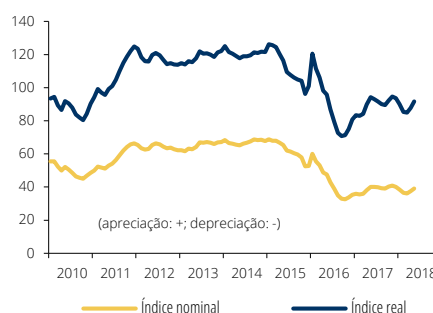
Após vários anos de crescimento acelerado, o ritmo de expansão da liquidez abrandou substancialmente, refletindo o aperto da política monetária, que terá tido um forte impacto sobre o crédito à economia, apenas em parte compensado pelo reforço da posição externa.

Gráfico II.4.11 • Indicadores de estabilidade financeira | Em %



O aprofundamento da consolidação financeira em 2017 traduziu-se por uma melhoria significativa dos indicadores de solvabilidade e rentabilidade, embora acompanhada por uma deterioração da qualidade do crédito, paralela à subida real das taxas de juro.

Gráfico II.4.12 • Taxas de câmbio efetivas | Índices base 100: 2001, médias mensais



A melhoria da posição externa e o aperto da política monetária, depois gradualmente revertido, terão determinado o fortalecimento do metical desde finais de 2016, ancorando o processo desinflationista mas eliminando parte dos ganhos de competitividade-preço obtidos no biénio anterior.

Quadro II.4.2 • Indicadores económicos

		2013	2014	2015	2016	2017		2018	
					Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços									
PIB p.m.	milhões de EUR	12 144	13 043	13 953	9936	10 623	11 227	12 118	–
	t. var. anual	7,1	7,4	6,6	3,8	7,2	3,7	5,3	–
Inflação	t. var. homóloga	3,5	1,9	10,6	23,7	5,6	5,6	6,5	4,4 jun.
(Índ.Preços no Consumidor)	t. var. média	4,3	2,6	3,6	19,9	5,6	15,1	6,7	6,6 jun.
Finanças públicas									
Receitas totais	% do PIB	32,5	33,4	28,0	26,3	25,3	28,5	24,2	–
Despesas totais	% do PIB	37,0	37,9	33,7	29,8	31,5	28,4	28,1	–
Saldo global	% do PIB	-4,5	-4,5	-5,7	-3,5	-6,2	0,1	-3,9	–
Saldo global sem donativos	% do PIB	-10,8	-8,5	-8,7	-5,7	-8,0	-1,9	-5,6	–
Moeda e crédito									
Crédito líquido ao SPA	t. var. anual	-23 869,0	366	361,6	-78,2	–	-27,8	153,8	-18,5 jun.
Crédito à economia	t. var. anual	30,5	28,3	19,3	12,6	–	-13,7	6,8	-8,7 jun.
Massa monetária (M3)	t. var. anual	16,3	22,2	26,1	10,1	–	4,6	7,7	7,5 jun.
Taxas de juro									
Passiva, a 1 ano	t. anual	9,1	9,1	9,4	12,7	–	18,0	–	17,3 mar.
Ativa, a 1 ano	t. anual	20,3	20,8	19,1	28,0	–	28,0	–	26,7 mar.
Estabilidade financeira									
Adequação dos fundos próprios ^(a)	percentagem	16,9	15,1	17,0	8,8	–	21,5	–	20,2 abr.
Crédito em incumprimento ^(b) / crédito total	percentagem	2,9	3,2	4,3	5,7	–	12,6	–	12,9 abr.
Rendibilidade dos fundos próprios (ROE)	percentagem	21,0	21,6	20,4	9,9	–	32,0	–	35,6 abr.
Balança de pagamentos									
Export. mercadorias (em USD)	t. var. anual	6,9	-5,0	-12,8	-2,5	62,0	42,0	6,5	21,0 1º tr.
Import. mercadorias (em USD)	t. var. anual	7,3	-6,2	-4,7	-37,5	109,5	10,4	6,1	7,1 1º tr.
Balança corrente	% do PIB	-38,8	-33,5	-38,6	-35,0	-51,1	-20,2	-16,9	–
Bal. corrente s/ transf. oficiais	% do PIB	-45,5	-39,7	-42,1	-39,0	–	-24,3	–	–
Reservas oficiais	meses de import. ^(d)	2,9	3,0	2,5	2,6	–	4,5	–	4,3 jun.
Dívida pública									
Dívida externa	milhões de EUR	4212	5815	7397	8188	–	7919	–	–
	% do PIB	36,0	40,8	52,3	78,6	–	75,0	–	–
	% exportações ^(e)	121,6	152,3	195,4	228,9	–	176,2	–	–
Dívida interna	milhões de EUR	722	907	1281	1169	–	1527	–	–
	% do PIB	6,2	6,4	9,1	11,2	–	14,5	–	–
Taxas de câmbio									
EUR/MZM (mercado oficial)	t. média	39,71	40,77	42,41	69,16	–	71,65	–	70,88 mai.
USD/MZM (mercado oficial)	t. média	29,91	30,69	38,28	62,57	–	63,61	–	60,00 mai.
USD/MZM (mercado paralelo)	t. média	31,50	32,89	42,14	67,35	–	65,36	–	61,15 mai.
ITCE nominal (base 100: 2001) ^(c)	t. variação ^(f)	8,0	0,7	-22,2	-32,7	–	13,3	–	-2,7 mai.
ITCE real (base 100: 2001) ^(c)	t. variação ^(f)	7,4	-0,6	-16,9	-20,0	–	15,9	–	-2,1 mai.

Fontes: Banco de Moçambique, FMI, OCDE, Ministério das Finanças de Moçambique, INE de Moçambique e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Capital regulamentar/ativo ponderado pelo risco; (b) Até 2013 o apuramento do crédito em incumprimento seguiu uma definição que não captava todos os créditos com imparidades; (c) Índice da taxa de câmbio efetiva calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2010/14 (apreciação: +; depreciação: -); (d) Importações de bens e serviços do mesmo ano (ou do ano anterior, no caso de valores intra-anuais); (e) Exportações de bens e serviços; (f) Variação face a dezembro do ano anterior.

Quadro II.4.3 • Produto interno bruto | Preços correntes, em milhões de MZM

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
				Est.	Est.	Prog.
Setor primário	116 129	120 982	135 754	155 412	171 037	–
Agricultura e pecuária	108 734	113 213	126 251	138 821	153 763	–
Pesca	7395	7768	9503	16 591	17 274	–
Setor secundário	81 860	99 790	116 236	135 777	200 073	–
Indústria extrativa	15 230	23 894	30 309	42 957	82 609	–
Indústria transformadora	41 591	47 821	53 917	59 806	72 619	–
Eletricidade, água e gás (extração e distribuição)	16 301	17 116	18 296	18 614	26 676	–
Construção	8737	10 960	13 714	14 399	18 168	–
Setor terciário	239 075	262 154	286 791	332 894	358 205	–
Comércio e Reparações	56 305	61 523	66 501	80 253	89 160	–
Alojamento e Alimentação	10 134	10 973	12 999	13 504	13 855	–
Transportes e Armazenagem	43 075	39 781	41 274	47 196	51 416	–
Informação e Comunicação	16 494	17 858	19 051	19 880	20 863	–
Serviços Financeiros	22 442	24 459	27 436	33 754	41 192	–
Atividades imobiliárias, alugueres	31 498	31 124	34 098	36 776	45 397	–
Administração pública	25 271	31 291	37 462	44 381	45 432	–
Educação	33 972	42 271	46 821	56 163	57 590	–
Saúde e ação social	7922	10 497	11 296	13 593	14 352	–
Outros	-8038	-7623	-10 145	-12 605	-21 052	–
Produto Interno Bruto (custo de fatores)	437 064	482 926	538 782	624 083	729 315	–
Impostos indiretos	45 169	48 851	52 895	63 033	75 148	–
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	482 233	531 777	591 677	687 117	804 464	991 655
Consumo	478 223	510 726	558 828	683 389	745 918	–
Público	115 101	138 592	157 807	194 588	205 153	–
Privado	363 123	372 134	401 021	488 801	540 765	–
Investimento	262 667	294 406	268 182	261 917	315 634	–
Formação Bruta de Capital Fixo	189 791	228 937	189 089	154 470	197 854	–
Variação de Existências	72 875	65 469	79 092	107 447	117 780	–
Procura interna	740 890	805 132	827 010	945 306	1 061 553	–
Exportações de bens e serviços	146 451	177 397	190 616	252 787	327 554	–
Procura global	887 341	982 529	1 017 626	1 198 093	1 389 106	–
Importações de bens e serviços	405 108	450 752	425 947	510 977	584 643	–
Para memória:						
Poupança interna bruta	4010	21 051	32 849	3727	58 545	–
PIBpm nominal (milhões de USD)	16 123	17 327	15 457	10 981	12 646	14 343
Deflator do PIBpm (variação anual em %)	3,9	2,6	4,4	11,9	12,9	17,1
PIBpm nominal (variação anual em %)	11,3	10,3	11,3	16,1	17,1	23,3
PIBpm real (variação anual em %)	7,1	7,4	6,6	3,8	3,7	5,3

Fontes: Banco de Moçambique, INE de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.4.4 • Índice de preços no consumidor | Em percentagem

		Var. mensal	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]
2005	Dezembro	–	13,1	7,0
2006	Dezembro	–	8,1	13,6
2007	Dezembro	–	12,1	9,2
2008	Dezembro	–	11,8	14,5
2009	Dezembro	–	3,0	4,2
2010	Dezembro	–	16,6	12,7
2011	Dezembro	–	6,1	10,4
2012	Dezembro	–	2,0	2,6
2013	Dezembro	–	3,5	4,3
2014	Dezembro	–	1,9	2,6
2015	Dezembro	–	10,6	3,6
2016	Dezembro	–	23,7	19,9
2017	Dezembro	–	5,6	15,1
2016	Janeiro	4,8	13,7	4,5
	Fevereiro	1,0	13,1	5,3
	Março	0,3	13,3	6,1
	Abril	1,4	16,1	7,3
	Maio	0,3	17,6	8,7
	Junho	0,8	19,1	10,2
	Julho	1,2	20,4	11,7
	Agosto	1,8	22,2	13,4
	Setembro	3,3	25,9	15,3
	Outubro	2,4	26,3	17,1
	Novembro	1,8	26,3	18,8
	Dezembro	2,5	23,7	19,9
2017	Janeiro	2,2	20,6	20,4
	Fevereiro	1,2	20,9	21,1
	Março	0,8	21,6	21,7
	Abril	1,1	21,3	22,1
	Maio	-0,4	20,4	22,3
	Junho	-1,2	18,1	22,2
	Julho	-0,5	16,2	21,8
	Agosto	0,0	14,1	21,1
	Setembro	0,2	10,8	19,8
	Outubro	0,2	8,4	18,3
	Novembro	0,7	7,2	16,7
	Dezembro	1,1	5,6	15,1
2018	Janeiro	0,4	3,8	13,6
	Fevereiro	0,4	2,9	12,1
	Março	1,0	3,0	10,6
	Abril	0,4	2,3	9,0
	Maio	0,5	3,3	7,6
	Junho	-0,1	4,4	6,6

Fontes: Banco de Moçambique, INE de Moçambique e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [3] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro II.4.5 • Balança de pagamentos | Em milhões de USD

	2013	2014	2015	2016	2017		2018	
					Prog.	Est.	Prog.	Trim. I
Balança Corrente	-6253	-5797	-5968	-3846	-9105	-2558	-2425	-966
Excluindo transferências oficiais	-7341	-6884	-6508	-4286	-	-3072	-	-965
Balança comercial	-4357	-4035	-4163	-1405	-7071	-498	-509	-261
Exportações (f.o.b.)	4123	3916	3413	3328	4107	4725	5031	1182
dq: Grandes projetos	2196	2440	2057	2414	2340	3415	4125	-
Importações (f.o.b.)	-8480	-7952	-7577	-4733	-11 178	-5223	-5540	-1443
dq: Grandes projetos	-1934	-1487	-917	-771	-5087	-	-1147	-
Balança de serviços	-3259	-2932	-2306	-2701	-2297	-2331	-1544	-557
Balança de rendimento primário	-59	-202	-300	-261	-574	-412	-560	-228
dq: Juros da dívida pública (débito)	-49	-76	-128	-235	-114	-307	-307	-
Dividendos e juros de megaprojetos	-42	-46	-13	-18	-218	-59	-124	-
Balança de rendimento secundário (transf. correntes)	1421	1372	802	520	837	683	188	81
Transferências oficiais	1088	1087	540	440	-	515	-	0
Transferências privadas	333	285	262	81	-	168	-	81
Balança de capital e operações financeiras	6624	5700	5342	3374	9623	3888	2232	876
Balança de Capital	423	375	288	206	378	196	283	53
Balança de operações financeiras	6202	5325	5054	3167	9245	3691	1949	823
dq: Investimento direto (líq.)	6175	4902	3867	3093	7376	2293	1771	245
Erros e Omissões	25	-20	58	4	0	12	0	17
Balança Global	396	-117	-568	-468	518	1341	-193	-73
Financiamento	-396	117	568	468	-575	-1341	193	73
Variação das reservas oficiais (aumento: -)	-393	120	600	501	-542	-1327	-244	73
Utilização de fundos do FMI (líq.)	-3	-3	-32	-33	-33	-14	-33	0
Financiamento excepcional	0	0	0	0	0	0	470	0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.4.6 • Distribuição geográfica das exportações | Em percentagem do total

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2009 a 2017
África do Sul	21,4	21,6	18,7	19,8	19,7	24,2	20,9	21,0	18,7	20,6
China	3,5	3,9	5,4	18,2	2,5	5,2	3,9	4,3	5,3	6,0
Espanha	1,5	1,7	2,7	1,5	1,8	1,5	0,8	2,0	1,7	1,7
E.U.A.	1,9	0,9	0,8	2,5	3,6	1,4	1,7	2,9	1,1	1,9
Índia	2,6	1,5	1,8	4,5	16,5	9,9	9,4	20,1	34,3	12,9
Países Baixos	41,6	51,0	43,5	24,1	27,3	28,4	27,9	25,3	10,0	28,7
Portugal	1,5	4,7	1,4	0,5	2,5	1,4	0,9	1,0	0,5	1,4
Reino Unido	1,3	0,2	3,2	4,9	1,0	5,4	2,5	1,8	4,5	3,0
Singapura	1,3	0,5	0,3	1,8	0,0	1,9	4,2	4,2	2,9	2,0
Zimbabwe	3,4	3,2	2,5	2,4	2,0	2,5	2,6	1,3	1,2	2,2
Outros	19,8	10,9	19,7	19,7	23,3	18,4	25,3	16,0	19,8	19,6

Fontes: Banco de Moçambique e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.4.7 • Distribuição geográfica das importações | Em percentagem do total

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2009 a 2017
África do Sul	35,5	51,2	34,0	27,2	25,7	36,4	31,4	30,5	28,7	32,1
China	4,6	5,7	7,0	5,3	7,5	8,5	11,5	8,0	8,6	7,7
Emirados Árabes Unidos	2,0	2,4	5,6	7,7	7,0	6,0	4,5	7,3	9,2	6,1
E.U.A.	3,6	0,5	2,8	11,9	2,2	2,0	1,6	2,3	1,9	3,5
Índia	6,5	1,1	5,6	2,9	3,7	4,1	4,2	6,3	7,8	4,5
Japão	3,8	5,5	3,5	2,2	2,6	3,5	3,2	2,1	2,2	3,0
Países Baixos	13,0	16,5	12,6	6,6	4,9	7,6	7,4	2,4	8,5	8,1
Portugal	3,8	8,0	4,2	4,0	5,7	5,7	4,7	5,9	4,2	5,1
Reino Unido	0,8	0,6	4,2	6,4	3,2	1,5	1,3	2,1	0,6	2,6
Singapura	1,8	0,0	0,7	0,6	7,4	1,4	2,0	6,5	1,7	2,6
Outros	24,8	8,4	19,9	25,2	30,1	23,3	28,1	26,6	26,3	24,7

Fontes: Banco de Moçambique e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.4.8 • Dívida pública | Em milhões de USD

	2013	2014	2015	2016	2017
				Est.	Est.
Dívida externa	5798	7068	8081	8626	9486
Credores multilaterais	3383	3291	3640	3791	4179
Credores bilaterais	2415	3777	4441	4835	5308
Países da OCDE	581	679	1012	978	1101
Outros países	1834	3098	3429	3857	4206
Dívida Interna	994	1102	1400	1232	1829
Banco Central ^(a)	100	95	91	485	588
Outros bancos e instituições financeiras ^(b)	281	266	475	166	370
Obrigações do Tesouro	446	568	408	304	558
Outros ^(c)	167	173	426	277	313
Dívida pública total	6792	8169	9481	9858	11 315
Serviço da dívida externa	143	156	291	347	–
Capital	85	87	176	195	–
Juros	58	68	115	151	–
			(em % do PIB)		
Dívida pública total	42,1	47,1	61,3	89,8	89,5
Dívida externa	36,0	40,8	52,3	78,6	75,0
Dívida interna	6,2	6,4	9,1	11,2	14,5
			(em % das exportações de bens e serviços)		
Dívida externa	121,6	152,3	195,4	228,9	176,2
Serviço da dívida externa	3,0	3,4	7,0	9,2	–

Fontes: Banco de Moçambique, Ministério das Finanças de Moçambique e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Inclui dívida do Estado para efeitos de reforço do Balanço Cambial; (b) Fluxos de Bilhetes do Tesouro que ocorrem apenas a nível de operações de tesouraria; (c) Créditos relativos a subsídios aos combustíveis, dívidas de empresas públicas, comissões e operações de *leasing* resultantes da construção de edifícios públicos.

Quadro II.4.9 • Operações financeiras do Estado | Em mil milhões de MZM

	2013	2014	2015	2016	2017			2018		
					Orç.	Est.	g.e. ^(a)	Orç.	Sem. I	g.e. ^(a)
1. Receitas Totais	156,55	177,36	165,45	180,44	200,38	229,53	114,5	240,23	106,08	44,2
1.1. Receitas correntes	126,32	156,24	147,57	165,60	186,33	213,22	114,4	222,86	100,23	45,0
Receitas não-tributárias	18,78	21,24	23,69	28,60	32,27	43,14	133,7	32,84	12,01	36,6
Receitas tributárias	107,54	135,01	123,88	136,99	154,07	170,09	110,4	190,02	88,22	46,4
Impostos sobre o rendimento	49,39	63,20	53,43	63,78	69,41	96,89	139,6	81,67	44,67	54,7
Impostos sobre o consumo	44,87	56,21	53,10	56,37	66,32	53,82	81,2	74,80	29,98	40,1
Imp. s/ comércio internacional	9,74	11,45	12,64	12,34	15,25	12,03	78,9	17,99	7,04	39,2
Outros impostos	3,54	4,14	4,70	4,50	3,09	7,34	237,5	15,56	6,53	42,0
1.2. Donativos	30,23	21,12	17,88	14,84	14,05	16,30	116,0	17,37	5,85	33,7
2. Despesas Totais	178,29	201,54	199,12	204,82	249,58	228,45	91,5	278,83	116,16	41,7
2.1. Despesas correntes	95,43	116,60	120,22	141,09	156,45	148,73	95,1	184,04	82,20	44,7
Despesas com o pessoal	49,52	59,83	64,90	77,84	85,89	85,09	99,1	92,41	47,26	51,1
Bens e serviços	18,86	25,11	26,93	22,97	27,15	22,02	81,1	30,12	10,26	34,1
Transferências e subsídios	15,40	18,36	19,86	23,52	23,42	22,47	96,0	27,09	8,51	31,4
Juros da dívida programados	3,97	5,23	7,76	16,31	18,57	18,02	97,0	33,20	15,95	48,0
Outras despesas	7,68	8,08	0,77	0,45	1,43	1,13	79,1	1,23	0,22	17,8
2.2. Despesas de capital	72,30	75,74	76,39	50,27	65,98	54,37	82,4	81,40	22,82	28,0
Financiamento Interno	34,01	44,03	42,68	23,63	28,03	23,07	82,3	33,69	10,45	31,0
Financiamento Externo	38,29	31,71	33,72	26,64	37,95	31,30	82,5	47,71	12,37	25,9
2.3. Empréstimos Líquidos	10,56	9,20	2,51	13,47	27,15	25,35	93,4	13,39	11,14	83,2
3. Saldo Corrente: (1.1-2.1)	30,89	39,64	27,35	24,51	29,88	64,50	-	38,82	18,03	-
4. Saldo Global s/ Donativos: (1-2-1.2)	-51,97	-45,30	-51,55	-39,23	-63,25	-15,23	-	-55,98	-15,93	-
5. Saldo Global: (1-2)	-21,74	-24,18	-33,68	-24,39	-49,20	1,07	-	-38,60	-10,08	-
6. Financiamento	21,74	24,18	33,68	24,39	49,21	-1,07	-	38,60	10,08	-
6.1. Interno (líq.)	-2,47	1,60	8,38	-1,20	10,26	-36,47	-	8,46	5,15	-
6.2. Externo (líq.)	24,21	22,58	25,30	25,58	38,95	35,40	90,9	30,14	4,92	16,3
Desembolsos	26,75	25,76	31,00	36,94	50,80	43,36	85,3	43,49	10,17	23,4
Amortizações	-2,55	-3,18	-5,70	-11,35	-11,85	-7,96	67,2	-13,35	-5,25	39,3
7. Diferencial de Financiamento^(b)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-

Fontes: Banco de Moçambique, Ministério das Finanças de Moçambique e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado, em %; (b) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro II.4.10 • Síntese monetária | Em mil milhões de MZM

	2013	2014	2015	2016	2017 Est.	2017/2016		2018 Prog.	2018		jun18/dez17	
						[1]	[2]		Mar.	Jun.	[1]	[2]
Ativos externos líquidos	100,0	104,8	115,3	151,5	189,3	24,9	10,3	188,5	199,4	189,3	0,0	0,0
Banco Central	85,7	91,5	91,8	116,8	172,9	48,0	15,3	152,4	177,4	167,6	-3,0	-1,4
Disponib. s/ Exterior	97,1	103,6	113,7	145,2	196,0	35,0	13,9	–	200,5	190,8	-2,7	-1,4
Responsab. s/ Exterior	-11,3	-12,0	-21,9	-28,4	-23,1	-18,4	1,4	–	-23,1	-23,1	0,0	0,0
Bancos Comerciais	14,3	13,3	23,6	34,7	16,4	-52,7	-5,0	36,1	22,0	21,6	31,8	1,4
Ativos internos líquido	116,4	159,7	218,1	215,6	194,8	-9,7	-5,7	225,3	191,1	197,9	1,6	0,8
Crédito interno total	137,6	185,7	255,4	302,8	255,6	-15,6	-12,9	317,0	261,4	251,3	-1,7	-1,1
Crédito líquido ao S.P.A.	-14,0	-8,9	23,3	41,5	29,9	-27,8	-3,1	76,0	32,4	28,9	-3,6	-0,3
Crédito concedido	57,4	74,0	85,2	127,9	215,4	68,4	23,8	–	233,8	235,4	9,3	5,2
Depósitos	-71,4	-82,9	-61,9	-86,5	-185,5	114,5	-27,0	–	-201,4	-206,6	11,4	-5,5
Crédito à economia	151,7	194,6	232,1	261,4	225,7	-13,7	-9,7	241,0	229,0	222,4	-1,4	-0,8
Moeda nacional	117,3	155,1	188,9	200,9	175,9	-12,5	-6,8	186,0	176,5	172,7	-1,8	-0,8
Moeda estrangeira	34,4	39,5	43,3	60,5	49,8	-17,6	-2,9	55,0	52,5	49,8	-0,1	0,0
Outras Rubricas (líq.)	-21,2	-26,0	-37,3	-87,2	-60,8	30,3	7,2	-91,7	-70,3	-53,4	12,2	1,9
Total do Ativo	216,4	264,5	333,5	367,2	384,1	4,6	–	413,8	390,5	387,2	0,8	–
Massa Monetária (M3)	216,4	264,5	333,5	367,2	384,1	4,6	4,6	413,8	390,5	387,2	0,8	0,8
Base monetária	47,5	57,6	73,9	99,9	104,6	4,7	–	107,0	106,2	108,9	4,2	–
Circulação monetária	22,7	27,3	30,0	36,3	36,3	0,1	–	–	31,9	34,6	-4,6	–
Depósitos à ordem	123,3	154,3	188,4	207,2	209,1	0,9	–	–	212,1	207,9	-0,6	–
Quase-moeda	70,4	82,9	115,1	123,7	138,8	12,2	–	–	146,5	144,7	4,3	–
Total do Passivo	216,4	264,5	333,5	367,2	384,1	4,6	–	413,8	390,5	387,2	0,8	–

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] Variação percentual face ao período anterior; [2] Variação percentual relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (fatores de expansão/contração da liquidez).

Quadro II.4.11 • Taxas de juro | Taxas anuais, em percentagem

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.
Taxas passivas							
Até 180 dias	8,5	8,4	9,1	12,0	18,1	16,2	–
181-365 dias	9,1	9,1	9,4	12,7	18,0	17,3	–
1-2 anos	6,1	7,7	6,8	8,8	14,0	14,0	–
Taxas ativas							
Até 180 dias	19,8	20,4	18,0	28,5	28,9	26,7	–
181-365 dias	20,3	20,8	19,1	28,0	28,0	26,7	–
1-2 anos	21,1	21,0	18,7	27,7	28,5	27,0	–
Taxas de Referência							
Facilidade Perm. de Cedência	8,3	7,5	9,8	23,3	20,5	19,0	18,0
Bilhetes do Tesouro (91 dias)	5,2	5,4	7,5	24,1	23,8	17,2	16,0
MMI (até 7 dias, sem garantia)	3,4	3,1	5,4	23,2	21,0	–	16,2

Fontes: Banco de Moçambique.

Quadro II.4.12 • Indicadores de estabilidade financeira | Em percentagem

	2013	2014	2015	2016	2017	2018 Abr.
Solvabilidade						
Adequação dos fundos próprios ^(a)	16,9	15,1	17,0	8,8	21,5	20,2
Tier 1/ativo ponderado pelo risco	16,0	13,6	15,6	14,2	20,8	19,5
Qualidade dos ativos						
Crédito em incumprimento ^(b) /crédito total	2,9	3,2	4,3	5,7	12,6	12,9
Crédito em moeda estrangeira/crédito total	21,9	22,2	24,8	28,8	25,0	25,9
Rendibilidade						
Rendibilidade dos fundos próprios (ROE)	21,0	21,6	20,4	9,9	32,0	35,6
Rendibilidade dos ativos (ROA)	2,0	2,1	2,0	0,7	2,6	3,4
Margem financeira/produto bancário	55,6	55,4	52,7	65,0	71,2	72,6
Custos operacionais/produto bancário	65,3	62,4	62,8	67,8	56,4	57,2
Liquidez						
Ativos líquidos ^(c) /ativo total	30,7	28,2	32,2	31,3	37,0	38,4
Outros indicadores						
Crédito ao setor privado/depósitos totais	78,3	82,1	76,9	80,5	64,7	63,2
Custos com pessoal/custos operacionais	47,6	47,1	46,9	43,4	45,9	44,7
Spread de juros, 1 a 2 anos (ativa – passiva)	15,0	13,3	11,8	18,9	14,5	–

Fontes: Banco de Moçambique e cálculos do Banco de Portugal

Notas: (a) Capital regulamentar/ativo ponderado pelo risco; (b) Até 2013 o apuramento do crédito em incumprimento seguiu uma definição que não captava todos os créditos com imparidades; (c) Os ativos líquidos incluem depósitos nas casas-mãe.

Quadro II.4.13 • Taxas de câmbio do metical (MZM) | Taxas médias

		EUR/MZM			USD/MZM					ZAR/ MZM	ITCE(a) base 100:2001	
		Oficial	Livre	Li/Of	Oficial	Paralelo	Livre	Pa/Of	Li/Of			
		(Of)	(Li)	(%)	(Of)	(Pa)	(Li)	(%)	(%)	Livre	Nom.	Real
2006		32,18	31,38	-2,47	24,98	26,93	26,03	7,82	4,18	3,77	65,80	97,60
2007		35,57	35,02	-1,55	25,56	26,64	25,84	4,24	1,09	3,67	63,72	98,15
2008		35,72	35,49	-0,65	24,17	25,15	24,30	4,05	0,52	2,98	71,12	116,41
2009		38,95	37,25	-4,37	26,71	29,24	27,52	9,47	3,03	3,33	64,18	104,66
2010		45,44	43,63	-3,99	32,99	35,65	33,96	8,09	2,95	4,65	49,46	87,57
2011		40,46	40,47	0,02	29,06	31,04	29,07	6,81	0,03	4,04	56,57	105,72
2012		36,05	36,48	1,19	28,10	29,45	28,40	4,82	1,07	3,47	64,21	117,55
2013		39,71	39,97	0,65	29,91	31,50	30,10	5,31	0,65	3,13	65,07	118,45
2014		40,77	41,65	2,15	30,69	32,89	31,35	7,15	2,16	2,89	67,07	120,54
2015		42,41	44,27	4,40	38,28	42,14	39,98	10,07	4,45	3,12	61,39	110,91
2016		69,16	69,69	0,77	62,57	67,35	63,06	7,63	0,77	4,34	41,15	85,83
2017		71,65	71,63	-0,03	63,61	65,36	63,58	2,74	-0,05	4,78	38,67	89,77
2016	Janeiro	49,25	50,31	2,16	45,34	50,64	46,32	11,69	2,15	2,84	60,03	120,58
	Fevereiro	52,94	54,36	2,69	47,68	53,50	48,96	12,21	2,69	3,11	55,58	111,51
	Março	54,73	56,01	2,34	49,27	57,67	50,44	17,04	2,37	3,28	53,14	106,09
	Abril	59,27	59,83	0,95	52,26	59,90	52,76	14,62	0,95	3,62	48,73	98,15
	Maio	62,58	62,70	0,19	55,40	62,91	55,51	13,56	0,20	3,60	47,57	95,86
	Junho	68,42	68,59	0,25	60,92	66,01	61,08	8,36	0,26	4,06	42,88	86,94
	Julho	73,01	73,39	0,52	65,96	71,06	66,31	7,73	0,53	4,61	38,90	79,29
	Agosto	80,00	80,44	0,55	71,37	78,97	71,77	10,65	0,56	5,22	34,97	72,60
	Setembro	85,70	86,14	0,51	76,50	78,08	76,89	2,06	0,51	5,47	33,03	70,77
	Outubro	85,46	85,94	0,56	77,58	79,35	78,01	2,28	0,56	5,60	32,61	71,32
	Novembro	81,89	81,97	0,10	75,88	76,19	75,95	0,41	0,10	5,46	33,70	75,10
	Dezembro	76,62	76,60	-0,03	72,70	73,90	72,68	1,65	-0,03	5,25	35,43	80,78
2017	Janeiro	75,13	75,15	0,03	70,75	73,59	70,78	4,01	0,05	5,22	35,91	83,45
	Fevereiro	74,89	74,76	-0,17	70,42	73,52	70,26	4,40	-0,23	5,33	35,55	82,99
	Março	73,58	73,54	-0,06	68,88	69,28	68,74	0,58	-0,20	5,33	35,87	84,10
	Abril	70,68	70,67	-0,01	65,93	66,51	65,92	0,88	-0,02	4,91	38,09	89,97
	Maio	68,19	68,12	-0,10	61,68	62,69	61,65	1,64	-0,05	4,65	40,08	94,27
	Junho	67,91	67,88	-0,05	60,47	63,20	60,44	4,51	-0,05	4,69	40,07	93,06
	Julho	70,08	70,04	-0,06	60,85	62,83	60,84	3,25	-0,02	4,63	39,88	91,67
	Agosto	72,41	72,41	0,00	61,34	63,75	61,33	3,93	-0,02	4,63	39,32	90,03
	Setembro	73,08	73,09	0,02	61,35	63,32	61,35	3,21	0,00	4,66	39,05	89,54
	Outubro	71,82	71,83	0,01	61,11	62,05	61,11	1,54	0,00	4,46	40,23	92,26
	Novembro	71,38	71,37	-0,01	60,80	61,83	60,80	1,69	-0,01	4,32	40,95	94,68
	Dezembro	70,69	70,70	0,01	59,77	61,71	59,74	3,25	-0,05	4,55	40,15	93,65
2018	Janeiro	72,27	72,23	-0,06	59,24	62,19	59,23	4,98	-0,02	4,86	38,52	90,05
	Fevereiro	75,44	75,45	0,01	61,10	64,01	61,52	4,76	0,69	5,17	36,60	85,28
	Março	76,49	76,51	0,03	62,04	63,03	62,04	1,60	0,00	5,24	36,13	84,91
	Abril	74,41	74,41	0,00	60,59	62,33	60,59	2,87	0,01	5,02	37,42	87,74
	Maio	70,88	70,89	0,01	60,00	61,15	60,00	1,92	0,00	4,79	39,07	91,71

Fontes: Banco de Moçambique, INE de Moçambique, OCDE e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Índice da Taxa de Câmbio Efetiva (ITCE) baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2010/14 (apreciação: +; depreciação: -).



5 São Tomé e Príncipe

Área

997 Km²

Capital

Cidade de São Tomé

População

208,8 milhares (2018; fonte: INE / STP – Censo 2018)

Moeda

Dobra

Apesar de positivo, o crescimento da economia de São Tomé e Príncipe continua a revelar-se insuficiente para gerar uma redução sustentada dos níveis prevalecentes de pobreza. O investimento em infraestruturas tarda em materializar-se e a mobilização de recursos externos para esse fim tem ficado aquém do esperado. A inflação recrudescceu em 2017, fruto da conjugação de más condições meteorológicas e de um agravamento significativo da carga fiscal, implementado com o fim de procurar cumprir as metas orçamentais acordadas com o FMI, ao abrigo do programa de ajustamento celebrado em 2015, no âmbito da *Extended Credit Facility*. O turismo continua a ser a principal fonte de receitas externas mas a manutenção da sua dinâmica requer a modernização das estruturas de acolhimento (aeroporto, unidades hoteleiras), a diversificação da oferta turística e a captação de novos mercados. O setor bancário apresenta ténues sinais de progresso mas os níveis de incumprimento do crédito e a falta de rentabilidade da maioria dos bancos são motivo de preocupação.

As estimativas sobre o crescimento da economia santomense apontam, em 2017, para um nível semelhante ao verificado nos anos anteriores, em torno de 4 por cento, patamar ainda insuficiente para reduzir a incidência da pobreza e para criar o emprego necessário para acolher os jovens que em cada ano se adicionam à população ativa. O turismo é setor mais dinâmico da economia, o que pressiona a necessidade de se proceder à modernização das infraestruturas de apoio (aeroporto, redes de transportes). As esperadas obras de investimento público (expansão e modernização do aeroporto, renovação da rede viária, reconversão do setor de produção e distribuição de energia elétrica) poderão potenciar uma nova dinâmica económica deste setor e, em geral, da economia. Recorde-se que em 2015 o país celebrou um acordo com o FMI no âmbito da *extended credit facility*, com o objetivo de eliminar os desequilíbrios macroeconómicos e proceder a um conjunto de reformas estruturais.

Em 2017 **acentuou-se a tendência de crescimento dos preços**, que desde meados de 2016 havia invertido a dinâmica desinflationária que se vinha registando desde a adoção do novo regime cambial. Para este comportamento tiveram uma especial contribuição as desfavoráveis condições meteorológicas no segundo trimestre de 2017, que afetaram significativamente o preço dos bens hortícolas e do peixe, bem como o forte agravamento da carga fiscal (impostos indiretos, com especial incidência nas taxas aduaneiras). No final de 2017 a inflação situava-se em 7,7 por cento (taxa homóloga). Os efeitos destes fatores de agravamento da inflação têm vindo a atenuar-se em 2018, registando esta taxa, em junho passado, o nível de 6,6 por cento, pelo que não se exclui o eventual retorno à trajetória desinflationista prosseguida entre 2008 e 2015.

As importações registaram um acréscimo significativo face aos anos anteriores, comportamento algo em contradição com a moderação do crescimento económico e a estagnação das receitas aduaneiras. Um dos fatores para essa subida foi o aumento do preço do petróleo, a par das importações de bens de equipamento relacionadas com a prospeção petrolífera (tendencialmente isentas de impostos alfandegários). As exportações de bens (cacau) e de serviços (essencialmente turismo) registaram algum progresso, compensando parcialmente a queda nas transferências oficiais, tendo-se registado um **agravamento do défice da balança corrente** (que passou de 6,5 para 8,2 por cento do PIB). A balança financeira beneficiou de um maior fluxo de investimento direto (também associado à prospeção petrolífera) mas, por outro lado, mantiveram-se as saídas de capitais de curto prazo, o que deu origem a um défice global de 2,5 por cento do PIB.

Neste contexto, **o nível das reservas cambiais continuou a diminuir em 2017**, não obstante o banco central ter aumentado as restrições para os bancos comerciais no acesso a divisas. Já nos primeiros meses de 2018 a entrada de um donativo da China e de um pagamento relacionado com um contrato de prospeção de petróleo permitiu alguma recuperação das reservas, que assim se mantém acima do limiar de três meses de importações, referência consagrada no Acordo de Cooperação Económica celebrado com Portugal em 2009.

A reduzida dimensão do setor privado, os condicionamentos consagrados no programa de ajustamento acordado com o FMI em 2015 e o enquadramento decorrente do regime cambial em vigor desde 2010 (paridade fixa com o euro), dão origem a que **a condução das finanças públicas seja fortemente determinante do comportamento da economia**. Com efeito, a expansão da despesa pública, se não for previamente financiada por recursos externos, traduz-se numa forte pressão sobre as reservas, pelo que as autoridades santomenses têm procurado manter uma adequada prudência na gestão orçamental. No entanto, a rigidez das despesas correntes, nomeadamente dos salários da função pública, e a dificuldade em implementar medidas que se traduzam em maiores níveis de receitas, dão origem a que a contenção orçamental se traduza essencialmente no sacrifício do investimento público.

A maior contenção adotada em 2017 permitiu que o **défice primário interno (a principal referência da política orçamental) registasse uma melhoria de 4,0 para 2,3 por cento**, ainda assim aquém da meta fixada no contexto do programa acordado com o FMI, a qual se cifrava em 1,8 por cento.

As receitas públicas ficaram aquém das previsões orçamentais, quer as de natureza corrente (grau de execução de 83,3 por cento), quer os donativos (menos de 65 por cento de execução), o que, se por um lado indicia alguma tendência para sobrestimar a capacidade de atuação das autoridades tributárias, por outro, reflete as dificuldades em gerar receitas fiscais numa economia que apresenta um grau elevado de informalidade. As autoridades estão a desenvolver esforços para implementar já em 2019 um imposto sobre o valor acrescentado, esperando dessa forma alargar e tornar mais justa a base tributária. Adicionalmente vem-se procurando acentuar a intervenção sancionatória das autoridades junto dos grandes contribuintes, incluindo empresas públicas.

A condução da política orçamental foi adicionalmente afetada pelas dificuldades na captação de financiamento externo para a realização de despesas públicas: o nível de empréstimos contraídos em 2017 junto de instituições internacionais e de outras entidades, destinados à cobertura de projetos de investimento público, diminuiu para 1,5 milhões de euros (em 2015 este valor havia sido de 30,3 milhões). Esta redução prejudicou a concretização de obras de infraestruturas, fundamentais para potenciar o crescimento económico.

Simultaneamente também se verificou uma **redução na disponibilidade dos parceiros de desenvolvimento para continuarem a apoiar, sob a forma de donativos, o estado santomense**: o montante global de donativos recebidos em 2017 foi cerca de 10 por cento inferior ao do ano anterior, tendo sido especialmente significativa a não continuidade em 2017 do apoio direto ao orçamento por parte do Banco Mundial e a redução no montante proveniente da União Europeia.

Apesar das restrições nas condições de endividamento, verificou-se um aumento da dívida pública externa, decorrente de desembolsos proporcionados por Portugal e por Angola. No entanto, o aumento do PIB nominal e a evolução da paridade cambial face ao dólar (moeda de denominação da maior parte da dívida externa) permitiram um **ligeiro desagravamento do rácio da dívida pública externa face ao PIB**, o qual, após se ter aproximado dos 90 por cento em 2015, se reduziu para 75 por cento no final de 2017.

O comportamento dos agregados monetários da economia santomense nos últimos dois anos tem sido condicionado pela **forte redução das disponibilidades líquidas sobre o exterior**, a que se adiciona a **virtual estagnação do crédito**, fruto da falta de dinamismo da economia e das dificuldades experimentadas pelo setor bancário. Em termos agregados, estas instituições vêm registando ligeiras melhorias no que diz respeito ao crédito em incumprimento mas o seu nível de rendabilidade ainda é virtualmente nulo. Com o intuito de prevenir a repetição de situações como as que se verificaram no passado recente e que levaram ao encerramento de duas instituições, as autoridades de supervisão têm aumentado a sua intervenção junto dos bancos e exigido a estas instituições níveis de capitalização mais elevados.

Manteve-se a estabilidade cambial proporcionada pelo atual regime, apesar de nos últimos dois anos o valor do índice de taxa de câmbio efetiva ter registado alguma oscilação ditada pelo comportamento instável da moeda angolana, a qual integra o cabaz de moedas daquele índice. Os fluxos comerciais com aquele país são essencialmente constituídos por importações de petróleo, denominadas em dólares, não tendo a depreciação do kwanza consequências significativas em termos da competitividade externa da economia santomense.

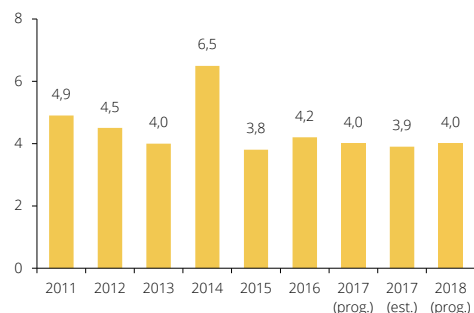
No início de 2018 procedeu-se a uma **reforma monetária, com a introdução de uma nova família de notas e moedas metálicas da dobra**, as quais apresentam um valor facial equivalente a 1/1000 do valor das notas e moedas anteriores. As novas notas apresentam características modernas de qualidade e segurança e foram bem acolhidas pelo público, tendo o processo de substituição do numerário decorrido de forma fluida.

Quadro II.5.1 • Principais indicadores económicos

	2013	2014	2015	2016	2017		2018
	Est.	Est.	Est.	Est.	Prog .	Est.	Prog .
PIB real (taxa de var. anual)	4,0	6,5	3,8	4,2	4,0	3,9	4,0
Inflação (taxa de var. homóloga)	7,1	6,4	4,0	5,1	6,0	7,7	6,0
Massa monetária (taxa de var.anual)	15,7	16,8	13,1	-4,8	-0,2	-0,4	12,6
Balança corrente (% do PIB)	-23,4	-21,4	-13,0	-6,5	-11,3	-8,2	-6,8
Saldo orçamental global (% do PIB)	-2,0	-4,1	-7,5	-4,2	-4,5	-2,6	0,3
Saldo primário interno (% do PIB)	-2,6	-2,7	-3,0	-4,0	-1,7	-2,3	-1,3
Dívida pública (% do PIB)	75,9	74,9	87,0	78,9	-	75,0	-

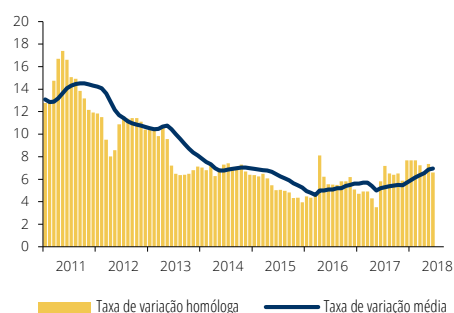
Fontes (também dos gráficos seguintes): Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças e da Economia Azul de São Tomé e Príncipe e Fundo Monetário Internacional

Gráfico II.5.1 • PIB real | Taxas de variação anual, em %



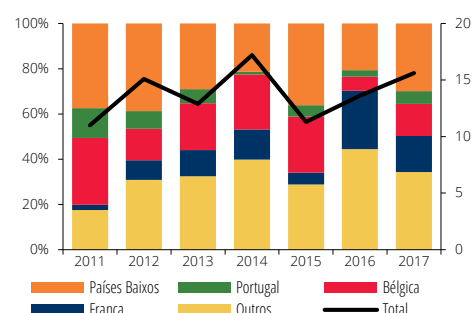
O crescimento económico ficou aquém das expectativas. A não concretização de projetos de investimento público, decorrente das dificuldades de mobilização de recursos externos, continua a ser um fator de estrangulamento para a atividade económica.

Gráfico II.5.2 • Inflação | Variação anual do IPC, em %



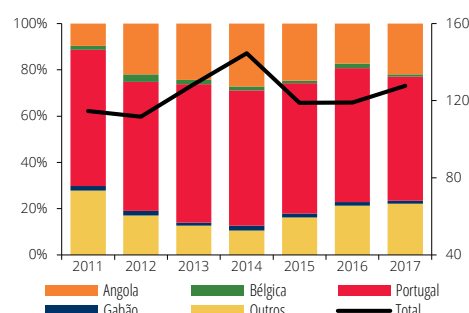
O agravamento da inflação em 2016 e 2017 refletiu os efeitos do aumento de preços dos bens alimentares provocados pelas condições meteorológicas e o agravamento (em 2017) da carga fiscal. Estes efeitos tenderão a esbater-se no ano em curso.

Gráfico II.5.3 • Exportações de mercadorias Destinos em %, total em milhões de USD



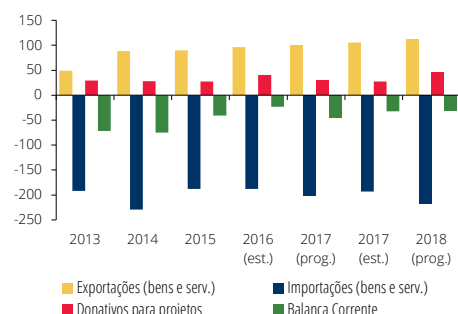
As exportações continuaram a recuperar, apesar da queda do preço do cacau (o principal bem de exportação). Os Países Baixos retomaram o primeiro lugar como destino de exportação, tendo também havido algum progresso de Portugal na hierarquia dos importadores.

Gráfico II.5.4 • Importações de mercadorias Origem em %, total em milhões de USD



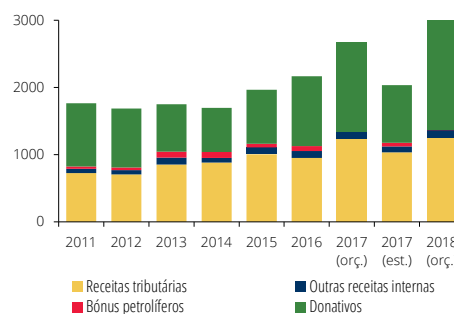
Após a queda registada em 2015, no ano transato o valor das importações voltou a subir. Para tal contribuíram o aumento do preço do petróleo e as importações de bens de equipamento, nomeadamente as relacionadas com a prospeção petrolífera.

Gráfico II.5.5 • Contas externas | Em milhões de USD



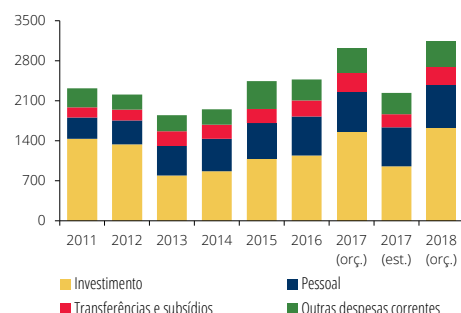
O défice da balança corrente agravou-se ligeiramente pois os aumentos das exportações de bens e serviços não foram suficientes para compensar o acréscimo das importações e a retração nas transferências (nomeadamente as oficiais - donativos).

Gráfico II.5.6 • Receitas públicas | Em milhões de novas dobras



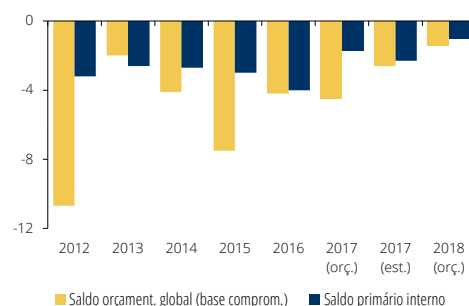
As receitas aduaneiras (tradicionalmente a principal fonte de receitas fiscais) recuperaram face a 2016 mas não conseguiram atingir os níveis registados entre 2013 e 2015, apesar do forte aumento das respetivas taxas. Os donativos também registaram uma queda sensível.

Gráfico II.5.7 • Despesa pública | Em milhões de novas dobras



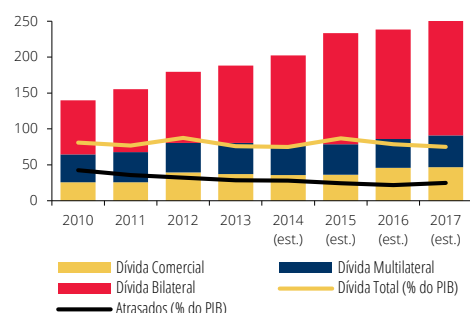
A despesa pública foi fortemente contida face às restrições de recursos e à tentativa de respeitar as metas orçamentais acordadas. A principal queda registou-se na componente do investimento público, embora também se registassem cortes nos subsídios e transferências.

Gráfico II.5.8 • Contas públicas | Em % do PIB



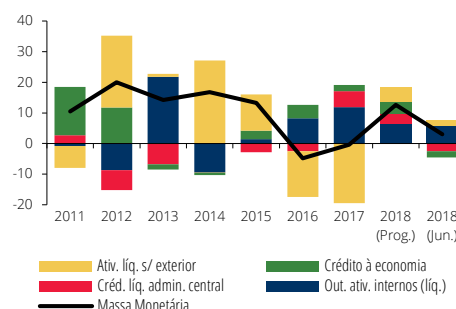
O défice primário interno (principal referência da política orçamental) melhorou: 2,3 face a 4,0% em 2016, o que no entanto não foi suficiente para cumprir a meta estabelecida de 1,7%. A baixa taxa de execução dos impostos indiretos (nomeadamente aduaneiros) foi determinante.

Gráfico II.5.9 • Dívida externa | Em milhões de USD e em % do PIB



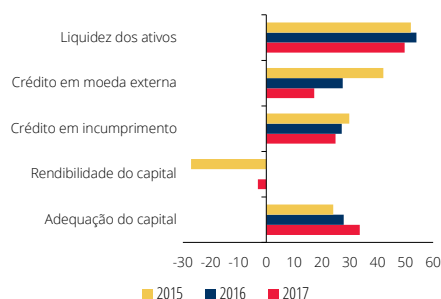
O valor da dívida externa aumentou ligeiramente (apesar da observação do compromisso de só se recorrer a dívida concessional). No entanto o rácio face ao PIB melhorou devido ao comportamento cambial (depreciação do USD, em que a maioria da dívida é denominada).

Gráfico II.5.10 • Fatores de variação de liquidez | Variações em % do valor inicial de massa monetária



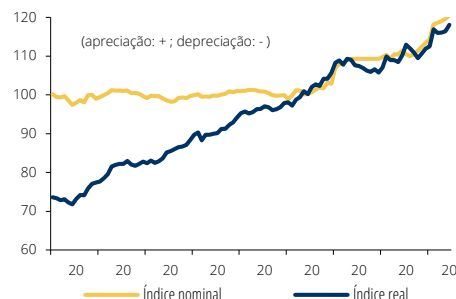
A queda dos ativos líquidos sobre o exterior, que já se havia manifestado em 2016, acentuou-se, constituindo o principal fator para a estagnação do valor da massa monetária. A contribuição do crédito foi praticamente nula, refletindo os problemas da economia e do setor bancário.

Gráfico II.5.11 • Estabilidade financeira Rácios do sistema bancário



Registou-se uma ligeira melhoria nos indicadores de solidez do setor bancário, nomeadamente a nível do crédito em incumprimento. No entanto a situação destas instituições ainda é muito débil, apesar da melhoria dos níveis de capitalização exigida pelas autoridades monetárias.

Gráfico II.5.12 • Taxa de câmbio efetiva Índices base 100: Dez. 2014, médias mensais



O agravamento da inflação em São Tomé provocou o acentuar da apreciação da taxa de câmbio efetiva real. O índice nominal também tem apresentado recentemente alguma oscilação, ditada pela instabilidade da moeda angolana.

Quadro II.5.2 • Indicadores económicos

			2013	2014	2015	2016	2017		2018	
							Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços										
PIB nominal	milhões de novas dobras		5639	6443	6970	7846	8300	8535	9222	–
	milhões de EUR		230,2	263,0	284,8	320,2	338,8	348,4	376,4	–
	milhões de USD		302,9	306,5	315,5	354,2	375,0	392,5	466,1	–
PIB real	tx. variação anual		4,0	6,5	3,8	4,2	4,0	3,9	4,0	–
Inflação	t.v. homóloga		7,1	6,4	4,0	5,1	6,0	7,7	6,0	6,6 jun.
	t.v. média anual		8,1	7,0	5,2	5,6	4,0	5,7	6,8	6,9 jun.
Finanças públicas										
Receitas totais	% do PIB		31,0	26,4	28,2	276,4	32,3	23,8	32,9	–
Receitas correntes	% do PIB		17,0	14,8	15,9	13,5	16,3	13,2	14,8	–
Donativos	% do PIB		12,5	10,2	11,5	13,2	16,0	10,1	18,1	–
Despesas totais	% do PIB		33,1	30,4	35,7	31,8	36,8	26,4	34,3	–
dq: Desp. correntes	% do PIB		18,7	16,9	19,5	17,0	17,5	15,1	16,4	–
Desp. de investimento	% do PIB		14,0	13,4	15,6	14,5	18,8	11,2	17,7	–
Saldo primário interno ^(a)	% do PIB		-2,6	-2,7	-3,0	-4,0	-1,7	-2,3	-1,3	–
Saldo global (base compromissos)	% do PIB		-2,0	-4,1	-7,5	-4,2	-4,5	-2,6	0,3	–
Moeda e crédito										
Crédito líq. à Admin. Central	taxa var. anual		103,3	0,8	28,2	10,9	-10,4	-42,7	4,0	34,2 jun.
Crédito à economia	taxa var. anual		-1,7	-1,1	5,4	6,6	3,4	2,5	5,8	-2,5 jun.
Massa monetária	taxa var. anual		15,7	16,8	13,1	-4,8	-0,2	-0,4	12,6	3,0 jun.
Taxa de juro de ref. do BCSTP	taxa anual		14,0	12,0	10,0	10,0	–	9,0	–	9,0 jun.
Balança de pagamentos										
Exportações f.o.b.	taxa var. anual		-14,6	33,3	-34,3	20,4	-14,7	14,7	-10,3	–
Importações f.o.b.	taxa var. anual		15,1	12,4	-17,8	0,2	6,4	7,2	21,6	–
Balança comercial (mercad.)	% do PIB		-38,2	-41,6	-34,6	-29,8	-30,7	-28,6	-30,3	–
Balança de serviços	% do PIB		-9,0	-4,4	3,0	-4,1	3,3	6,3	7,4	–
Balança corrente	% do PIB		-23,6	-24,5	-13,0	-6,5	-12,2	-8,2	-6,8	–
Ativos externos líq. do BCSTP	milhões de EUR		52,7	60,2	77,7	72,4	79,1	60,2	64,9	63,8 jun.
	milhões de USD		69,4	79,3	85,6	75,8	88,0	70,6	80,3	74,0 jun.
Dívida pública externa										
Dívida pública externa total	milhões de USD		228,2	243,0	273,2	278,0	–	292,1	–	276,0 mar
	% do PIB		75,9	74,9	87,0	78,9	–	75,0	–	62,0 mar
Taxas de câmbio										
Taxa de câmbio EUR / STD	tx. média anual		24,50	24,50	24,50	24,50	24,50	24,50	24,50	jul.
Taxa de câmbio USD / STD	tx. média anual		18,62	18,59	22,18	22,28	22,05	21,91	19,79	jul.
ITCE ^(b) nominal (apreciação: +)	tx. variação anual		0,9	0,5	0,3	7,7	–	1,8	–	6,8 jun.
ITCE ^(b) real (apreciação: +)	tx. variação anual		6,6	5,9	2,8	6,0	–	2,6	–	5,3 jun.

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças e da Economia Azul de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal

Notas: (a) Saldo global (base de compromissos), excluindo donativos, receitas petrolíferas (bónus de assinatura de contratos e outras), juros da dívida e despesas de investimento financiadas com recursos externos. (b) Índice de taxa de câmbio efetiva (ITCE) calculado a partir das taxas de câmbio praticadas para as moedas dos principais parceiros comerciais.

Quadro II.5.3 • Produto interno bruto | Preços correntes, em milhões de novas dobras

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
			Est.	Est.	Est.	Prov.
Setor Primário	570	689	751	853	952	–
Agricultura, pecuária, caça e silvicultura	287	338	345	361	347	–
Pescas	267	334	388	472	582	–
Indústrias extrativas	16	17	18	19	23	–
Setor Secundário	748	863	1070	973	1231	–
Indústrias transformadoras	355	406	417	435	533	–
Elettricidade, gás e água	120	132	128	135	161	–
Construção	273	324	525	402	537	–
Setor Terciário	3620	3951	4476	4979	5443	–
Comércio	1340	1532	1687	1778	1970	–
Alojamento e restauração	144	170	233	361	415	–
Transportes, armazenagem e comunicações	612	635	719	852	863	–
Atividades financeiras	121	134	148	160	173	–
Ativ. imobiliárias, alugueres e serviços a empresas	268	304	370	405	459	–
Administração pública, defesa e segurança social	407	505	569	631	686	–
Educação	205	295	378	391	427	–
Saúde e ação social	51	69	80	82	92	–
Outras atividades	471	306	291	318	357	–
SIFIM (Serv. de intermed. financ. indir. medidos)	-145	-168	-197	-208	-204	–
Impostos Indiretos	271	304	342	374	423	–
Produto Interno Bruto p.m.	5064	5639	6443	6970	7846	8535
Exportações de bens e serviços	634	912	1646	2004	2255	2472
Importações de bens e serviços	2761	3256	4267	4137	4195	4321
Para memória:						
PIBpm (taxa de variação real, em %)	4,5	4,0	6,5	3,8	4,2	3,9
PIBpm (taxa de variação nominal, em %)	19,7	11,4	14,3	8,2	12,6	8,8
PIB nominal (milhões de EUR; pr. correntes)	206,7	230,2	263,0	284,5	320,2	348,4
PIB nominal (milhões de USD; pr. correntes)	263,6	302,9	306,5	315,5	354,2	392,5

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças e da Economia Azul de São Tomé e Príncipe e Fundo Monetário Internacional.

Quadro II.5.4 • Índice de preços no consumidor | Em percentagem

		Var. mensal	Var. acumulada	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]	[4]
2005	Dezembro	-	17,2	17,2	17,2
2006	Dezembro	-	24,6	24,6	23,1
2007	Dezembro	-	27,6	27,6	18,5
2008	Dezembro	-	24,8	24,8	32,0
2009	Dezembro	-	16,1	16,1	17,0
2010	Dezembro	-	12,9	12,9	13,3
2011	Dezembro	-	11,9	11,9	14,3
2012	Dezembro	-	10,4	10,4	10,6
2013	Dezembro	-	7,1	7,1	8,1
2014	Dezembro	-	6,4	6,4	7,0
2015	Dezembro	-	4,0	4,0	5,2
2016	Dezembro	-	5,1	5,1	5,6
2017	Dezembro	-	7,7	7,7	5,7
2016	Janeiro	0,8	0,8	4,5	4,9
	Fevereiro	0,2	0,9	4,4	4,8
	Março	0,8	1,7	4,7	4,6
	Abril	1,6	3,4	8,1	5,0
	Maio	0,5	3,9	6,2	5,0
	Junho	-0,4	3,4	5,6	5,1
	Julho	0,2	3,7	5,5	5,1
	Agosto	0,1	3,8	5,5	5,2
	Setembro	0,3	4,1	5,8	5,2
	Outubro	0,4	4,5	5,8	5,4
	Novembro	0,8	5,4	6,2	5,5
	Dezembro	-0,2	5,1	5,1	5,6
	Dezembro (prog.)	-	-	4,0	4,6
2017	Janeiro	0,4	0,4	4,7	5,6
	Fevereiro	0,3	0,7	4,9	5,7
	Março	0,8	1,5	4,9	5,7
	Abril	1,2	2,7	4,3	5,4
	Maio	-0,4	2,3	3,5	5,1
	Junho	1,8	4,1	5,8	5,2
	Julho	1,6	5,7	7,2	5,3
	Agosto	-0,5	5,2	6,5	5,4
	Setembro	0,2	5,4	6,4	5,4
	Outubro	0,5	5,9	6,5	5,5
	Novembro	0,2	6,1	5,9	5,5
	Dezembro	1,5	7,7	7,7	5,7
	Dezembro (prog.)			3,0	4,0
2018	Janeiro	0,3	0,3	7,7	5,9
	Fevereiro	0,3	0,7	7,7	6,2
	Março	0,4	1,1	7,2	6,4
	Abril	0,5	1,6	6,5	6,5
	Maio	0,4	1,9	7,3	6,9
	Junho	1,0	3,0	6,6	6,9
	Dezembro (prog.)	-	-	6,0	6,8

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças e da Economia Azul de São Tomé e Príncipe e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / Dez. do ano anterior; [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [3] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro II.5.5 • Balança de pagamentos | Em milhões de USD

	2013	2014	2015	2016	2017		2018
		Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
1. Balança corrente	-71,5	-75,0	-41,0	-23,0	-45,8	-32,1	-31,7
1.1. Balança comercial	-115,7	-127,4	-107,6	-105,5	-115,1	-112,1	-141,3
Exportações (f.o.b.)	12,9	17,2	11,3	13,6	11,6	15,6	14,0
das quais: Cacau	5,4	9,2	7,9	8,6	6,4	8,6	11,3
Reexportações	5,9	7,0	2,2	3,2	3,7	4,7	5,1
Importações (f.o.b.)	-128,6	-144,6	-118,9	-119,1	-126,7	-127,7	-155,3
das quais: Bens alimentares	-38,4	-42,5	-34,3	-36,1	-38,9	-35,1	-38,4
Bens de investimento	-38,5	-30,3	-43,8	-43,9	-28,0	-58,1	-68,3
Combustíveis	-38,2	-41,1	-31,3	-21,7	-29,1	-27,6	-39,2
1.2. Balança de serviços	-27,3	-13,6	9,5	14,4	12,3	24,7	34,3
Exportações	36,0	71,3	78,6	82,9	87,6	90,2	97,4
das quais: Viagens e turismo	30,6	56,0	62,2	69,2	73,7	75,3	81,4
Importações	-63,3	-84,9	-69,1	-68,5	-75,3	-65,5	-63,1
das quais: Fretes e seguros	-20,6	-26,0	-24,5	-25,2	-	-24,4	-
1.3. Balança de rendimentos	2,0	6,7	-1,0	1,0	2,2	-4,4	-5,1
Rendimento do trabalho (líquido)	-0,6	0,2	-0,1	0,3	-	0,6	-
Outros rendimentos (líquido)	2,6	6,5	-0,9	0,7	-	-5,0	-
do qual: Juros da dívida programados	-2,3	-2,4	-1,9	-2,8	-	-4,0	-
1.4. Transferências correntes	69,5	59,3	58,1	67,1	54,8	59,7	80,4
Transferências privadas (líquidas)	24,6	23,3	18,1	18,6	17,0	18,1	19,1
das quais: Remessas de emigrantes	26,1	25,2	19,6	17,5	-	18,2	-
Transferências oficiais (líquidas)	44,9	36,0	40,0	48,5	37,8	41,6	61,3
das quais: Donativos para projetos	29,4	27,9	27,6	40,2	29,0	27,3	45,9
Donativos HIPC	1,9	0,8	6,0	2,9	3,7	3,1	4,2
2. Balança de capital e financeira	34,3	37,5	57,2	-13,4	44,7	31,9	36,9
Balança financeira	34,3	37,5	57,2	-13,4	44,7	31,9	36,9
Investimento Direto Estrangeiro	10,2	18,9	25,8	20,7	42,9	41,4	50,0
do qual: Bónus assinat. contr. petróleo	4,8	0,0	2,4	3,3	0,0	2,3	10,0
Investimento de carteira (líquido)	0,0	0,0	0,3	0,6	0,0	0,6	0,0
Outros investimentos (líquido)	24,1	18,6	31,1	-34,8	1,8	-10,1	-13,1
Outros ativos	16,1	15,5	9,5	-19,5	0,0	2,2	-9,5
Setor público (líquido)	3,1	15,6	26,0	3,3	15,2	0,4	3,5
do qual: Desembolsos	10,8	16,3	33,5	7,4	17,6	4,6	9,5
Amortizações	-7,7	-0,7	-7,5	-4,1	-2,4	-4,2	-6,0
Setor privado (líquido)	5,0	-12,5	-4,3	-18,6	-13,3	-12,8	-7,1
Bancos comerciais	10,6	-17,5	9,7	13,8	-0,9	8,8	-0,8
Capitais privados de curto prazo	-5,6	5,0	-14,0	-32,4	-12,4	-21,6	-6,3
3. Erros e omissões	48,8	47,0	2,3	31,9	0,0	-9,4	0,0
4. Balança Global: (1. + 2.)	11,6	9,5	18,5	-4,6	-1,1	-9,6	4,4
5. Financiamento	-11,6	-9,5	-18,5	4,6	1,1	9,6	-4,4
Variação das reservas cambiais ^(a) (aumento: -)	-9,1	-10,5	-18,2	5,0	1,0	6,6	-5,7
Conta Nacional do Petróleo (aumento: -)	-3,2	2,3	-0,4	-1,3	-1,4	0,2	-0,1
Utilização de recursos do FMI (líq.)	0,7	-1,4	0,0	0,9	1,6	2,8	1,4
Para memória:							
Balança Corrente (em percentagem do PIB)	-23,6	-24,5	-13,0	-6,5	-12,2	-8,2	-6,8

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Não inclui fluxos relacionados com a Conta Nacional do Petróleo.

Quadro II.5.6 • Distribuição das exportações de mercadorias | Em percentagem do total

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (est.)	2017 (est.)
França	0,3	2,3	8,8	11,6	13,2	5,1	25,8	15,8
Bélgica	20,2	29,5	13,9	20,7	24,4	24,8	6,3	14,2
Países Baixos	10,9	37,4	38,8	29,1	21,4	36,1	20,7	29,9
Portugal	44,4	13,2	7,7	6,2	1,1	5,1	2,8	5,7
Gabão	0,3	1,8	1,1	0,9	0,2	0,5	0,1	0,1
Outros	23,9	15,8	29,7	31,5	39,7	28,4	44,3	34,3
Valor das Exportações ^(a)	10,9	11,0	15,1	12,9	17,2	11,3	13,6	15,6

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças e da Economia Azul de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Em milhões de USD.

Quadro II.5.7 • Distribuição das importações de mercadorias | Em percentagem do total

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (est.)	2017 (est.)
Angola	12,1	9,6	21,9	24,3	27,2	24,7	17,3	22,0
Bélgica	1,8	1,7	3,3	1,9	1,7	1,1	1,9	1,0
China	2,4	2,0	1,4	1,6	2,8	3,0	5,2	4,7
França	5,0	2,4	0,6	0,7	0,6	0,3	1,4	2,3
Gabão	5,3	2,0	2,1	1,4	2,0	1,7	1,6	1,2
Japão	1,2	2,5	1,5	1,4	0,4	2,2	2,4	1,0
Países Baixos	0,5	0,3	0,4	0,3	0,9	0,8	0,4	0,7
Portugal	60,9	58,9	55,7	59,8	58,5	56,3	57,9	53,6
Outros	10,8	20,6	13,1	8,6	5,9	9,9	11,9	13,5
Valor das Importações ^(a)	96,2	115,7	111,7	128,6	144,6	118,9	119,1	127,7

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças e da Economia Azul de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Em milhões de USD.

Quadro II.5.8 • Dívida pública externa | Em milhões de USD

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
			Est.	Est.	Est.	Est.	Est.
1. Dívida de Médio e Longo Prazo	155,2	179,7	188,6	202,6	239,6	238,8	251,4
da qual: Atrasados	67,7	81,6	82,7	85,7	72,4	66,6	68,5
1.1 Dívida Multilateral	42,1	41,0	43,7	41,5	42,7	40,3	44,5
da qual: Atrasados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BADEA	5,8	5,9	5,8	7,1	9,4	10,5	12,0
BAD/FAD	2,2	2,1	5,5	5,3	5,3	4,4	6,9
BEI	0,9	0,9	0,6	0,3	0,1	0,0	0,0
FIDA	7,9	8,0	7,7	6,9	6,7	6,4	5,8
FMI	4,9	5,5	6,0	4,6	4,6	4,3	5,9
IDA	14,9	14,1	14,0	14,0	13,8	12,3	11,9
OPEP	5,5	4,5	4,1	3,3	2,8	2,4	2,0
1.2 Dívida Oficial Bilateral	87,3	99,0	107,7	125,0	154,7	152,7	160,3
da qual: Atrasados	41,9	41,9	45,5	49,6	49,2	30,8	32,4
1.2.1 Membros do Clube de Paris	0,9	1,0	1,0	1,1	0,0	0,8	0,8
da qual: Atrasados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alemanha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bélgica	0,9	1,0	1,0	1,1	0,0	0,8	0,8
Espanha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
França	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rússia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1.2.2 Outros credores oficiais	86,4	98,0	106,7	124,0	154,7	151,9	159,5
da qual: Atrasados	41,9	41,9	45,5	49,6	49,2	30,8	32,4
Angola	32,0	32,0	32,0	49,0	63,0	67,5	81,5
Argélia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
China	17,3	17,3	18,6	18,8	28,4	18,4	18,4
ex-Jugoslávia	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	0,0
Portugal	28,2	39,8	47,3	47,3	54,5	57,2	59,6
1.3 Dívida Comercial	25,8	39,5	37,0	35,8	36,1	45,6	46,6
da qual: Atrasados	25,8	39,7	37,2	36,1	23,2	35,8	36,1
Itália	25,8	25,8	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3
MSF	–	7,4	6,4	5,4	5,0	4,7	5,1
Outros	–	6,3	6,3	6,1	6,8	16,6	17,2
2. Dívida de Curto Prazo	27,7	39,8	39,8	39,8	39,4	39,4	40,7
da qual: Atrasados	17,7	3,4	3,4	7,7	3,4	7,7	1,3
Angola	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	4,8
Brasil	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3
Guiné Equatorial	0,0	2,1	2,1	2,1	1,6	1,6	1,7
Nigéria	20,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0
Dívida Pública Externa Total (1.+ 2.)	182,9	219,3	228,2	243,0	273,2	278,0	292,1
da qual: Atrasados	85,4	85,0	86,1	93,4	75,8	74,3	97,5

Para memória:

Dívida pública externa total (em % do PIB)	76,8	87,5	75,9	74,9	87,0	78,9	75,0
Atrasados totais (em % do PIB)	35,9	32,3	28,4	27,9	24,2	21,8	25,0

Fontes: BCSTP, Ministério das Finanças e da Economia Azul de São Tomé e Príncipe, FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.5.9 • Operações financeiras do Estado | Em milhões de novas dobras

	2013	2014	2015	2016	2017			2018
					Orç.	Est	g.e. ^(a)	Orç.
1. Receitas Totais	1750	1698	1965	2168	2678	2034	76,0	3036
1.1. Receitas correntes	956	951	1107	1056	1350	1124	83,3	1365
Receitas tributárias	854	881	1006	949	1237	1036	83,8	1253
Impostos diretos	282	300	344	377	436	405	92,9	476
Impostos indiretos	460	490	550	463	673	524	77,9	656
dos quais: Receitas aduaneiras	398	407	455	371	545	388	71,2	488
Outras receitas tributárias	112	92	112	108	128	107	83,6	122
Receitas não-tributárias	102	70	101	107	112	88	78,6	111
1.2. Donativos	704	657	804	1038	1328	860	64,8	1669
Donativos para projetos	509	541	610	891	846	594	70,2	1402
Outros donativos (inclui apoio OGE)	173	103	61	81	329	198	60,2	184
Donativos associados ao alívio da dívida	22	13	133	65	154	67	43,5	83
1.3. Bónus de assinatura (contratos petrol.)	90	90	53	74	0	51	–	2
2. Despesas Totais	1864	1961	2488	2494	3058	2253	73,7	3162
2.1. Despesas correntes	1056	1086	1356	1334	1450	1287	88,8	1512
Despesas com o pessoal	521	569	623	684	702	681	97,0	749
Bens e serviços	216	158	239	249	251	253	100,8	241
Subsídios e transferências	256	245	248	282	326	234	71,8	315
Juros da dívida pública	28	28	52	34	52	43	82,7	50
Outras despesas correntes	34	86	194	84	119	76	63,9	156
2.2. Despesas de investimento	790	865	1087	1141	1562	952	60,9	1629
Com financiamento interno	60	58	51	50	445	58	13,0	27
Com financiamento externo	730	807	1036	1090	1117	894	80,0	1602
2.3. Despesas sociais financ. p/ Inic. HIPC	17	10	45	19	47	15	31,9	22
3. Saldo global (base de compromissos) (1. - 2.)	-114	-262	-523	-326	-380	-219	57,6	-127
4. Variação de Atrasados [redução: -]	-22	-22	95	210	0	6	–	0
Atrasados externos (juros)	0	0	0	0	0	0	–	0
Atrasados internos	-22	-22	95	210	0	6	–	0
5. Valores em trânsito, erros e omissões	47	13	-67	86	0	0	–	0
6. Saldo global (base de caixa) (3. + 4. + 5.)	-89	-271	-495	-30	-380	-213	56,1	-127
7. Financiamento	89	271	495	30	380	213	56,1	127
7.1. Financiamento interno	50	-56	-71	-5	359	101	28,1	1
Crédito bancário líquido (excl. CNP ^(b))	-71	-56	-71	-5	0	101	–	0
Financiamento não bancário	121	0	0	0	359	0	0,0	1
7.2. Financiamento externo	94	282	575	62	-29	103	-355,2	84
Desembolsos para apoio ao OGE	0	77	20	32	0	160	–	0
Desembolsos para projetos	159	238	742	143	150	37	24,7	200
Amortizações programadas	-64	-33	-187	-112	-179	-94	52,5	-116
7.3. Transf. de/para CNP ^(b) [entradas p/ OGE: +]	-56	44	-9	-27	51	9	17,6	42
Para memória:								
Saldo Global, base de compromissos (% do PIB)	-2,0	-4,1	-7,5	-4,2	-4,5	-2,6	–	-1,4
Saldo primário interno (em mil milhões STD)	-149	-175	-209	-314	-148	-193	130,4	-93
Saldo primário Interno ^(c) (% do PIB)	-2,6	-2,7	-3,0	-4,0	-1,7	-2,3	–	-1,0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Minist. das Finanças e da Economia Azul de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) grau de execução face ao orçamento, em percentagem; (b) Conta Nacional do Petróleo (CNP); (c) O défice primário interno corresponde ao saldo global (base compromissos), excluindo donativos, receitas petrolíferas (bónus de assinatura e outras receitas relacionadas com a exploração de petróleo), juros da dívida e despesas de investimento financiadas com recursos externos.

Quadro II.5.10 • Síntese monetária | Em milhões de novas dobras

	2012	2013	2014	2015	2016	2017		Dez. 17 / Dez. 16		2018		Jun. 18 / Dez. 17	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Prog.	Dez.	[1]	[2]	Prog.	Jun.	[1]	[2]
1. Ativos externos líquidos	1630	1648	2230	2527	2105	2001	1582	-24,9	-19,5	1709	1633	3,2	1,9
1.1. Banco Central	1062	1292	1474	1903	1775	1717	1474	-17,0	-11,2	1590	1564	6,1	3,4
1.2. Bancos comerciais	568	356	756	624	330	238	108	-67,3	-8,2	119	69	-36,2	-1,5
2. Ativos internos líquidos	250	501	278	301	586	686	1 099	87,5	19,1	1310	1129	2,7	1,1
2.1. Crédito interno líquido	1811	1651	1630	1680	1779	1915	1972	10,8	7,2	2011	1852	-6,1	-4,5
2.1.1. Créd. líq. Admín. Cent.	-123	-250	-252	-303	-336	-272	-196	-41,7	5,2	-283	-263	33,9	-2,5
2.1.1.1. Crédito bruto à Adm. Central	236	246	258	275	483	430	687	42,2	7,6	798	923	34,3	8,8
2.1.1.2. Depósitos da Admin. Central	-359	-496	-510	-578	-819	-703	-883	7,8	-2,4	-1081	-1185	34,2	-11,3
2.1.2. Crédito à economia	1934	1902	1882	1984	2115	2187	2168	2,5	2,0	2293	2114	-2,5	-2,0
2.2. Outros ativos e passivos	-1561	-1152	-1352	-1379	-1193	-1229	-873	-26,8	11,9	-700	-723	-17,2	5,6
3. Massa monetária	1879	2147	2508	2828	2691	2687	2681	-0,4	-	3019	2761	3,0	-
3.1. Circulação monetária	173	187	223	247	259	227	295	14,1	-	323	249	-15,7	-
3.2. Depósitos em moeda nacional	745	1175	1349	1647	1639	1673	1671	2,0	-	1959	1801	7,8	-
3.2.1. Depósitos à ordem	561	872	884	1184	1264	1208	1283	1,5	-	1454	1405	9,5	-
3.2.2. Outros depósitos	184	303	465	463	375	465	388	3,5	-	505	396	2,2	-
3.3. Depósitos em moeda estrangeira	962	785	937	934	794	787	716	-9,8	-	806	711	-0,7	-

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] Variação percentual face ao final do ano anterior. [2] Variação percentual relativamente ao valor da massa monetária no início do período (fatores de expansão/contração da liquidez).

Quadro II.5.11 • Taxas de juro | Taxas anuais, em percentagem

	2012	2013	2014	2015	2016	2017				2017	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.
1. Taxa de Referência do BCSTP	14,0	14,0	12,0	10,0	10,0	10,0	9,5	9,0	9,0	9,0	9,0
2. Taxas de juro ativas											
2.1. Créditos de 91 a 180 dias	26,0	23,0	23,0	23,5	19,3	20,3	19,1	19,0	19,1	20,3	20,2
2.2. Créditos de 181 dias a 1 ano	26,0	23,3	22,9	23,2	19,2	20,1	18,8	18,7	18,7	19,5	19,6
2.3. Créditos a mais de 1 ano	26,5	25,1	24,2	22,8	20,3	21,1	20,0	19,8	19,7	20,2	21,1
3. Taxas de juro passivas^(a)											
3.1. Depósitos até 90 dias	12,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.2.a Depósitos de 91 dias a 1 ano	13,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3.2.b Depósitos de 91 a 180 dias	-	10,0	7,6	8,0	3,8	5,8	4,0	4,0	4,0	5,0	4,8
3.2.c Depósitos de 181 dias a 1 ano	-	10,1	8,9	6,3	4,2	3,9	3,6	3,6	3,6	3,6	3,5
3.3. Depósitos a mais de 1 ano	12,8	8,0	9,4	6,2	3,9	4,0	3,9	3,9	3,9	4,4	4,6
4. Taxas de juro dos Bilhetes do Tesouro^(b)	-	-	-	6,2	3,0	3,0	-	3,0	3,0	3,0	-

Para memória:

Inflação (t. v. homóloga anual)	10,4	7,1	6,4	4,0	5,1	1,9	5,8	6,4	7,7	7,2	6,6
------------------------------------	------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Nota: Taxas de juro indicativas (apuradas com base na informação disponibilizada pelos bancos). (a) As séries de taxas de juro passivas (depósitos a prazo) apresentam uma descontinuidade de classificação entre os valores anteriores e posteriores a 2012; (b) Taxas de juro dos Bilhetes do Tesouro no mercado primário (ano ou trimestre de emissão)

Quadro II.5.12 • Indicadores de solidez financeira | Valores em percentagem

	2012	2013	2014	2015	2016	2017			2018	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.
Adequação de Capital										
Rácio capital regulatório/ativos pond. pelo risco ^(a)	20,3	22,7	22,6	24,1	27,8	34,4	30,1	32,7	33,6	34,9
Percentag. de bancos c/ rácio ≥ 10 %	88	75	75	86	100	100	100	100	100	100
Percentag. de bancos c/ rácio > 6 % e < 10 %	0	13	0	0	0	0	0	0	0	0
Percentag. de bancos c/ rácio < 6 %	13	13	25	14	0	0	0	0	0	0
Capital (situação líquida)/Ativos	22,7	18,4	20,3	15,5	22,5	24,5	23,9	24,9	24,0	23,8
Qualidade dos ativos										
Emprést. em moeda externa/Emprést. totais	57,9	53,9	46,5	42,1	27,5	28,1	25,5	23,4	17,2	16,5
Emprést. em incumprimento ^(b) /Crédito total	15,4	16,9	19,1	29,8	27,1	28,3	26,0	23,9	24,9	25,4
Provisões/Emprést. em situação de atraso	39,4	56,3	45,1	68,7	71,0	73,8	73,3	79,5	80,0	80,8
Rendimento e rentabilidade										
Retorno sobre os ativos (ROA)	-0,83	-2,10	-3,15	-5,19	0,03	0,27	0,41	0,47	-0,62	0,40
Retorno sobre o Capital (ROE)	-3,27	-9,34	-15,92	-27,05	0,18	1,27	1,94	2,21	-2,98	1,80
Custos/rendimento	117,8	471,1	164,5	215,9	108,6	92,2	97,3	98,8	112,8	92,0
Situação de liquidez										
Ativos líquidos/Ativos totais	37,8	40,8	45,8	52,0	54,0	49,5	46,2	46,7	49,7	50,8
Ativos líquidos/Responsab. curto prazo	61,5	39,6	72,7	72,5	84,6	70,4	67,6	67,4	69,1	68,2
Crédito/Responsabilidades totais	64,7	56,3	47,3	47,1	47,0	50,8	53,8	54,0	53,1	50,2
Respons. em moeda externa/Respons. totais	30,8	27,0	28,1	30,0	26,6	29,4	29,4	30,1	28,6	27,8
Crédito/Depósitos	101,7	85,8	69,6	63,5	63,5	60,6	62,9	61,9	59,7	57,3

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Notas: (a) Rácio entre o capital e os ativos ponderados pelo risco; (b) *Non-performing loans*.

Quadro II.5.13 • Taxas de câmbio | Taxas médias

		EUR/Nova Dobra ^(a)		USD/Nova Dobra ^(a)		ITCE ^{(b)(c)}	
		Tx. Câmbio	Var. anual	Tx. Câmbio	Var. anual	Nominal	Real
2007		18,56	18,7	13,54	8,8	127,9	62,8
2008		21,60	16,4	14,69	8,5	111,0	68,6
2009		22,51	4,2	16,21	10,4	106,2	74,9
2010		24,50	8,8	18,57	14,6	99,9	76,6
2011		24,50	0,0	17,75	-4,4	101,4	84,0
2012		24,50	0,0	19,21	8,2	99,4	87,3
2013		24,50	0,0	18,62	-3,1	100,3	93,0
2014		24,50	0,0	18,59	-3,1	100,8	98,5
2015		24,50	0,0	22,18	19,3	101,1	101,3
2016		24,50	0,0	22,28	0,5	108,9	107,5
2017		24,50	0,0	21,91	-1,7	109,4	106,0
2016	Janeiro	24,50	0,0	22,39	6,1	107,0	108,3
	Fevereiro	24,50	0,0	22,23	2,2	107,9	108,9
	Março	24,50	0,0	22,28	-2,0	108,3	107,8
	Abril	24,50	0,0	21,78	-3,7	109,0	109,3
	Maio	24,50	0,0	21,80	-0,3	109,3	109,0
	Junho	24,50	0,0	21,98	0,7	109,3	107,7
	Julho	24,50	0,0	22,30	-0,7	109,3	107,4
	Agosto	24,50	0,0	22,02	-0,8	109,3	106,9
	Setembro	24,50	0,0	22,01	0,1	109,3	106,3
	Outubro	24,50	0,0	22,37	1,9	109,3	105,9
	Novembro	24,50	0,0	22,84	-0,5	109,3	106,6
	Dezembro	24,50	0,0	23,39	2,9	109,3	105,8
2017	Janeiro	24,50	0,0	23,25	3,8	109,3	106,0
	Fevereiro	24,50	0,0	23,19	4,3	109,3	105,9
	Março	24,50	0,0	23,11	3,8	109,3	105,0
	Abril	24,50	0,0	23,07	5,9	109,3	105,0
	Maio	24,50	0,0	22,35	2,5	109,4	104,4
	Junho	24,50	0,0	22,00	0,1	109,4	106,2
	Julho	24,50	0,0	21,47	-3,7	109,5	108,0
	Agosto	24,50	0,0	20,92	-5,0	109,5	107,0
	Setembro	24,50	0,0	20,72	-5,9	109,5	105,9
	Outubro	24,50	0,0	20,89	-6,6	109,5	105,4
	Novembro	24,50	0,0	21,05	-7,8	109,4	105,7
	Dezembro	24,50	0,0	20,87	-10,8	109,5	107,0
2018	Janeiro	24,50	0,0	20,36	-12,4	114,3	112,5
	Fevereiro	24,50	0,0	19,97	-13,9	118,2	116,9
	Março	24,50	0,0	20,02	-13,4	118,6	116,0
	Abril	24,50	0,0	20,07	-13,0	119,0	116,1
	Maio	24,50	0,0	20,87	-6,6	119,6	116,4
	Junho	24,50	0,0	21,13	-3,9	120,4	118,1
	Julho	24,50	0,0	21,14	-1,5	-	-

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe e cálculos do Banco de Portugal.
Notas: (a) Nova Dobra: em janeiro de 2018 foi redenominado o valor nominal da Dobra, o qual passou a corresponder a 1/1000 do valor anterior. (b) Índice de Taxa de Câmbio Efetiva (ITCE) baseado nas taxas de câmbio praticadas para as moedas dos principais parceiros comerciais. (c) Um aumento/diminuição do valor do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação/depreciação da Dobra (Base 100: dezembro de 2014)



6 Timor-Leste

Área

14 954 Km²

Capital

Díli

População

1261,4 milhares (2018; fonte: Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste)

Moeda

Dólar norte-americano

O impasse político registado entre julho de 2017 e agosto de 2018 teve um forte impacto sobre a economia de Timor-Leste, dada a relevância do papel do Estado na atividade económica. Registou-se uma contração do produto não petrolífero em 2017, que se estendeu para o presente ano, uma vez que até à aprovação do orçamento de 2018, em setembro, a execução orçamental decorreu em regime de duodécimos, com quase total paralisia das despesas públicas de investimento. A inflação, que em 2015 e 2016 tinha apresentado variações negativas, regressou a território positivo, mas com valores moderados. O comportamento das receitas petrolíferas revelou-se favorável, pois beneficiou do aumento do preço desta matéria-prima, bem como de resultados financeiros positivos da gestão do Fundo do Petróleo, dando origem a que o seu valor voltasse a aumentar, após a queda registada nos dois anos precedentes.

O governo minoritário resultante das eleições legislativas de julho de 2017 não obteve a aprovação do seu programa, tendo funcionado em regime de gestão corrente até às novas eleições de maio de 2018, o que condicionou negativamente a conjuntura económica, uma vez que uma parte significativa do comportamento da economia está dependente da atividade do Estado. As estimativas mais recentes relativas ao desempenho da economia timorense (excluindo o setor de exploração energética) indiciam uma **contração do produto em 2017 da ordem de 5,6 por cento**, que poderá eventualmente ser superada em 2018, com a retoma da normal atividade governativa e o lançamento no quarto trimestre dos projetos previstos no orçamento para 2018, aprovado somente em setembro deste ano.

Apesar da redução do nível da atividade económica, o comportamento dos preços tem sido, desde o último trimestre de 2017, no sentido ascendente, após um período (final de 2015 a meados de 2017) em que a inflação apresentou valores negativos. **A inflação homóloga cifrava-se no final de 2017 em 0,8 por cento, mas em julho deste ano já atingia 2,5 por cento**. Esta dinâmica é essencialmente ditada pela subida do preço internacional do arroz (bem com elevado peso na alimentação e no cabaz de consumo) e dos combustíveis.

O comportamento das receitas petrolíferas em 2017 constituiu um elemento positivo, pois, ao contrário dos anos anteriores, verificou-se um acréscimo nas verbas pagas pelas empresas petrolíferas (cerca de 60 por cento). Este comportamento foi determinado pelo aumento do preço do petróleo, o qual, de acordo com a estrutura dos contratos de exploração em vigor, dá origem a aumentos de receitas fiscais mais do que proporcionais. Ainda de maior relevo, foram os resultados financeiros do Fundo do Petróleo (a segunda componente das receitas petrolíferas), os quais beneficiaram fortemente da valorização da componente em ações da respetiva carteira. Ao contrário do que se tinha verificado nos dois anos precedentes (e mesmo do orçamentado para 2017), o montante das receitas petrolíferas foi superior ao valor das transferências do Fundo para o Tesouro, pelo que, no final de 2017, o seu valor havia superado o máximo registado em 2014, atingindo 16,8 mil milhões de USD, cerca de 10 vezes o montante do PIB não petrolífero. Esta situação dificilmente se repetirá em 2018, já que os retornos financeiros do Fundo não terão a mesma expressão e a retoma da atividade da administração pública exigirá um maior nível de financiamento a ser assegurado por recursos do Fundo.

A balança corrente, que até 2014 apresentava substanciais excedentes graças às receitas petrolíferas, registou pela primeira vez em 2016 um défice, situação que se repetiu, embora a um nível menos acentuado, no ano seguinte. **A redução do défice da balança corrente em 2017 foi sobretudo efeito do aumento das receitas petrolíferas**, enquanto as importações aumentaram (fruto do aumento do custo do petróleo e de arroz) e as exportações de bens registaram uma pequena queda, devido à redução no preço internacional do café, responsável por 85 por cento destas exportações. Os fluxos relacionados com os serviços também contribuíram para a redução do défice, pois estas exportações aumentaram cerca de 23 por cento, enquanto as importações tiveram uma grande queda, induzida pela componente de construção, dada a estagnação do investimento público.

Os Estados Unidos e a Alemanha mantiveram o seu lugar como os principais mercados de destino do café timorense, enquanto a **Indonésia reforçou a sua posição como principal fonte de origem das importações de Timor** (em grande medida devido ao fornecimento de combustíveis), ao mesmo tempo que os países de origem do arroz importado (Vietname, Tailândia) viram reforçado o seu peso como fornecedores; em contrapartida, a China (país de origem de bens de equipamento e construção) viu a sua quota reduzir-se em 2017.

O comportamento das finanças públicas em 2017 foi condicionado pela **inexistência de um governo em plenitude de funções durante a segunda metade do ano**, uma situação que se manteve até agosto de 2018. Esse condicionamento deu origem a uma queda significativa sobretudo das despesas de investimento (menos de metade do valor registado em 2016), mas que teve também consequências a nível das despesas correntes. Com efeito, na ausência de uma maioria no Parlamento que pudesse aprovar as transferências extraordinárias do Fundo do Petróleo para o Tesouro, o governo viu-se confrontado por fortes constrangimentos de tesouraria, que levaram ao cancelamento de despesas projetadas e/ou a atrasos no seu pagamento. Em 2018 (até setembro) esses condicionamentos foram agravados pelo funcionamento em regime de duodécimos.

As receitas fiscais domésticas em 2017 acompanharam genericamente os valores orçamentados, com exceção dos impostos diretos, os quais refletiram o menor nível de rendimento. Em sentido contrário comportaram-se os donativos externos para financiamento de projetos, os quais, após anos de sucessiva redução, aumentaram o seu valor em 2017.

No domínio das despesas públicas, para além da queda na componente de investimento, merece referência o facto de **só as despesas com pessoal terem aumentado face ao ano precedente** (mesmo assim abaixo do valor orçamentado), pois as restantes componentes (bens e serviços, transferências e subsídios) exibiram reduções, nuns casos relacionados com constrangimentos de tesouraria, noutros pela conclusão de programas financiados por transferências (como, por exemplo, o projeto da zona especial de Oecussi).

No quadro da programação plurienal acordada com instituições financeiras internacionais, **Timor-Leste voltou a recorrer a financiamento externo** junto destas entidades, em montantes reduzidos (e aquém do valor previsto no orçamento de 2017). O recurso a esta modalidade de financiamento apresenta como vantagem a articulação com assistência técnica disponibilizada por estas entidades para projetos de infraestruturas, aumentando a capacidade de monitorização por parte das entidades timorenses.

O comportamento dos agregados monetários de Timor continuou amplamente condicionado pelo fluxo de receitas e despesas do Estado. Em resultado da não concretização de despesas previstas no orçamento, o saldo dos depósitos da administração pública aumentou em 2017 e paralelamente aumentou também o valor dos ativos líquidos sobre o exterior. O crédito à economia (de reduzida expressão face ao nível do produto) apresentou uma expansão apreciável em 2017 (25 por cento), a qual viria a ser em grande medida revertida na primeira metade de 2018. Idêntica dinâmica se verificou com a massa monetária, que após se ter expandido cerca de 12 por cento em 2017, registou uma queda superior a 9 por cento no primeiro semestre de 2018. Este comportamento apresenta alguma regularidade sazonal, já que é frequente um maior fluxo de pagamentos da administração pública aos particulares perto do final do ano.

O nível de intermediação financeira é limitado na economia timorense: o volume de depósitos bancários corresponde a mais de três vezes o valor do crédito concedido por estas instituições. O banco central, em colaboração com outras entidades, vem procurando desenvolver **novas modalidades de serviços bancários que propiciem um maior nível de inclusão financeira.**

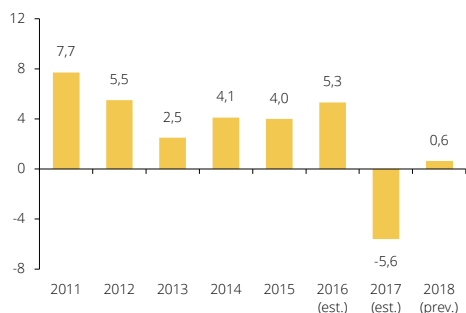
Na esfera cambial registou-se alguma estabilidade durante 2017 no que diz respeito ao valor do dólar australiano e da rupia da Indonésia face ao USD (moeda oficial de Timor-Leste). No entanto, na primeira metade de 2018, ambas as moedas perderam valor face ao USD. A combinação destes movimentos nominais com o recrudescer da inflação em Timor-Leste traduziu-se numa **perda da competitividade externa da economia**, a qual é afetada negativamente de forma estrutural pela reduzida dimensão do mercado, por elevados custos de contexto e por um nível inicial de preços (à data da independência em 2002) particularmente elevado face aos países vizinhos do sueste asiático.

Quadro II.6.1 • Principais indicadores económicos

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
					Est.	Est.	Prog .
PIB não-petrolífero (tx. variação anual real)	5,5	2,5	4,1	4,0	5,3	-5,6	0,6
PIB total (taxa de variação anual real)	5,0	-11,0	-26,0	20,9	0,8	-8,0	-
Inflação (taxa de variação homóloga)	9,1	4,0	0,3	-0,7	0,0	0,8	2,5 ^(a)
Massa monetária (taxa de variação)	24,8	22,9	20,0	7,0	14,3	12,1	-9,3 ^(b)
Balança corrente (% do PIB não-petrolífero)	229	169	75	13	-32	-17	-28
Saldo orçamental (% do PIB não-petrolífero)	-27	-6	-37	-33	-52	-30	-29
Receitas petrolíferas (% do PIB não-petrolífero)	332	277	161	61	53	120	32
Fundo do Petróleo (% do PIB não-petrolífero)	986	1056	1137	1008	931	977	881

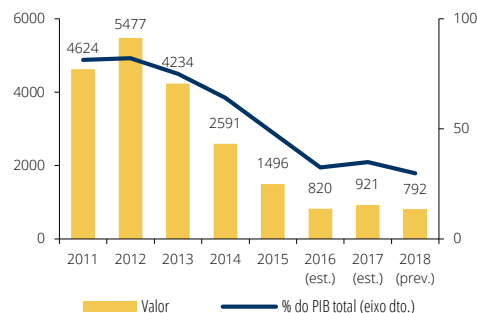
Fontes(também dos gráficos seguintes): Banco Central de Timor-Leste, Ministério das Finanças de Timor-Leste e Fundo Monetário Internacional.
Notas: (a) O valor de 2018 da inflação corresponde à taxa homóloga no final de julho. (b) O valor de 2018 corresponde à variação de dezembro de 2017 a junho de 2018.

Gráfico II.6.1 • PIB não-petrolífero | Taxas de variação anual, em %



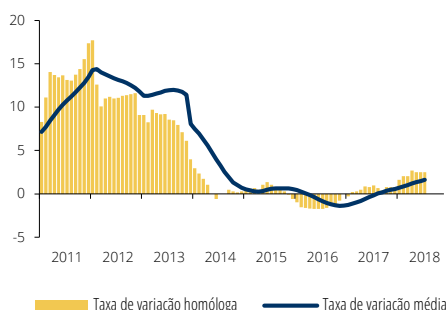
Em 2017 verificou-se uma queda acentuada do produto não petrolífero, resultante do impacto sobre a economia da limitada capacidade de atuação do governo, cujo programa não foi aprovado pelo Parlamento.

Gráfico II.6.2 • PIB petrolífero | Em milhões de USD



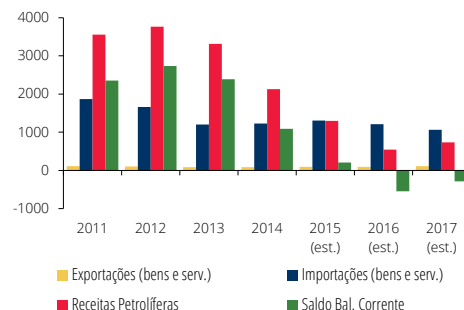
O aumento do preço do petróleo em 2017 permitiu alguma recuperação do valor de produção petrolífera, mas para valores claramente abaixo dos registados num passado recente.

Gráfico II.6.3 • Inflação | Taxa de variação do IPC, em %



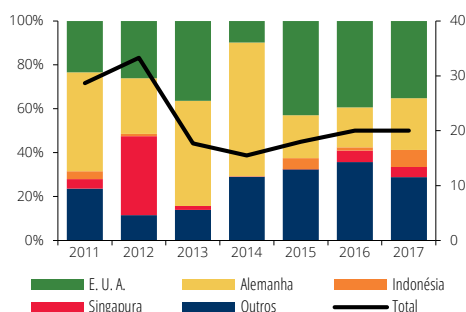
A inflação encetou em 2017 uma trajetória ascendente, superando o episódio de deflação registado em 2016. Os aumentos do preço do arroz (com elevado peso no IPC) e dos combustíveis (ambos de natureza exógena) foram os principais fatores determinantes dessa evolução.

Gráfico II.6.4 • Contas externas | Em milhões de USD



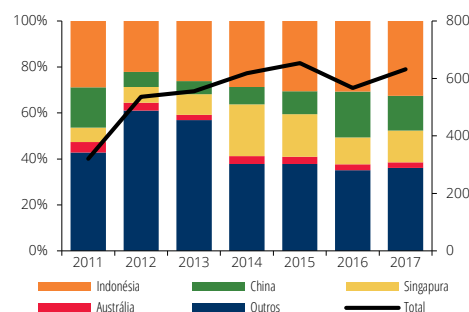
A recuperação das receitas petrolíferas (quer de natureza fiscal, quer provenientes do rendimento das aplicações do Fundo do Petróleo) permitiram reduzir o défice corrente, apesar do agravamento do valor das importações de bens alimentares e de petróleo.

Gráfico II.6.5 • Exportações de mercadorias Destinos em %, total em milhões de USD



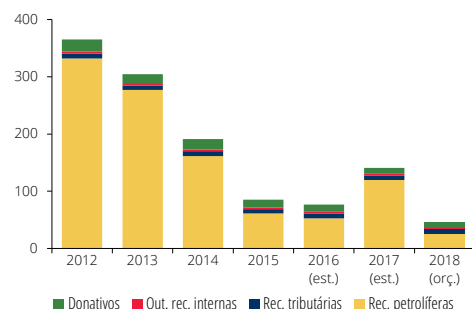
O valor das exportações de Timor-Leste manteve o nível registado no ano anterior, um bom resultado dada a queda registada no preço internacional do café, responsável por cerca de 85% das exportações. Os EUA e a Alemanha mantiveram a sua posição como os principais mercados de destino do café timorense.

Gráfico II.6.6 • Importações de mercadorias Origens em %, total em milhões de USD



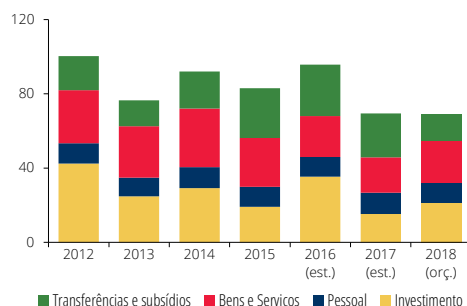
O valor das importações aumentou em 2017, essencialmente devido aos aumentos (efeito preço) nas compras ao exterior de bens alimentares (arroz) e de combustíveis. A Indonésia manteve a sua preponderância como mercado de origem das importações de Timor-Leste.

Gráfico II.6.7 • Receitas públicas | Em % do PIB não petrolífero



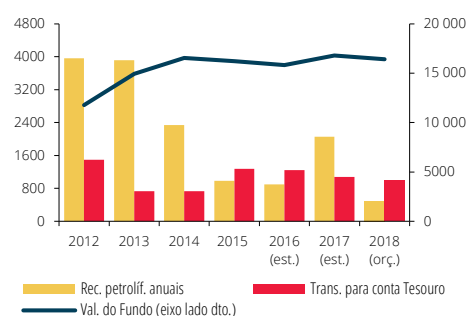
Timor-Leste beneficiou em 2017 de um acréscimo significativo das receitas petrolíferas. Este aumento decorreu quer das receitas fiscais resultantes da exploração de bens energéticos, quer, sobretudo, dos resultados financeiros da gestão do Fundo do Petróleo.

Gráfico II.6.8 • Despesa pública | Em % do PIB não petrolífero



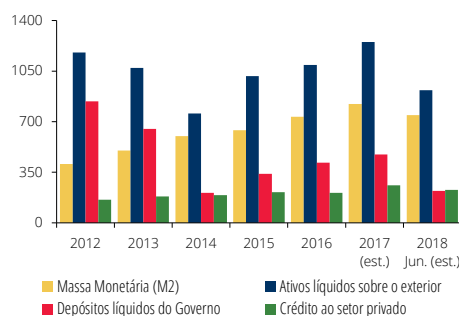
Com exceção dos salários, todas as categorias de despesa registaram quedas em 2017, com especial expressão no investimento, que diminuiu mais de 50%.

Gráfico II.6.9 • Fundo do petróleo | Em milhões de USD



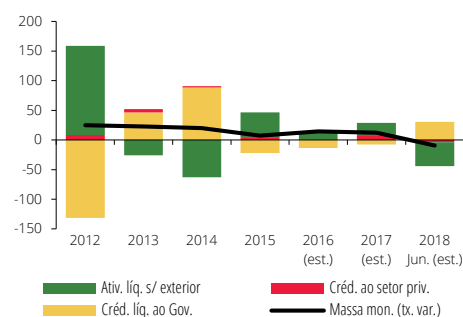
Após as quedas registadas em 2015 e 2016, o valor do Fundo de Petróleo atingiu no final de 2017 um novo máximo (16,8 mil milhões de USD). Para este resultado contribuiu o elevado valor dos seus proveitos financeiros e a menor necessidade de financiamento do Estado.

Gráfico II.6.10 • Agregados monetários | Em milhões de USD



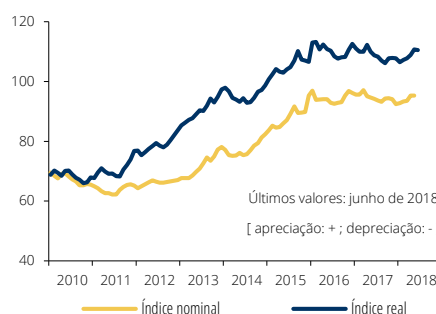
O comportamento das disponibilidades sobre o exterior e dos depósitos do governo é muito afetado pelo perfil de transferências entre o Fundo do Petróleo e a conta do Tesouro (e os seus pagamento ao exterior).

Gráfico II.6.11 • Fatores de variação da liquidez | Variações em % do stock inicial da massa monetária



Em 2017 registou-se um acréscimo da massa monetária alimentado pelo crescimento dos ativos sobre o exterior e, com menor expressão, do crédito. Esta dinâmica foi no entanto revertida na primeira metade de 2018, em que estes agregados registaram decréscimos.

Gráfico II.6.12 • Taxa de câmbio efetiva
Índices base 100: 2001, médias mensais



A apreciação do USD face às moedas dos principais parceiros de Timor-Leste na primeira metade de 2018 (ao contrário do que se havia verificado em 2017) e o acréscimo da inflação em Timor-Leste traduziram-se numa perda de competitividade externa do país.

Quadro II.6.2 • Indicadores económicos

			2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
				Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Prev.
Produto e preços									
PIB não petrolífero	tx. var. anual real		1194	1415	1454	1609	1702	1719	1863
	% do PIB total		5,5	2,5	4,1	4,0	5,3	-5,6	0,6
	milhões de USD		17,9	25,1	36,0	51,8	67,5	65,1	70,2
PIB total	tx. var. anual real		6671	5650	4045	3104	2521	2640	2655
	tx. var. homóloga		5,0	-11,0	-26,0	20,9	0,8	-8,0	-
Inflação	tx. var. média anual		9,1	4,0	0,3	-0,7	0,0	0,8	2,5 jul.
	t. var. média anual		11,8	8,1	0,5	0,6	-1,3	0,6	1,6 jul.
Finanças públicas									
Receitas totais	% do PIB não-petr.		94	87	74	64	56	49	49 orç.
Receitas internas	% do PIB não-petr.		12	10	12	11	12	11	10 orç.
Receitas petrolíferas	% do PIB não-petr.		332	277	161	61	53	120	32 orç.
Donativos	% do PIB não-petr.		21	17	19	14	12	10	10 orç.
Despesas totais	% do PIB não-petr.		122	93	111	97	108	80	78 orç.
Despesas correntes	% do PIB não-petr.		58	52	63	64	60	54	47 orç.
Despesas de investimento	% do PIB não-petr.		42	25	29	19	35	15	21 orç.
Saldo global	% do PIB não-petr.		-27	-6	-37	-33	-52	-30	-29 orç.
Fundo Petrolífero	% do PIB não-petr.		986	1056	1137	1008	931	977	881 orç.
Moeda e crédito									
Ativos externos líquidos ^(a)	milhões de USD		1179	1073	757	1015	1092	1251	918 jun.
	taxa de variação ^(b)		71,1	-9,0	-29,5	34,2	7,5	14,5	-26,6 jun.
Ativos ext. públicos líquid. ^(c)	meses de impor.		91	156	165	169	148	143	136 jun.
Crédito à economia	milhões de USD		160	182	192	212	208	259	227 jun.
	taxa de variação ^(b)		20,3	13,8	5,3	10,5	-1,9	24,5	-12,5 jun.
Depós. líq. Admin. Pública	taxa de variação ^(b)		841	651	207	339	416	472	222 jun.
	milhões de USD		103,6	-22,6	-68,2	63,6	22,7	13,6	-53,0 jun.
Massa monetária	taxa de variação ^(b)		407	500	600	642	734	823	746 jun.
	taxa de variação ^(b)		24,8	22,9	20,0	7,0	14,3	12,1	-9,3 jun.
Balança de pagamentos									
Exportação de bens e serviços ^(d)	milhões de USD		103	88	89	92	97	109	115
Importações de bens e serviços	milhões de USD		1661	1204	1286	1310	1212	1068	1455
Receitas petrolíferas ^(e)	milhões de USD		3967	3921	2344	982	896	2057	689
Balança corrente	milhões de USD		2736	2391	1093	204	-544	-284	-523
	% do PIB não-petr.		229,2	168,9	75,2	12,7	-32,0	-16,5	-28,1
Balança de cap. e financeira	milhões de USD		-2320	-2545	-1364	61	533	532	519
	% do PIB não-petr.		-194,3	-179,8	-93,8	3,8	31,3	30,9	27,9
Balança global	milhões de USD		388	-197	-376	220	-157	263	-4
	% do PIB não-petr.		32,5	-13,9	-25,9	13,7	-9,2	15,3	-0,2
Taxas de câmbio									
USD / IDR (Indonésia)	taxa média		9384	10 463	11 913	13 387	13 307	13 380	13 997 jun.
USD / AUD (Austrália)	taxa média		0,97	1,04	1,11	1,34	1,35	1,31	1,33 jun.
ITCE nominal (base 100: 2001) ^(f)	taxa de variação ^(f)		3,2	7,6	8,5	12,8	8,5	0,5	0,5 jun.
ITCE real (base 100: 2001) ^(f)	taxa de variação ^(f)		11,7	15,0	5,2	10,2	5,2	-1,3	1,4 jun.

Fontes: Banco Central, Ministério das Finanças e Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal

Notas: (a) Não inclui os ativos do Fundo do Petróleo; (b) Taxa de variação face a dezembro anterior; (c) Ativos públicos externos correspondem às reservas cambiais mais os ativos do Fundo do Petróleo; (d) Não inclui as exportações de petróleo / gás; (e) Receitas fiscais da exploração dos recursos energéticos mais os rendimentos das aplicações do Fundo do Petróleo; (f) Índice da taxa de câmbio efetiva calculado a partir das taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste. Apreciação: + / Depreciação: -.

Quadro II.6.3 • Produto interno bruto | Preços correntes, em milhões de USD

	2011	2012	2013	2014	2015	2016 Est.	2017 Prev.
Ótica da Produção							
Agricultura, pescas e silvicultura	232	297	296	298	277	286	-
Indústria extrativa	4610	5472	4227	2579	1475	816	-
dq: Extração de petróleo e gás natural	4608	5471	4226	2578	1473	814	-
Indústria transformadora, água e eletricidade	10	10	11	12	16	19	-
Construção	124	137	268	232	274	295	-
Comércio e serviços	492	547	551	569	630	677	-
Comércio, transportes, restauração e hotelaria	221	239	234	249	291	322	-
Informação e comunicações	56	62	43	22	37	42	-
Atividade financeira	8	9	11	13	12	14	-
Imobiliário	116	152	157	177	181	186	-
Serviços profiss., cient., técnicos e administr.	30	37	42	48	50	49	-
Outros serviços	62	49	64	60	60	64	-
Administração Pública	205	257	308	348	385	415	-
Impostos menos subsídios (sobre os produtos)	13	-4	-5	5	32	35	-
Impostos menos subsídios (setor petrolífero)	16	7	9	13	23	5	-
Impostos menos subsídios (setor não petrolíf.)	-3	-11	-14	-9	10	30	-
Produto Interno Bruto (total, a preços de merc.)	5682	6671	5650	4045	3104	2521	2640
Produto Interno Bruto (não-petrolífero)	1058	1194	1415	1454	1609	1702	1719
Prod. Interno Bruto (setor petrolífero)	4624	5477	4234	2591	1496	820	921
Ótica da Despesa							
Consumo	1626	1777	1769	1889	1876	1919	-
Consumo privado	685	797	903	941	945	1005	-
Consumo público	941	981	866	948	931	915	-
Investimento bruto	828	761	644	666	592	662	-
Formação bruta capital fixo	825	732	623	636	571	635	-
Variação de existências	2	28	22	30	21	27	-
Procura Interna	2454	2538	2413	2554	2468	2581	-
Exportaç. de bens e serviços	5525	6526	5310	3898	2327	1458	-
Exportaç. de bens petrolíferos	5418	6423	5223	3808	2235	1361	-
Exportaç. de bens e serviço não-petrolíferos	108	103	88	89	92	97	-
Procura Global	7979	9064	7724	6452	4795	4039	-
Importações de bens e serviços	2297	2392	2074	2407	1690	1518	-
Importação de bens petrolíferos	897	987	1044	1275	786	585	-
Import. de bens e serv. não petrolíferos	1400	1406	1030	1132	904	933	-
Produto Interno Bruto (total)	5682	6671	5650	4045	3104	2521	2640
Prod. Interno Bruto (não petrolífero)	1058	1194	1415	1454	1609	1702	1719
Prod. Interno Bruto (setor petrolífero)	4624	5477	4235	2591	1496	820	921
Para memória:							
PIB não-petrolífero (variação real, em percentagem)	7,7	5,5	2,5	4,1	4,0	5,3	-5,6
PIB não-petrolífero (em percentagem do PIB total)	18,6	17,9	25,1	36,0	51,8	67,5	65,1

Fontes: Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste (Contas Nacionais 2000 - 2016 - Dez. 2017), Banco Central de Timor-Leste e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro II.6.4 • Índice de preços no consumidor | Em percentagem

		Var. mensal	Var. acumulada	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]	[4]
2002	Dezembro	-	9,5	9,5	-
2003	Dezembro	-	4,2	4,2	7,2
2004	Dezembro	-	1,8	1,8	3,2
2005	Dezembro	-	0,9	0,9	1,1
2006	Dezembro	-	7,3	7,3	3,9
2007	Dezembro	-	8,6	8,6	10,3
2008	Dezembro	-	7,5	7,5	9,0
2009	Dezembro	-	1,8	1,8	0,7
2010	Dezembro	-	9,2	9,2	6,8
2011	Dezembro	-	17,4	17,4	13,5
2012	Dezembro	-	9,1	9,1	11,8
2013	Dezembro	-	4,0	4,0	8,1
2014	Dezembro	-	0,3	0,3	0,5
2015	Dezembro	-	-0,7	-0,7	0,6
2016	Dezembro	-	0,0	0,0	-1,3
2017	Dezembro	-	0,8	0,8	0,6
2016	Janeiro	0,2	0,2	-1,0	0,4
	Fevereiro	-0,6	-0,4	-1,5	0,2
	Março	0,1	-0,3	-1,6	0,1
	Abril	-0,2	-0,5	-1,7	-0,1
	Maio	-0,2	-0,7	-1,7	-0,4
	Junho	0,0	-0,7	-1,7	-0,6
	Julho	-0,1	-0,8	-1,7	-0,8
	Agosto	-0,1	-0,9	-1,6	-1,0
	Setembro	0,2	-0,7	-1,3	-1,2
	Outubro	-0,1	-0,8	-1,3	-1,3
	Novembro	0,3	-0,5	-0,8	-1,4
	Dezembro	0,5	0,0	0,0	-1,3
	Dezembro (proj.)	-	-	3,6	1,5
2017	Janeiro	-0,1	-0,1	-0,3	-1,3
	Fevereiro	-0,1	-0,2	0,2	-1,1
	Março	0,2	0,0	0,3	-1,0
	Abril	0,0	0,0	0,5	-0,8
	Maio	0,2	0,2	0,9	-0,6
	Junho	-0,1	0,1	0,8	-0,4
	Julho	0,1	0,2	1,0	-0,2
	Agosto	-0,4	-0,2	0,7	0,0
	Setembro	-0,1	-0,3	0,4	0,2
	Outubro	0,3	0,0	0,8	0,4
	Novembro	0,3	0,3	0,8	0,5
	Dezembro	0,5	0,8	0,8	0,6
	Dezembro (proj.)	-	-	2,0	1,0
2018	Janeiro	0,8	0,8	1,6	0,7
	Fevereiro	0,3	1,1	2,0	0,9
	Março	0,2	1,2	2,0	1,0
	Abril	0,7	1,9	2,7	1,2
	Maio	0,0	1,9	2,5	1,3
	Junho	-0,1	1,8	2,5	1,5
	Julho	0,1	1,9	2,5	1,6
Dezembro (proj.)		-	-	1,8	1,4

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.
 Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / Dez (ano ant.); [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro II.6.5 • Balança de pagamentos | Em milhões de USD

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
				Est.	Est.	Est.	Prel.
Balança corrente	2352	2736	2391	1093	204	-544	-284
Balança comercial	-373	-638	-679	-603	-635	-546	-615
Exportações ^(a)	29	33	18	16	18	20	17
dq: Café	12	32	17	15	17	16	14
Importações	-402	-672	-696	-618	-653	-567	-631
dq: Bens de consumo e intermédios	-303	-506	-552	-460	-518	-451	-488
Bens de capital	-99	-166	-144	-159	-135	-116	-143
Balança de serviços	-1385	-920	-437	-594	-583	-569	-344
Exportações	79	69	70	74	74	77	92
dq: Viagens	24	21	29	35	51	58	73
Importações	-1464	-989	-508	-668	-656	-645	-436
dq: Transportes	-46	-76	-71	-67	-72	-64	-69
Viagens e turismo	-49	-73	-40	-93	-86	-102	-121
Construção	-	-276	-160	-200	-157	-245	-80
Rendimentos primários (líq.)	3577	3862	3327	2134	1297	544	735
dq: Rendimentos aplicaç. financeiras	312	207	275	316	311	320	312
Outros rendim. primários (prod. petrolíf.)	3247	3559	3042	1817	985	224	422
Rendimentos secundários (líq.)	533	432	179	156	125	26	-61
Balança de capital e financeira	-2249	-2320	-2545	-1364	61	533	532
Balança de capital	26	23	20	14	29	47	34
Balança financeira	-2275	-2343	-2564	-1378	32	485	499
dq: Aplicação/utiliz. de poupanças petrolíferas	-2424	-2280	-2556	-1385	151	690	726
Investim. direto estrangeiro	14	51	62	37	30	-7	7
Fluxos de dívida externa	0	0	6	28	11	5	7
Valores em trânsito, erros e omissões	3	79	-7	12	1	70	-78
Balança global	106	495	-160	-259	266	58	170
Financiamento	-106	-495	160	259	-266	-58	-170
Variação ativos externos líq. (aumento: -)	-106	-495	160	259	-266	-58	-170
Para memória:							
Balança corrente (em % PIB não-petrolíf.)	222,3	229,2	168,9	75,2	12,7	-32,0	-16,5
Balança corrente (em % PIB total)	41,4	41,0	42,3	27,0	6,6	-21,6	-10,8
Rendimentos petrolíferos ^(b) (em % PIB não-petrolíf.)	327,7	332,3	277,0	161,2	61,1	52,7	119,7
Balança de capital e financeira (em % PIB não-petrolíf.)	-212,5	-194,3	-179,8	-93,8	3,8	31,3	30,9

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Direção Geral de Estatística de Timor-Leste, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Não inclui as exportações petrolíferas, cujo valor correspondente das receitas fiscais surge contabilizado na rubrica de rendimentos primários do exterior; (b) Inclui as receitas fiscais de exploração do petróleo e o rendimento das aplicações financeiras do Fundo do Petróleo.

Quadro II.6.6 • Distribuição das exportações de mercadorias^(a) | Em percentagem do total

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
E.U.A.	43,2	23,3	26,1	36,3	9,8	42,9	35,6	29,6
Alemanha	25,3	45,1	25,4	48,0	60,9	19,5	16,5	19,9
Singapura	9,0	4,2	36,0	1,7	0,1	0,1	5,2	3,9
Indonésia	4,2	3,7	0,9	0,0	0,2	5,1	1,3	6,5
Portugal	4,3	0,9	0,6	0,9	9,1	2,3	1,4	5,7
Austrália	4,1	2,3	0,3	3,4	3,0	6,2	2,3	3,2
Japão	3,7	5,4	3,8	6,4	6,2	5,6	2,9	3,3
Outros	6,1	15,1	6,9	3,2	10,8	18,3	34,7	27,9
Valor das Exportações ^(b)	27,1	28,7	33,3	17,7	15,5	18,0	20,0	16,6

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste e cálculos do Banco de Portugal.
Nota: (a) Não inclui as exportações de petróleo; (b) Valor em milhões de USD.

Quadro II.6.7 • Distribuição das importações de mercadorias | Em percentagem do total

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Indonésia	32,2	28,8	22,2	26,1	28,7	30,6	24,1	28,4
China	7,2	17,6	6,5	5,7	7,5	10,0	15,5	13,2
Singapura	15,1	6,3	6,8	9,0	22,6	18,5	9,2	12,0
Vietname	4,7	2,2	4,6	5,9	6,1	6,5	4,7	5,9
Tailândia	1,1	2,4	1,7	1,0	3,7	2,4	1,8	2,8
Malásia	1,7	4,0	7,7	11,5	6,5	7,2	1,9	2,5
Austrália	8,4	4,5	3,5	2,3	3,4	3,1	2,0	2,1
Japão	3,4	1,7	3,5	1,6	2,2	1,4	1,0	1,7
Portugal	2,4	1,4	1,6	1,8	5,7	1,7	1,5	1,0
Outros	23,8	30,9	41,9	35,2	13,5	18,6	38,1	30,4
Valor das Importações ^(a)	245,2	320,6	536,1	555,4	618,5	653,4	566,5	631,4

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste e cálculos do Banco de Portugal.
Nota: (a) Valor em milhões de USD.

Quadro II.6.8 • Operações financeiras do Estado | Em milhões de USD

	2012	2013	2014	2015	2016	2017			2018
						Orç.	Est.	g.e. ^(a)	Orç.
Receitas totais	1125	1229	1070	1031	949	844	848	100,4	921
Receitas totais (excluindo donativos)	871	990	800	808	744	688	671	97,6	739
Receitas domésticas	137	148	167	170	199	206	190	91,9	189
Receitas fiscais	99	107	124	120	144	145	133	91,4	133
Impostos diretos	37	42	53	53	64	65	55	84,3	60
Impostos indiretos sobre bens e serviços	48	53	57	54	65	66	61	93,7	57
Imp. sobre comércio e transaç. externas	13	11	13	12	14	15	15	103,4	15
Receitas não tributárias	39	41	44	51	47	57	50	88,4	50
Transf. regulares do Fundo do Petróleo (b)	734	843	632	639	545	482	482	100,0	550
Donativos (para projetos e infraestruturas)	254	239	270	223	205	157	177	112,8	182
Despesas totais	1451	1321	1608	1559	1835	1543	1370	88,7	1461
Despesas totais (excl. desp. financ. por donativos)	1197	1082	1337	1336	1630	1387	1193	86,0	1280
Despesas correntes	691	731	913	1029	1028	1026	932	90,8	884
Despesas com o pessoal	131	142	163	173	179	209	197	94,4	200
Despesas em bens e serviços	342	392	459	423	378	396	328	83,0	422
Transferências e subsídios correntes	219	197	292	432	471	421	406	96,3	262
Juros	0	0	0	0	0	-	0,1	-	-
Projetos financiadas por donativos externos	254	239	270	223	205	157	177	112,8	182
Despesas de investimento	506	351	425	307	602	361	262	72,5	396
Saldo global	-326	-92	-544	-528	-886	-699	-522	74,6	-540
Discrepância estatística	-7	9	-1	0	0	0	0	-	0
Capacidade / necessidade de financiamento	-333	-83	-544	-528	-886	-699	-522	-	-540
Financiamento	333	83	543	528	885	699	521	-	540
Var. saldos do Tesouro (aumento: -)	-428	190	428	-136	155	0	-106	-	42
Transf. do FP acima do "rend. sust. estimado"	761	-113	100	640	700	597	597	-	437
Fluxos líquidos de dívida externa	0	6	16	24	31	102	30	-	62
Para memória:									
Fundo do Petróleo – valor no final do ano	11 775	14 952	16 539	16 218	15 844	15 784	16 799	-	16 412
Fundo do Petróleo – receitas fiscais	3559	3042	1817	979	224	263	422	-	317
Fundo do Petróleo – rendim. financ. bruto	408	879	527	3	672	475	1635	-	283
Fundo do Petróleo – transf. tot. p/. Tesouro	1495	730	732	1279	1245	1079	1079	-	987
PIB não petrolífero (em milhões de USD)	1194	1415	1454	1609	1702	1843	1719	-	1863
Saldo global (em % do PIB não-petrolífero)	-27,3	-6,5	-37,4	-32,8	-52,1	-37,9	-30,4	-	-29,0
Fundo do Petróleo (em % do PIB não-petrolífero)	986,5	1056,4	1137,1	1008,1	931,2	856,4	977,3	-	880,9

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Ministério das Finanças de Timor-Leste, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado, em percentagem; no caso das receitas totais e das despesas totais excluem-se os fluxos de donativos e de investimentos financiados por donativos; (b) As transferências regulares do Fundo do Petróleo inscritas no orçamento são determinadas de acordo com a metodologia do “rendimento sustentável estimado” daquele Fundo e não carecem de aprovação legislativa própria, sendo consideradas receitas orçamentais e portanto não se incluem no financiamento.

Quadro II.6.9 • Síntese monetária | Em milhões de USD

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2017 dez. / 2016 dez.		2018	2018 jun. / 2017 dez.	
	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	Dez	[1]	[2]	Jun	[1]	[2]
Ativos externos líquidos												
Disponibilidades sobre o exterior	689	1179	1073	757	1015	1092	1251	14,5	19,3	918	-26,6	-40,4
Banco Central de Timor-Leste	756	1251	1091	832	1099	1157	1327	14,7	20,7	1005	-24,3	-39,1
Bancos comerciais	498	884	687	311	438	281	544	93,8	32,0	237	-56,5	-37,4
Responsabilidades perante o exterior	259	368	404	521	661	876	783	-10,6	-11,3	768	-1,8	-1,7
Banco Central de Timor-Leste	-68	-72	-18	-75	-83	-65	-76	17,7	-1,4	-87	13,6	-1,3
Bancos comerciais	-14	-12	-12	-11	-11	-14	-11	-23,5	0,4	-11	-1,2	0,0
Ativos internos líquidos	-53	-6	-6,1	-64	-73	-50	-65	29,5	-1,8	-76	16,1	-1,3
Crédito líquido à Admin. Pública	-362	-772	-572	-157	-374	-358	-428	19,5	-8,5	-355	-17,0	8,8
Crédito bruto à Adm. Pública	-413	-841	-651	-207	-339	-416	-472	13,6	-6,9	-222	-53,0	30,4
Depósitos da Adm. Pública	6	0	0	0	0	0	0	-	-	0	-	-
Crédito à economia	-419	-841	-651	-207	-339	-416	-472	13,6	-6,9	-222	-53,0	30,4
Outros ativos (líquidos)	133	160	182	192	212	208	259	24,5	6,2	227	-12,5	-3,9
Total dos Ativos do Setor Bancário	-83	-91	-103	-141	-247	-150	-214	42,9	-7,8	-177	-17,5	4,5
Massa monetária	326	407	500	600	642	734	823	12,1	-	746	-9,3	-9,3
Circulação (moeda metálica) ^(a)	326	407	500	600	642	734	823	12,1	-	746	-9,3	-
Depósitos à ordem	4	5	7	10	12	14	15	4,1	-	17	12,6	-
Depósitos a prazo e outros depósitos	163	206	273	333	386	450	450	0,0	-	404	-10,2	-
	160	196	221	257	245	270	358	32,7	-	325	-9,2	-
Para memória:												
Taxa de variação da Massa Monetária	10,5	24,8	22,9	20,0	7,0	14,3	12,1	-	-	10,8	-	-
Taxa de inflação (variação homóloga)	17,4	9,1	4,0	0,3	-0,7	0,0	0,8	-	-	2,5	-	-
Ativos do F. do Petróleo (milhões de USD)	9310	11 775	14 952	16 539	16 218	15 844	16 799	6,0	-	16 927	0,8	-
Ativos ext. públicos (meses importações) ^(a)	66	91	156	165	169	148	143	-	-	136	-	-

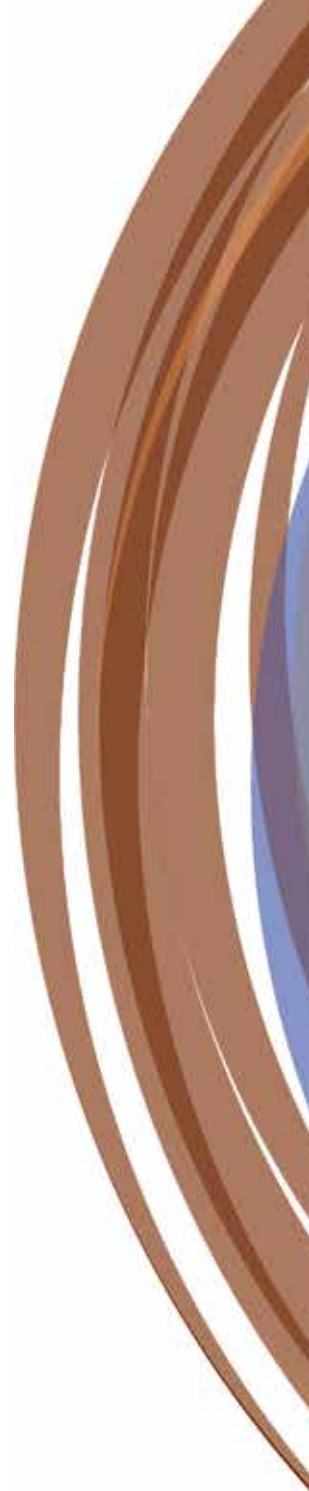
Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] Variação percentual face ao período anterior; [2] Variação percentual relativamente ao valor da massa monetária no início de período (fatores de expansão/contração da liquidez). (a) A circulação inclui somente as moedas metálicas de centavos (com denominações indexadas ao USD) emitidas pelo BCTL, excluindo as notas de USD pois estas não correspondem a passivos do sistema bancário de Timor-Leste; (b) Os ativos externos públicos correspondem ao somatório das reservas cambiais com o valor dos ativos do Fundo do Petróleo.

Quadro II.6.10 • Taxas de câmbio | Taxas médias

				ITCE ^(a)	
		USD / AUD	USD / IDR	EUR / USD	
				Nominal	Real
2007		1,20	9140	1,37	71,3
2008		1,20	9690	1,47	71,4
2009		1,28	10 412	1,39	75,1
2010		1,09	9085	1,33	67,6
2011		0,97	8777	1,39	63,9
2012		0,97	9384	1,29	66,0
2013		1,04	10 463	1,33	71,0
2014		1,11	11 913	1,32	77,0
2015		1,34	13 387	1,11	86,9
2016		1,35	13 307	1,11	94,3
2017		1,31	13 380	1,13	94,8
2016	Janeiro	1,43	13 893	1,09	98,3
	Fevereiro	1,40	13 525	1,11	96,0
	Março	1,34	13 198	1,11	93,9
	Abril	1,30	13 177	1,13	92,7
	Maio	1,36	13 381	1,13	94,1
	Junho	1,35	13 359	1,12	94,1
	Julho	1,33	13 120	1,11	92,9
	Agosto	1,31	13 147	1,12	92,6
	Setembro	1,32	13 119	1,12	92,9
	Outubro	1,31	13 017	1,10	93,1
	Novembro	1,33	13 324	1,08	95,3
	Dezembro	1,36	13 420	1,05	96,8
2017	Janeiro	1,34	13 362	1,06	96,2
	Fevereiro	1,31	13 338	1,06	95,6
	Março	1,31	13 345	1,07	95,6
	Abril	1,32	13 308	1,07	97,1
	Maio	1,35	13 319	1,10	95,1
	Junho	1,33	13 304	1,12	94,6
	Julho	1,29	13 348	1,15	94,2
	Agosto	1,26	13 340	1,18	93,6
	Setembro	1,25	13 302	1,19	93,2
	Outubro	1,28	13 517	1,18	94,3
	Novembro	1,31	13 524	1,17	94,4
	Dezembro	1,31	13 557	1,18	94,1
2018	Janeiro	1,26	13 387	1,22	92,4
	Fevereiro	1,27	13 577	1,24	92,8
	Março	1,29	13 760	1,23	93,3
	Abril	1,30	13 802	1,23	93,5
	Maio	1,33	14 042	1,18	95,2
	Junho	1,33	13 997	1,17	95,3

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Reserve Bank of Australia, Banco Indonesia e cálculos do Banco de Portugal.
Nota: (a) Índice de Taxa de Câmbio Efetiva (ITCE) baseado nas taxas de câmbio das moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste: Indonésia, Austrália, Singapura, Portugal e Malásia. Base: 2001 = 100. Evolução do índice: apreciação: +/depreciação: -.





III Relações económicas e financeiras

1 Relações económicas e financeiras de Portugal com os PALOP e Timor-Leste

As exportações de bens de Portugal para os PALOP e Timor-Leste registaram um crescimento de 12,4% em 2017, invertendo a tendência anterior. As importações portuguesas de bens daqueles países prolongaram a trajetória iniciada em 2014, diminuindo 60,8% face a 2016. Manteve-se em redução o investimento direto português neste grupo de países, ainda que com o registo de um valor líquido positivo em termos agregados. A dívida oficial dos PALOP a Portugal expressa em dólares evidenciou uma subida de 9% em 2017, travando a descida progressiva que registava desde 2014, sobretudo como resultado do efeito da desvalorização do dólar face ao euro.

Angola manteve o lugar de destaque nas relações económicas com Portugal, sendo o principal mercado de exportações e importações de bens e condicionando a evolução agregada do investimento direto português. Moçambique apresenta, desde 2015, a maior dívida oficial dos PALOP a Portugal.

As **relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste evoluíram de forma diferenciada em 2017**, com as exportações a evidenciarem algum crescimento, invertendo a tendência anterior, e as importações a demonstrarem nova redução significativa, prolongando a trajetória iniciada em 2014. A subida de 12,4% das exportações portuguesas para os PALOP e Timor-Leste em 2017 repercutiu-se num crescimento ligeiro da quota destes países no total, passando a representar 4,4% das exportações de bens de Portugal. Em sentido oposto, a diminuição das importações portuguesas destes países fez reduzir o seu peso no total dos produtos importados por Portugal para 0,5% (-1 pp do que em 2016, regressando a níveis que não se registavam desde 2009).

O mercado angolano foi o que mais dinamizou as **exportações** portuguesas para estes países, aumentando 19%, contrariando a evolução negativa registada em 2015 e 2016. Esta evolução foi acompanhada pelo crescimento dos produtos destinados à Guiné-Bissau (+16%) e a Cabo Verde (+3%). As principais subidas registaram-se nos grupos de produtos máquinas e aparelhos, metais comuns, agrícolas, químicos e plásticos e borrachas, todos remetidos para Angola. Os produtos portugueses destinados aos restantes países registaram diminuições, com destaque para Moçambique (-16%).

À semelhança dos últimos anos, a diminuição das **importações** portuguesas de bens destes países decorreu quase exclusivamente dos combustíveis minerais provenientes de Angola. Apenas relativamente a Timor-Leste também se registou um decréscimo das importações, sendo que dos restantes países se verificaram ligeiros aumentos face a 2016, merecendo referência o crescimento dos bens agrícolas moçambicanos e cabo-verdianos.

O principal mercado nas trocas comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste continua a ser Angola, responsável por 83% das importações de bens deste conjunto e por 75% das exportações. Seguem-se, a uma distância considerável, Moçambique (12% das importações e 8% das exportações) e Cabo Verde (5% e 11%).

A conjugação do aumento das exportações e da diminuição das importações destas geografias traduziu-se num crescimento do excedente comercial de Portugal de 55% em 2017, ascendendo a EUR 2053 milhões. Das restantes componentes da balança corrente, apenas o rendimento secundário evoluiu no mesmo sentido que a balança comercial, com o saldo positivo a crescer 38% face a 2016. A melhoria do rendimento secundário contou com a subida de 17% das remessas de emigrantes portugueses (sobretudo em Angola) e a redução de 11% das saídas relativas a imigrantes destes países em Portugal (novamente com destaque para angolanos), ainda que parcialmente compensadas pelo aumento das remessas enviadas para Cabo Verde.

A balança de serviços e o rendimento primário denotaram diminuições dos respetivos saldos em 3% e 38%, respetivamente, devido à evolução dos fluxos com Moçambique (serviços) e Angola (rendimento primário). Repercutindo sobretudo o crescimento da balança comercial, o **saldo agregado das balanças correntes bilaterais** com o conjunto dos PALOP e de Timor-Leste inverteu a tendência dos dois anos anteriores, tendo registado um reforço do excedente favorável a Portugal em 20%, totalizando EUR 3811 milhões.

O **investimento direto de Portugal nos PALOP e em Timor-Leste** denotou um novo decréscimo em 2017, mantendo no entanto um valor positivo de EUR 1,9 milhões, bastante aquém do valor de 2016, EUR 157,5 milhões. De realçar que os dados existentes para 2017 apontam para que Portugal tenha registado um desinvestimento direto líquido relativamente ao resto do mundo, o que não acontecia desde 2014.

A evolução do investimento direto português agregado com os seis países em análise em 2017 foi condicionada pelo desinvestimento português em Angola (que atingiu EUR 140 milhões), retomando a tendência de 2014. Dos restantes, apenas relativamente a São Tomé e Príncipe se registou

igualmente um desinvestimento líquido (de EUR 2,4 milhões), tal como nos dois anos anteriores (ainda que com magnitudes claramente superiores – em torno de EUR 16 milhões). Contudo, o investimento registado em Moçambique (EUR 73 milhões), Cabo Verde (EUR 54 milhões), Guiné-Bissau (EUR 4,5 milhões) e Timor-Leste (EUR 4 milhões), compensou aquele valor negativo. Em termos setoriais, de destacar o desinvestimento no setor da construção (maioritariamente em Angola mas também em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) e o investimento em indústrias transformadoras (Angola e Moçambique) e serviços (Cabo Verde, Moçambique, Timor-Leste e Guiné-Bissau). Os montantes canalizados para os serviços em 2017 (EUR 85 milhões) ficaram muito aquém dos registados em 2016 (EUR 213 milhões).

O **investimento direto do conjunto dos PALOP e Timor-Leste em Portugal** evidenciou um valor negativo em 2017 (de EUR 108 milhões), o que não acontecia desde 2011. Este desinvestimento decorreu em grande medida do comportamento do setor dos serviços (sobretudo Angola mas também Guiné-Bissau), embora tenha também contado com desinvestimento líquido na construção (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique). Em sentido inverso, destaque-se o investimento na indústria transformadora em Portugal, com Angola a registar um influxo líquido de EUR 10,7 milhões em 2017.

A **dívida oficial dos PALOP a Portugal** cresceu em 2017, invertendo a tendência de descida que se prolongava desde 2014. No final do ano passado, as dívidas destes países diretas e garantidas pelo Estado português totalizavam USD 2853 milhões, o que corresponde a um aumento de 9% face ao ano anterior (USD 231 milhões). A subida da dívida oficial resultou sobretudo da desvalorização do dólar face ao euro, aumentando os montantes expressos em dólares dos empréstimos contraídos na moeda europeia.

O maior *stock* agregado resulta do crescimento da parcela da dívida de médio e longo prazos garantida, travando o decréscimo progressivo que registava desde 2014. A dívida direta total manteve a trajetória de descida que a caracteriza desde 2009, apenas interrompida em 2012.

Este movimento de subida da dívida oficial nos valores apurados em dólares foi comum a todos os PALOP, com claro destaque para o crescimento relativo à dívida de **Cabo Verde**, que aumentou 15% (USD 30 milhões). Para além do efeito cambial, em 2017 o Estado cabo-verdiano voltou a efetuar um saque da linha de crédito garantida pelo Estado português dedicada à habitação social, elevando a dívida garantida para USD 548 milhões (+16%).

Angola também evidenciou um aumento do crédito garantido (em 35%), nomeadamente através de maior volume de seguros sobre exportações. Essa subida induziu o crescimento da dívida total para USD 869 milhões, apesar da contínua diminuição da dívida direta, como decorre do cumprimento do acordo de reescalonamento assinado em 2004 e vigente durante 25 anos.

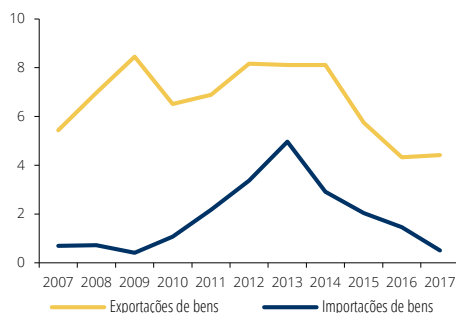
A maior parcela da dívida oficial a Portugal continua a ser de **Moçambique**, com 37% do total em 2017. O aumento registado neste ano (4%) resulta apenas do impacto da desvalorização do dólar face ao euro sobre a dívida garantida contraída nesta moeda. Os montantes em dívida expressos nas moedas contratualizadas, tanto direta como garantida, diminuíram.

O mesmo efeito condicionou a evolução da dívida oficial de **São Tomé e Príncipe** a Portugal, aumentando o montante expresso em dólares em 3,6% como resultado do impacto das variações cambiais em relação ao euro.

À semelhança do que vem acontecendo nos últimos anos, em 2017 não se registou qualquer movimento na dívida oficial da **Guiné-Bissau** a Portugal. Também neste caso o aumento do *stock* em dólares reflete exclusivamente a desvalorização daquela moeda em relação ao euro.

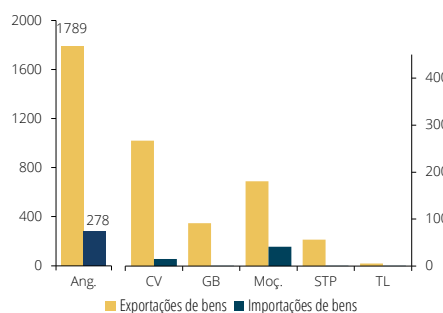
Timor-Leste continua a não registar dívida oficial a Portugal.

Gráfico III.1.1 • Relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste Em % do total



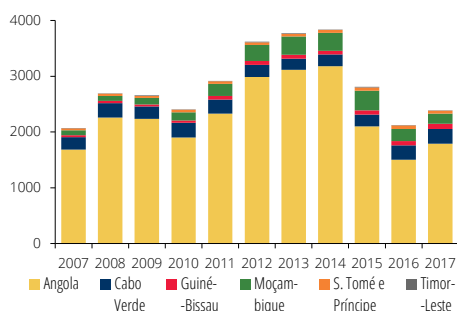
As exportações portuguesas para os PALOP e Timor-Leste evidenciaram um ligeiro crescimento do seu peso no total em 2017, invertendo a trajetória descendente iniciada em 2015. As importações de bens daqueles países mantiveram-se em queda, regressando a patamares idênticos aos de 2009.

Gráfico III.1.2 • Relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste, 2017 Em milhões de EUR



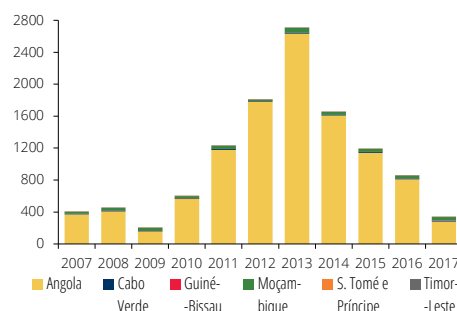
O mercado angolano continua a dominar as relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste, sobretudo nas exportações. Seguem-se Moçambique e Cabo Verde, ainda que a uma distância considerável.

Gráfico III.1.3 • Exportações de bens para os PALOP e Timor-Leste, por destinos, Em milhões de EUR



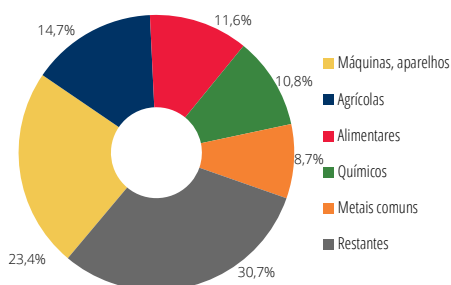
O crescimento das exportações com destino a Angola foi o principal responsável pelo aumento das exportações portuguesas para os PALOP e Timor-Leste, com os mercados cabo-verdiano e guineense a evidenciarem igualmente alguma subida.

Gráfico III.1.4 • Importações de bens para os PALOP e Timor-Leste, por origens, Em milhões de EUR



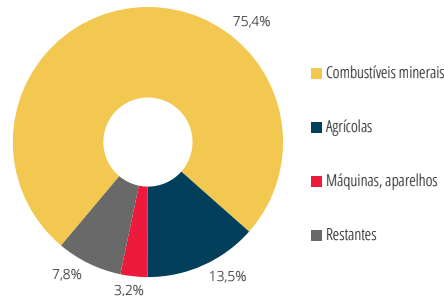
Apesar de prosseguirem em trajetória descendente desde 2014, os produtos angolanos dominam ainda largamente as importações portuguesas deste conjunto de países, com claro destaque para os combustíveis minerais (petróleo e derivados).

Gráfico III.1.5 • Exportações de bens para os PALOP e Timor-Leste, 2017 | Por grupos de produtos



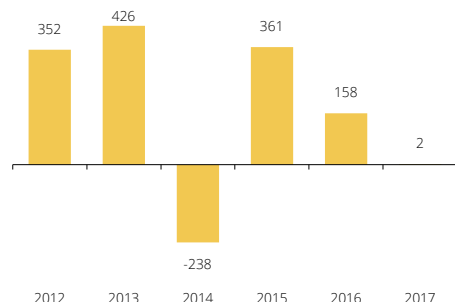
Os cinco principais grupos de produtos exportados por Portugal para os PALOP e Timor-Leste (máquinas e aparelhos, agrícolas, alimentares, químicos e metais comuns) reforçaram o seu peso em 2017, passando a representar quase 70% do total de exportações portuguesas para este universo.

Gráfico III.1.6 • Importações de bens dos PALOP e Timor-Leste, 2017 | Por grupos de produtos



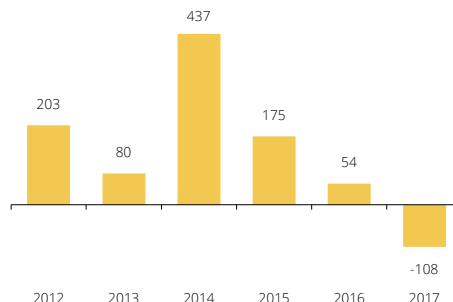
As importações de combustíveis minerais angolanos continuam a ser claramente dominantes, embora a redução que têm demonstrado se reflita no seu peso no total (75% em 2017, 91% em 2016). Os bens agrícolas moçambicanos (em crescimento) têm assim vindo a reforçar a sua importância no conjunto.

Gráfico III.1.7 • Investimento direto português nos PALOP e em Timor-Leste
Em milhões de EUR



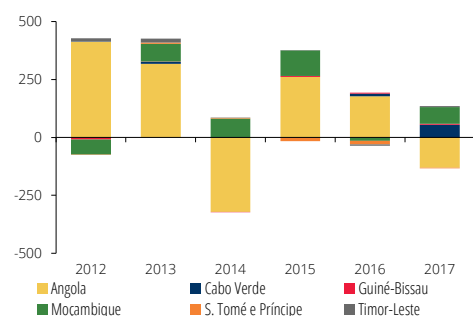
Em 2017, Portugal voltou a evidenciar um decréscimo do investimento direto nos PALOP e em Timor-Leste, prolongando assim a tendência do ano anterior mas mantendo ainda um valor positivo (EUR 2 milhões).

Gráfico III.1.8 • Investimento direto dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal
Em milhões de EUR



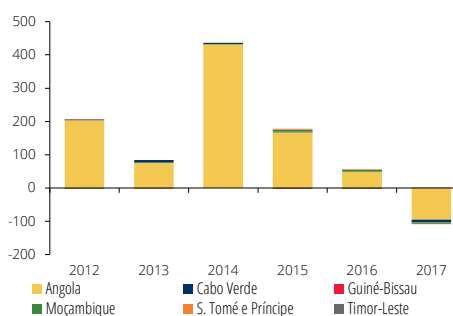
O investimento direto dos PALOP e Timor-Leste em Portugal evidencia uma trajetória decrescente desde 2015, tendo inclusivamente entrado em valores negativos em 2017, o que não acontecia desde 2011, ano com um desinvestimento líquido de magnitude semelhante.

Gráfico III.1.9 • Investimento direto português nos PALOP e em Timor-Leste
Por país, em milhões de EUR



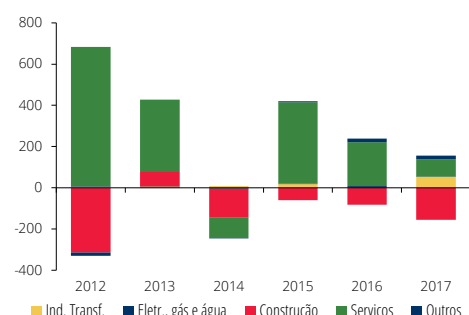
Apesar do desinvestimento líquido português sobretudo em Angola, os fluxos positivos destinados principalmente a Moçambique e Cabo Verde acabaram por determinar o valor positivo do total. Com exceção de 2016, é de realçar o interesse dos investidores portugueses em Moçambique.

Gráfico III.1.10 • Investimento direto dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal | Por país,
em milhões de EUR



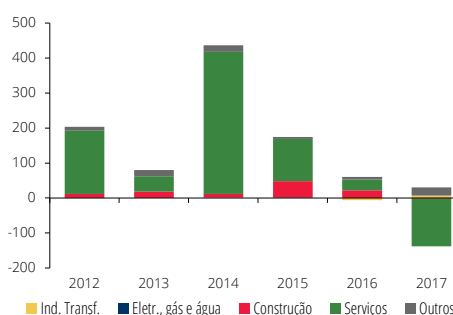
Em contínua redução desde 2014, o investimento direto de Angola em Portugal assumiu um valor negativo em 2017, dominando os fluxos daqueles países. Neste ano, as transações de investimento direto dos PALOP assumiram valores líquidos negativos, tendo apenas Timor-Leste registado um pequeno valor positivo.

Gráfico III.1.11 • Investimento direto português nos PALOP e em Timor-Leste
Por setor de atividade em milhões de EUR



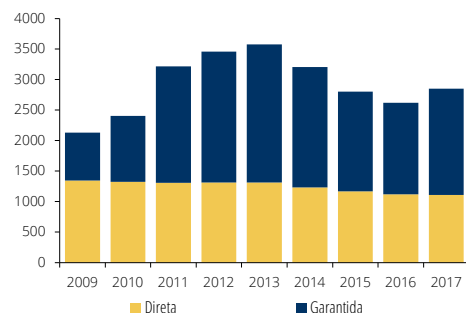
O desinvestimento líquido do setor da construção (que aumenta desde 2015) contrariou grande parte do investimento português nos PALOP e Timor-Leste em 2017, mais ativo relativamente aos serviços e à indústria transformadora.

Gráfico III.1.12 • Investimento direto dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal
Por setor de atividade em milhões de EUR



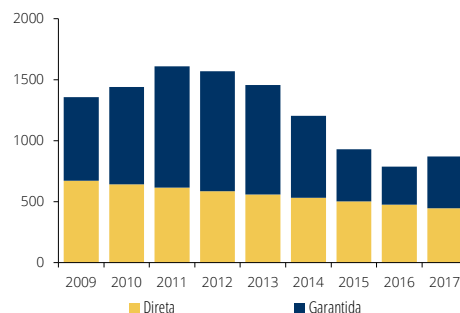
O setor dos serviços (sobretudo em Angola mas também na Guiné-Bissau) foi o responsável pelo desinvestimento líquido dos PALOP e Timor-Leste em Portugal em 2017. A dinâmica da indústria transformadora (também em Angola) e as atividades registadas em Outros compensaram parcialmente aquele valor negativo.

Gráfico III.1.13 • Dívida oficial dos PALOP a Portugal | Em milhões de USD



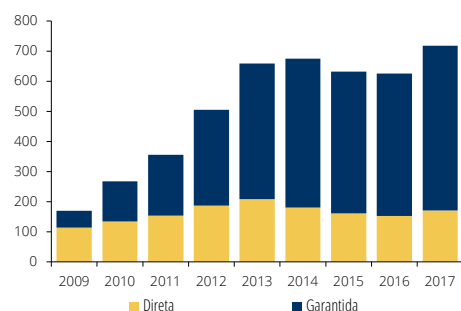
A dívida oficial dos PALOP a Portugal aumentou em termos agregados em 2017, invertendo a tendência de descida registada desde 2014. Aquele crescimento decorreu sobretudo da desvalorização do dólar face ao euro, aumentando em dólares os montantes dos empréstimos contraídos em euros.

Gráfico III.1.14 • Dívida oficial de Angola a Portugal | Em milhões de USD



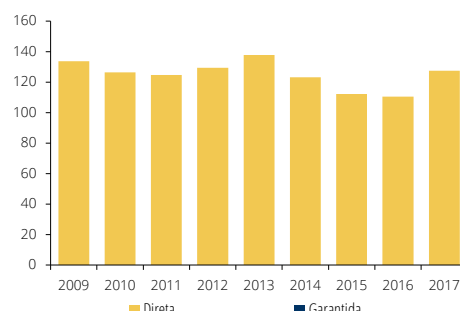
A trajetória de descida da dívida oficial de Angola a Portugal foi interrompida em 2017, após 5 anos consecutivos de redução. O aumento do crédito garantido foi o responsável pelo crescimento da dívida oficial, apesar da contínua diminuição da dívida direta, cumprindo o acordo de reescalonamento assinado em 2004.

Gráfico III.1.15 • Dívida oficial de Cabo Verde a Portugal | Em milhões de USD



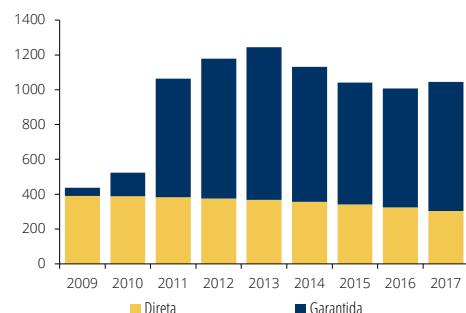
A dívida oficial de Cabo Verde a Portugal aumentou 15% em 2017, conjugando o impacto do efeito cambial sobre o *stock* da dívida contratualizada em euros e um novo saque sobre a linha de crédito garantida pelo Estado português dedicada à habitação social.

Gráfico III.1.16 • Dívida oficial da Guiné-Bissau a Portugal | Em milhões de USD



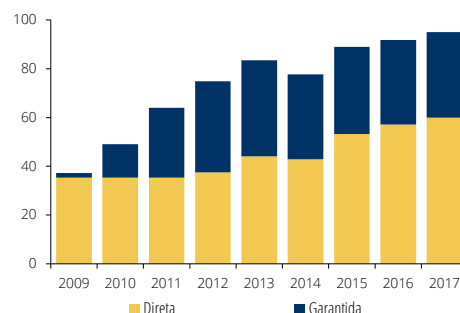
Como acontece desde 2012, a evolução da dívida oficial da Guiné-Bissau a Portugal reflete o comportamento do euro face ao dólar, uma vez que todos os créditos em dívida daquele país estão contratualizados em euros.

Gráfico III.1.17 • Dívida oficial de Moçambique a Portugal | Em milhões de USD



Moçambique manteve-se, em 2017, como o principal devedor a Portugal deste conjunto de países. O impacto do efeito cambial fez aumentar a dívida garantida em 2017 expressa em dólares. Contudo, os montantes em dívida, tanto direta como garantida, diminuíram quando expressos nas moedas contratualizadas.

Gráfico III.1.18 • Dívida oficial de São Tomé e Príncipe a Portugal | Em milhões de USD



A dívida oficial de São Tomé e Príncipe a Portugal prosseguiu a trajetória ascendente em 2017 (apenas interrompida em 2014). No entanto, no último ano, a subida registada resulta apenas do efeito da desvalorização do dólar face ao euro.

Quadro III.1.1 • Portugal / PALOP e Timor-Leste: Importação e exportação de mercadorias (ótica de Portugal) | Em milhões de EUR

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		São Tomé e Príncipe		Timor-Leste		Total	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1999	10	277	10	138	0	17	39	67	4	19	–	–	64	517
2000	58	371	10	170	1	28	45	69	9	19	–	–	123	657
2001	127	504	9	135	3	23	40	63	3	21	–	–	182	745
2002	70	570	9	148	3	21	37	54	0	30	1	1	121	823
2003	2	652	9	137	2	17	38	54	0	25	1	5	52	890
2004	2	671	11	140	1	18	26	55	0	24	1	1	41	909
2005	25	803	7	149	1	24	32	65	0	22	1	1	67	1064
2006	53	1210	7	190	1	27	29	73	1	28	1	2	92	1530
2007	369	1682	7	228	1	35	26	89	0	33	0	1	403	2067
2008	408	2260	9	257	1	40	34	91	0	36	1	2	452	2687
2009	151	2236	7	223	1	33	43	120	0	36	1	9	204	2656
2010	563	1901	7	262	0	43	29	149	0	43	1	7	602	2404
2011	1178	2330	10	254	0	64	42	217	0	47	1	5	1231	2916
2012	1781	2989	9	216	0	72	16	287	0	46	0	8	1807	3617
2013	2632	3113	11	202	0	70	63	328	0	50	1	7	2707	3770
2014	1606	3178	11	215	0	65	35	318	0	57	1	7	1653	3839
2015	1142	2099	11	215	0	74	38	355	0	57	2	10	1193	2810
2016	810	1502	11	259	0	78	36	215	0	64	1	8	858	2126
2017	278	1789	15	267	0	91	41	181	0	56	0	6	336	2390

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Quadro III.1.2 • Peso do comércio com os PALOP e Timor-Leste no comércio português | Em percentagem

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		São Tomé e Príncipe		Timor-Leste		Total	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1999	0,0	1,2	0,0	0,6	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,1	–	–	0,2	2,2
2000	0,1	1,4	0,0	0,6	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,1	–	–	0,3	2,4
2001	0,3	1,8	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	–	–	0,4	2,7
2002	0,2	2,0	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,3	2,9
2003	0,0	2,2	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	3,0
2004	0,0	2,2	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	3,0
2005	0,1	2,6	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	3,5
2006	0,1	3,4	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2	4,3
2007	0,6	4,4	0,0	0,6	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,7	5,4
2008	0,7	5,9	0,0	0,7	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,7	7,0
2009	0,3	7,1	0,0	0,7	0,0	0,1	0,1	0,4	0,0	0,1	0,0	0,0	0,4	8,5
2010	1,0	5,1	0,0	0,7	0,0	0,1	0,1	0,4	0,0	0,1	0,0	0,0	1,1	6,5
2011	2,1	5,5	0,0	0,6	0,0	0,2	0,1	0,5	0,0	0,1	0,0	0,0	2,2	6,9
2012	3,3	6,7	0,0	0,5	0,0	0,2	0,0	0,6	0,0	0,1	0,0	0,0	3,4	8,2
2013	4,8	6,7	0,0	0,4	0,0	0,2	0,1	0,7	0,0	0,1	0,0	0,0	5,0	8,1
2014	2,8	6,7	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,7	0,0	0,1	0,0	0,0	2,9	8,1
2015	2,0	4,3	0,0	0,4	0,0	0,2	0,1	0,7	0,0	0,1	0,0	0,0	2,0	5,7
2016	1,4	3,1	0,0	0,5	0,0	0,2	0,1	0,4	0,0	0,1	0,0	0,0	1,5	4,3
2017	0,4	3,3	0,0	0,5	0,0	0,2	0,1	0,3	0,0	0,1	0,0	0,0	0,5	4,4

Fontes: Instituto Nacional de Estatística – Portugal e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro III.1.3 • Portugal / PALOP e Timor-Leste: Exportações por grupos de produtos (ótica de Portugal) | Em milhões de EUR

	2016						2017							
	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S.Tomé	Timor-L.	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S.Tomé	Timor-L.	Total
Agrícolas	232,78	33,61	5,09	8,14	11,69	0,68	291,99	282,79	38,92	7,34	9,72	12,29	0,89	351,94
Alimentares	198,43	33,05	15,96	18,16	13,52	1,83	280,95	196,46	35,70	16,56	16,15	11,27	2,06	278,20
Combustíveis minerais	23,56	2,12	28,60	3,14	0,92	0,05	58,39	19,77	2,59	38,12	2,11	0,82	0,02	63,43
Químicos	168,24	22,41	1,75	17,37	4,82	0,20	214,80	206,44	22,86	2,39	21,12	4,36	0,41	257,58
Plásticos, borracha	87,64	13,97	1,52	9,21	2,83	0,20	115,36	113,48	12,85	1,55	9,32	2,29	0,08	139,57
Peles, couros	5,85	1,41	0,03	0,73	0,10	0,00	8,13	5,61	1,50	0,03	0,42	0,07	0,00	7,62
Madeira, cortiça	12,38	8,45	0,26	3,81	0,58	0,27	25,75	13,52	5,58	0,36	1,81	1,02	0,02	22,31
Pastas celulósicas, papel	60,77	7,65	0,58	14,61	0,79	0,81	85,22	54,32	7,40	0,51	16,68	0,83	0,87	80,61
Matérias têxteis	15,08	4,86	0,29	2,21	0,79	0,02	23,26	23,25	4,64	0,35	2,82	1,12	0,03	32,20
Vestuário	17,15	3,33	0,26	2,43	0,66	0,01	23,84	24,10	2,57	0,26	2,20	0,38	0,02	29,54
Calçado	17,30	1,42	0,09	1,32	0,39	0,00	20,52	18,30	1,08	0,07	1,19	0,29	0,00	20,92
Minerais, minérios	51,21	22,83	7,58	10,17	2,28	0,14	94,22	55,03	21,15	8,30	7,42	2,43	0,08	94,41
Metais comuns	98,56	27,28	3,35	26,00	5,01	0,40	160,59	151,45	30,94	2,65	18,94	3,91	0,12	208,02
Máquinas, aparelhos	360,68	48,70	6,91	74,27	13,38	2,83	506,77	437,78	51,35	7,43	53,28	8,98	0,72	559,54
Veículos e outro material de transporte	33,91	8,20	3,75	4,58	2,25	0,05	52,74	35,71	11,11	2,81	2,71	2,01	0,43	54,78
Ótica, precisão	34,19	4,76	0,33	6,12	1,00	0,10	46,50	40,46	4,92	0,24	3,82	0,58	0,01	50,03
Outros produtos	83,83	14,52	2,09	12,45	3,10	0,62	116,60	110,54	11,94	2,26	10,82	3,72	0,16	139,42
Total	1501,57	258,57	78,44	214,71	64,11	8,23	2125,63	1789,00	267,10	91,21	180,53	56,38	5,91	2390,13

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Quadro III.1.4 • Portugal / PALOP e Timor-Leste: Importações por grupos de produtos (ótica de Portugal) | Em milhões de EUR

	2016						2017							
	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Timor-L.	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Timor-L.	Total
Agrícolas	6,85	0,03	0,01	25,01	0,00	0,85	32,75	7,37	2,34	0,22	35,02	0,01	0,48	45,44
Alimentares	0,22	0,55	-	7,44	0,05	-	8,26	0,93	0,14	0,00	4,61	0,03	-	5,72
Combustíveis minerais	784,21	0,27	-	0,00	-	-	784,49	253,14	0,42	-	0,02	-	-	253,58
Químicos	0,04	0,00	-	0,01	-	0,00	0,05	0,05	0,00	-	0,00	-	-	0,05
Plásticos, borracha	0,05	0,08	-	0,05	-	-	0,17	0,23	0,04	-	0,18	0,00	-	0,45
Peles, couros	0,00	0,00	-	0,01	-	-	0,01	0,01	0,00	-	0,02	0,00	-	0,03
Madeira, cortiça	2,49	0,00	-	0,01	-	-	2,50	4,48	0,01	-	0,15	0,00	-	4,63
Pastas celulósicas, papel	0,09	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,09	0,01	0,00	0,00	0,04	0,00	-	0,05
Matérias têxteis	0,03	0,00	-	1,75	-	0,01	1,80	0,11	0,01	0,00	0,44	0,00	0,00	0,56
Vestuário	0,00	6,12	0,00	0,00	-	-	6,12	0,00	5,63	0,00	0,00	-	0,00	5,64
Calçado	0,01	3,36	-	0,00	-	-	3,37	0,00	3,37	-	0,00	-	-	3,37
Minerais, minérios	1,39	0,07	-	0,02	-	-	1,48	1,04	0,00	-	0,00	0,00	-	1,05
Metais comuns	0,29	0,47	0,09	0,43	0,20	-	1,48	0,59	0,33	0,03	0,46	0,32	-	1,74
Máquinas, aparelhos	11,08	0,25	0,09	0,80	0,00	0,01	12,22	7,94	2,65	0,00	0,21	0,04	0,01	10,85
Veículos e outro material de transporte	2,11	0,08	0,01	0,23	0,06	-	2,50	1,34	0,40	-	0,10	0,00	-	1,85
Ótica, precisão	0,65	0,03	0,05	0,07	0,00	-	0,80	0,86	0,09	-	0,06	0,00	-	1,02
Outros produtos	0,27	0,01	0,00	0,04	0,00	-	0,32	0,11	0,01	-	0,07	0,00	-	0,19
Total	809,78	11,32	0,25	35,88	0,33	0,87	858,43	278,22	15,45	0,26	41,39	0,40	0,49	336,21

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Quadro III.1.5 • Balanças corrente e de capital com os PALOP e Timor-Leste (ótica de Portugal)
Em milhões de EUR

		Balança Corrente										Balança de Capital
		Bens			Serviços		Rendim. primário	Rendimento secundário			Saldo	
		Exp	Imp.	Saldo	Total	dq: Viagens e turismo		Total	dq: Remessas de			
									Emig.	Imig.		
Angola	2013	3269,9	2390,9	879,0	1076,6	458,7	638,5	333,8	304,3	18,8	2928,0	2,7
	2014	3187,5	1479,8	1707,7	1239,6	544,1	198,0	179,0	248,0	13,8	3324,4	-0,6
	2015	2108,9	1063,4	1045,5	1111,5	454,1	364,3	343,9	213,1	19,5	2865,3	-0,1
	2016	1511,7	750,9	760,9	790,5	264,2	391,7	315,2	205,9	17,5	2258,3	-0,4
	2017	1796,4	276,9	1519,5	836,4	342,5	143,8	449,3	245,1	11,7	2948,9	-0,3
Cabo Verde	2013	199,2	15,3	183,9	-2,8	-16,5	21,7	-6,7	3,4	13,1	196,1	0,0
	2014	212,7	13,3	199,4	11,1	-11,0	12,6	-14,0	3,0	12,0	209,1	0,4
	2015	212,3	12,0	200,4	13,2	-11,1	14,0	-10,0	1,6	17,0	217,5	0,0
	2016	256,0	14,8	241,2	36,8	0,9	10,6	-12,4	1,7	14,9	276,2	0,1
	2017	265,3	17,9	247,4	36,6	-9,1	12,8	-12,8	2,2	17,6	284,0	0,0
Guiné-Bissau	2013	69,8	1,4	68,4	3,0	0,7	0,6	0,3	0,5	2,6	72,3	0,0
	2014	64,9	0,3	64,7	-1,4	-0,5	-0,5	-3,4	1,6	3,4	59,3	0,0
	2015	73,7	0,2	73,5	-0,3	-1,1	6,6	-1,2	2,6	3,1	78,6	-0,5
	2016	78,5	0,2	78,2	12,6	0,5	0,9	-4,0	2,2	3,2	87,7	0,0
	2017	91,2	1,5	89,7	3,7	1,6	0,1	-3,5	0,9	3,4	90,0	-0,4
Moçambique	2013	327,7	68,2	259,5	71,9	10,6	88,0	-3,8	7,6	10,0	415,6	-17,2
	2014	317,8	45,1	272,8	114,6	41,6	28,3	-14,7	4,6	9,5	400,9	-18,3
	2015	355,0	44,6	310,4	201,0	86,5	168,6	41,4	6,2	9,8	721,3	-24,1
	2016	214,7	38,7	176,0	164,7	41,7	140,0	34,3	6,1	7,9	515,0	-26,1
	2017	181,1	44,6	136,6	108,4	41,3	168,7	24,6	5,5	6,4	438,3	-27,9
São Tomé e Príncipe	2013	50,3	1,4	48,9	1,9	-1,7	-1,5	0,3	0,7	1,0	49,6	-0,9
	2014	56,6	1,3	55,2	2,1	-2,5	0,3	-1,8	0,3	1,2	55,9	-0,9
	2015	57,5	0,5	56,9	-2,3	-4,3	-8,0	-0,3	0,6	1,6	46,3	-1,2
	2016	64,1	0,7	63,4	-2,3	-2,7	-17,1	-0,9	0,5	1,9	43,0	-1,4
	2017	56,4	1,8	54,6	-4,2	-6,5	0,5	-3,8	0,1	1,3	47,1	-1,5
Timor-Leste	2013	7,2	0,6	6,6	3,7	1,6	8,0	0,5	0,3	0,1	18,9	0,0
	2014	7,0	0,7	6,3	6,8	-0,2	-2,8	-10,1	0,2	0,9	0,2	-0,1
	2015	10,1	1,4	8,7	7,4	-0,9	0,4	-8,4	0,2	0,4	8,1	0,0
	2016	8,2	0,7	7,5	9,0	-0,9	-3,4	-7,0	0,1	0,3	6,1	0,0
	2017	5,9	0,4	5,5	5,0	-1,9	-2,2	-6,1	0,3	0,3	2,2	0,0
Total PALOP e Timor-Leste	2013	3924,2	2477,8	1446,3	1154,4	453,3	755,4	324,4	316,9	45,7	3680,6	-15,5
	2014	3846,5	1540,5	2306,0	1372,8	571,6	236,0	135,1	257,6	40,9	4049,8	-19,6
	2015	2817,5	1122,1	1695,4	1330,4	523,1	545,9	365,4	224,4	51,4	3937,2	-25,9
	2016	2133,3	806,0	1327,3	1011,4	303,7	522,6	325,1	216,6	45,8	3186,5	-27,7
	2017	2396,3	343,0	2053,3	985,9	367,9	323,6	447,7	254,1	40,8	3810,5	-30,2

Fonte: Banco de Portugal.

Quadro III.1.6 • Investimento direto de Portugal nos PALOP e em Timor-Leste | Por setor de atividade, em milhões de EUR

		2012	2013	2014	2015	2016	2017
Angola	Indústrias transformadoras	-6,9	0,2	-1,1	6,6	2,8	40,9
	Eletricidade, gás e água	2,7	0,3	-4,8	1,0	7,7	0,6
	Construção	-213,7	110,2	-136,5	-21,5	-15,1	-165,5
	Serviços	644,6	208,1	-179,6	274,8	183,3	-8,4
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	418,6	230,8	-183,2	233,2	215,4	8,1
	Outros	-13,9	-0,6	0,0	-0,1	-1,4	1,4
	Total	412,8	318,2	-322,0	260,8	177,3	-130,9
Cabo Verde	Indústrias transformadoras	2,7	1,8	0,0	0,3	-17,7	1,0
	Eletricidade, gás e água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Construção	-9,5	-14,3	-10,3	-11,5	9,7	-8,5
	Serviços	7,0	21,0	12,2	10,6	1,5	58,1
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	10,7	13,5	3,1	7,4	0,5	0,1
	Outros	0,9	-	-1,8	0,0	18,5	3,5
	Total	1,0	8,5	0,1	-0,5	12,1	54,0
Guiné-Bissau	Indústrias transformadoras	0,5	0,4	-0,5	-2,1	2,7	-0,7
	Eletricidade, gás e água	-	-	-	-	-	-
	Construção	-10,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
	Serviços	0,1	0,1	0,0	1,3	0,0	0,5
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	-	-	-	1,3	0,0	0,0
	Outros	-0,1	-	-	4,6	1,2	4,8
	Total	-9,5	0,6	-0,5	3,9	3,9	4,5
Moçambique	Indústrias transformadoras	7,0	4,0	9,4	13,2	11,1	13,2
	Eletricidade, gás e água	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Construção	-79,2	-28,1	7,0	-22,2	-66,5	20,3
	Serviços	11,9	101,2	64,3	119,2	41,7	31,3
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	1,6	88,1	58,9	130,9	50,9	28,4
	Outros	-3,8	-0,3	0,2	1,0	-0,8	7,8
	Total	-64,1	76,8	80,9	111,3	-14,5	72,6
São Tomé e Príncipe	Indústrias transformadoras	-	-	0,0	0,0	0,1	0,0
	Eletricidade, gás e água	-	-	-	0,0	0,5	-0,4
	Construção	-1,2	3,0	1,7	-4,0	-8,7	-1,2
	Serviços	-0,5	2,2	1,0	-11,8	-8,2	-0,7
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	0,6	0,7	0,9	-0,6	-	0,0
	Outros	0,0	-	-	-	-	-
	Total	-1,7	5,1	2,7	-15,8	-16,2	-2,4
Timor-Leste	Indústrias transformadoras	-	-	0,0	-0,4	0,0	0,0
	Eletricidade, gás e água	-	-	-	-	-	-
	Construção	-	0,0	-	-	0,0	0,0
	Serviços	13,7	16,9	0,5	1,5	-5,0	3,9
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	4,3	12,0	0,4	1,9	0,0	0,1
	Outros	0,2	-	-	-	-	-
	Total	14,0	16,9	0,6	1,1	-4,9	4,0
Total PALOP e Timor-Leste		352,5	426,1	-238,2	360,8	157,5	1,9

Fonte: Banco de Portugal.

Quadro III.1.7 • Investimento direto dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal | Por setor de atividade, em milhões de EUR

		2012	2013	2014	2015	2016	2017
Angola	Indústrias transformadoras	-0,4	0,0	0,9	0,0	-9,6	10,7
	Eletricidade, gás e água	-	-	-	-	0,0	0,1
	Construção	12,3	16,4	6,5	43,4	19,7	10,3
	Serviços	181,4	41,8	405,3	118,0	33,6	-139,3
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	164,1	34,1	394,3	73,8	21,9	-81,7
	Outros	10,7	18,3	18,8	6,1	5,5	23,2
	Total	204,0	76,5	431,5	167,5	49,2	-95,0
Cabo Verde	Indústrias transformadoras	-	-	0,0	-	0,0	0,0
	Eletricidade, gás e água	-	-	-	0,0	0,0	0,0
	Construção	0,4	4,8	3,8	1,3	-2,4	-8,8
	Serviços	1,3	2,3	0,8	0,9	1,0	1,2
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	0,2	-	-	0,0	0,2	1,4
	Outros	0,0	-	-	0,0	-	-
	Total	1,7	7,1	4,5	2,2	-1,4	-7,6
Guiné-Bissau	Indústrias transformadoras	-	-	-	-	-	0,1
	Eletricidade, gás e água	-	-	-	-	-	-
	Construção	-	-	0,0	-0,1	0,0	0,0
	Serviços	-	-	-	-2,1	0,0	-1,2
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	-	-	-	-	-	-
	Outros	0,1	-	-	0,0	0,0	-
	Total	0,1	0,0	0,0	-2,2	0,0	-1,1
Moçambique	Indústrias transformadoras	0,0	0,4	0,7	0,1	3,9	-3,8
	Eletricidade, gás e água	-	-	-	1,5	-	-
	Construção	-0,5	-0,8	0,1	3,1	4,4	-1,0
	Serviços	-1,3	-0,7	-0,1	0,9	-4,3	1,1
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	-1,6	-0,5	0,0	0,3	0,3	0,0
	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	1,8	-0,2
	Total	-1,8	-1,0	0,7	5,6	5,8	-4,0
São Tomé e Príncipe	Indústrias transformadoras	-	-	-	-	-	-
	Eletricidade, gás e água	-	-	-	-	0,2	-0,4
	Construção	-0,1	-2,2	-	0,0	0,2	-2,3
	Serviços	-0,9	-0,1	0,0	2,7	1,2	2,3
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	-	0,1	-	2,1	0,0	0,1
	Outros	-	-	-	0,0	0,0	-
	Total	-1,1	-2,3	0,0	2,7	1,6	-0,5
Timor-Leste	Indústrias transformadoras	-	-	-	-	-	-
	Eletricidade, gás e água	-	-	-	-	-	-
	Construção	-	-	-	-0,9	0,0	0,0
	Serviços	0,0	0,0	0,0	-0,3	-0,7	0,3
	do qual: Atividades financeiras e de seguros	-	-	0,0	-0,3	-0,9	0,2
	Outros	0,0	-	-	0,0	-	-
	Total	0,0	0,0	0,0	-1,1	-0,7	0,3
Total PALOP e Timor-Leste		202,9	80,3	436,7	174,6	54,5	-107,8

Fonte: Banco de Portugal.

Quadro III.1.8 • Dívida oficial dos PALOP a Portugal | Em milhões de USD

		Dívida direta ao Estado (1)			Dívida a médio e longo prazos garantida pelo Estado (2)			Dívida oficial (1)+(2)		
		Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total
Angola	2013	558	–	558	897	–	897	1456	–	1456
	2014	530	–	530	672	–	672	1203	–	1203
	2015	502	–	502	423	3	427	926	3	929
	2016	475	–	475	304	8	312	778	8	787
	2017	447	–	447	413	10	422	859	10	869
Cabo Verde	2013	208	–	208	451	–	451	659	–	659
	2014	181	–	181	494	–	494	675	–	675
	2015	160	1	160	472	–	472	632	1	632
	2016	152	–	152	473	0	473	625	0	625
	2017	170	–	170	547	0	548	718	0	718
Guiné-Bissau	2013	71	66	138	–	–	–	71	66	138
	2014	61	62	123	–	–	–	61	62	123
	2015	53	59	112	–	–	–	53	59	112
	2016	50	61	110	–	–	–	50	61	110
	2017	54	73	127	–	–	–	54	73	127
Moçambique	2013	367	–	367	878	–	878	1245	–	1245
	2014	355	–	355	775	–	775	1131	–	1131
	2015	341	–	341	699	–	699	1041	–	1041
	2016	324	–	324	683	–	683	1008	–	1008
	2017	304	–	304	740	0	740	1044	0	1044
São Tomé e Príncipe	2013	44	–	44	39	–	39	83	–	83
	2014	43	–	43	35	–	35	78	–	78
	2015	53	–	53	36	–	36	89	–	89
	2016	57	0	57	35	–	35	92	0	92
	2017	60	–	60	35	0	35	95	0	95
Total dos PALOP	2013	1248	66	1315	2265	–	2265	3514	66	3580
	2014	1171	62	1233	1976	–	1976	3147	62	3209
	2015	1110	60	1170	1630	3	1633	2740	63	2803
	2016	1058	61	1119	1495	8	1503	2553	69	2622
	2017	1035	73	1108	1735	10	1745	2770	83	2853

Fonte: Ministério das Finanças – GPEARI.

